

PARANÁ

**ECONOMIA E SOCIEDADE**

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO  
IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA

# PARANÁ

## **ECONOMIA E SOCIEDADE**

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO  
IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**  
Ney Aminthas de Barros Braga - Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**  
Wilson Ronald Deconto - Secretário do Planejamento

**IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA**  
Diretoria Executiva  
Carlos Augusto Albuquerque - Diretor Presidente  
Augusto Cesar de Camargo Fayet - Coordenador Técnico

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO  
INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES – FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA

**PARANÁ: ECONOMIA E SOCIEDADE**

**CURITIBA  
FEVEREIRO/1982**

159p

IPARDES - Fundação Edison Vieira  
O Paraná: economia e sociedade.  
Curitiba, 1981.  
72p.

Convênio Secretaria de Estado do Planejamento,  
IPARDES.

1. Economia - Paraná. 2. Sociedade - Paraná.  
3. Agricultura - Paraná. 4. Indústria - Paraná.  
5. Setor Público - Paraná. 6. População - Paraná.  
7. Migração - Paraná. I. Título.

CDU 338:304(816.2)

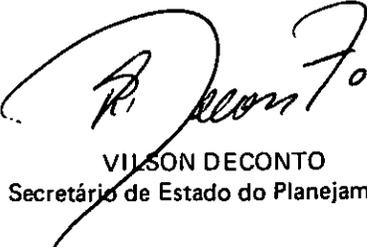
## APRESENTAÇÃO

Ao propormos uma análise integrada da economia e da sociedade do Paraná, pretendemos buscar, além do diagnóstico atualizado, formas de avaliação que facilitem, do ponto de vista científico, acompanhar e antever a performance de vários indicadores, capazes de medir resultados sócio-econômicos.

Acreditamos na utilidade de uma pesquisa da história recente do Estado, principalmente por ofertar informações que permitem constatar as intensas transformações ocorridas no campo espacial e na diversificação setorial acelerada, e também como uma forma de tornar exeqüível uma avaliação das conseqüências dessas mudanças no presente e de suas perspectivas.

Por outro lado, é essencial para uma correta formulação de políticas a nível estadual, o perfeito entendimento do posicionamento do Paraná, tanto no contexto das outras unidades federadas, como na identificação dos elos que o une aos diversos organismos do Governo Central.

Como mais uma contribuição do planejamento governamental, através do IPARDES, para discussão e resposta a essas questões fundamentais, buscamos, com este trabalho, apresentar um quadro de contornos bastante nítidos da sociedade e da economia paranaenses.



VILSON DECONTO  
Secretário de Estado do Planejamento

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO . . . . .	iii
INTRODUÇÃO . . . . .	1
<b>1 PARANÁ: ECONOMIA E SOCIEDADE - UM MODELO DE INTERPRETAÇÃO . . . . .</b>	<b>5</b>
1.1 O SETOR AGRÍCOLA. . . . .	7
1.2 A INDÚSTRIA. . . . .	10
1.3 AS RELAÇÕES ENTRE A AGRICULTURA E A INDÚSTRIA. . . . .	13
1.4 O SETOR PÚBLICO . . . . .	16
1.5 A SOCIEDADE E A QUESTÃO SOCIAL. . . . .	18
1.6 PERSPECTIVAS. . . . .	19
<b>2 AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES DOS ANOS 70 . . . . .</b>	<b>23</b>
2.1 AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO . . . . .	25
2.1.1 A Modernização da Agropecuária. . . . .	25
2.1.2 A Pauta dos Produtos Agrícolas. . . . .	26
2.1.3 A Expansão das Lavouras segundo a Área dos Estabelecimentos. . . . .	28
2.1.4 Modernização e Estrutura Fundiária. . . . .	30
2.1.5 O Crédito Rural . . . . .	31
2.1.6 O Crédito e a Pauta de Produtos . . . . .	34
2.1.7 A Distribuição do Crédito Rural . . . . .	35
2.1.8 A Comercialização dos Produtos Agrícolas. . . . .	36
2.1.9 A Agricultura e os Recursos Naturais . . . . .	37
2.1.10 Setor Agropecuário - Considerações Finais . . . . .	39
2.2 O SURTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO . . . . .	41
2.2.1 As Transformações dos Anos 70 . . . . .	42
2.2.2 Mudanças na Estrutura Industrial. . . . .	43
2.2.3 Transformações na Estrutura Interna dos Gêneros Industriais e Novas Relações entre os Gêneros. . . . .	44
2.2.4 Mudanças na Organização Industrial e quanto à Origem de Capital . . . . .	47
2.2.5 Localização Espacial da Indústria. . . . .	48
2.2.6 Setor Industrial - Considerações Finais . . . . .	50
2.3 AS FINANÇAS ESTADUAIS . . . . .	52
2.3.1 Situação Financeira da União e dos Estados. . . . .	52
2.3.2 A Economia e as Finanças Públicas no Paraná. . . . .	56
2.3.3 A Estrutura da Receita. . . . .	57
2.3.4 A Estrutura da Despesa . . . . .	59
2.3.5 Considerações Finais sobre o Setor Público . . . . .	63
2.4 AS TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE . . . . .	64
2.4.1 Política Social do Estado - Educação, Saúde e Saneamento Básico . . . . .	68

# **INTRODUÇÃO**

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES vem realizando com regularidade pesquisas sobre os mais diversos temas da realidade paranaense. Buscando sistematizar esses conhecimentos foi elaborado o estudo que ora se publica.

É hábito corrente nos Institutos oficiais de pesquisa a realização de diagnósticos na forma de "inventário", ou seja, limitam-se estes trabalhos a enumerar escolas, dados sobre produção, leitos de hospitais, etc. No PARANÁ: ECONOMIA E SOCIEDADE, procurou-se evitar esta forma de abordar a realidade. Em vez de inventários, optou-se pela tentativa de rastrear os fenômenos e transformações fundamentais ocorridos no Paraná na última década.

Esta opção, embora ambiciosa, justifica-se principalmente pela situação vivida tanto a nível nacional como estadual. O processo de aprimoramento das instituições políticas e a crise econômica estão a indicar que o País vive um momento de inflexão em sua história. Iniciam-se então debates que implicam em avaliações e balanços do passado recente, bem como encaminham-se para a elaboração de projetos políticos e política econômica que sejam adequados à uma sociedade democrática.

Este trabalho pretende ser uma contribuição nestes debates no âmbito do Paraná. Daí seu caráter analítico e interpretativo, o que implica, por um lado, que ao longo da exposição transpareçam tomadas de posição, por vezes críticas, frente a determinados fatos e, por outro, que em muitas passagens poderá não encontrar a concordância do leitor. Abandonou-se portanto o "inventário" com seu caráter anódino e neutro e seguiu-se por uma senda que, apesar de tornar o trabalho mais sujeito a críticas, se acredita ser a mais adequada para o momento.

Finalmente, a presente publicação visa analisar as transformações recentes ocorridas no Estado, como já se fez referência. Na medida em que se avançava nas explicações destas transformações, foram surgindo questões teóricas e históricas essenciais a estas explicações. Optou-se então por dividir a exposição em duas partes: a primeira, UM MODELO DE INTERPRETAÇÃO, busca exatamente explicitar as questões teóricas e históricas e a segunda analisa as mudanças recentes e intitula-se AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES DOS ANOS 70.

Esta divisão se impôs pelo próprio caráter analítico e interpretativo do trabalho, ou seja, na medida em que se evitava o viés descritivo nas abordagens, as reflexões iam-se desenvolvendo em dois planos, um teórico-histórico e outro mais analítico. A divisão da exposição em dois capítulos, nos quais aparecem separados estes dois planos de análise, constitui simplesmente um artifício para facilitar a leitura. Entretanto, frise-se, estas duas partes conformam uma unidade e a superposição dos temas é apenas aparente. Assim, por exemplo, quando a agricultura aparece tratada em dois tópicos diferentes, isto não implica em redundância da análise, mas simplesmente que esta se desdobra em dois níveis.

No primeiro capítulo tentou-se explicar fundamentalmente as razões do dinamismo da economia paranaense. Para tal, impunha-se que se precisasse a natureza da economia cafeeira. Esta primeira aproximação esclarecia não somente as razões do permanente dinamismo da agricultura, mas também como se foram criando, ao longo da expansão cafeeira e da atuação do Estado na criação da infra-estrutura econômica, as condições para o recente surto industrial. Em seguida, estudam-se as relações mais gerais que se foram estabelecendo entre a agricultura e a indústria. Baseando-se nas conclusões destas análises estuda-se o tipo de sociedade que foi se conformando, bem como porque ela se transforma na última década. Encerra o capítulo uma pequena digressão sobre as perspectivas que se abrem para o Estado.

Esta primeira incursão, que recorrendo à história e tentando esclarecer algumas questões teóricas, constituiu um passo necessário para o estudo realizado no segundo capítulo, sobre as transformações recentes ocorridas no Paraná. Na medida em que as características mais gerais da economia e sociedade tornavam-se mais explícitas, foi possível então analisar a modernização da agricultura na década de setenta, o surto recente da industrialização, a evolução das finanças estaduais e finalmente as transformações da sociedade, que foi o que se tentou realizar no segundo capítulo.

**PARANÁ: ECONOMIA E SOCIEDADE  
UM MODELO DE INTERPRETAÇÃO**



Quando se observa o desempenho da economia paranaense nas últimas décadas, logo chama a atenção sua extraordinária vitalidade. Seu crescimento supera sistematicamente o do Brasil, e isto num período em que a economia nacional avançava a largos passos. Na medida em que o crescimento do Paraná sustentou-se nos últimos 30 anos, pode-se considerar sua economia estruturalmente dinâmica; e são exatamente as razões deste dinamismo que devem ser explicitadas.

A pergunta que se coloca é: a que se deve o rápido crescimento da economia paranaense? E mais, as condições que permitiram este crescimento continuariam vigentes? Tentando responder tais questões, iniciar-se-á a análise pelo setor agrícola que até recentemente constituía a base da economia estadual.

## 1.1 O SETOR AGRÍCOLA

Em poucas décadas, o Paraná salta de um marasmo secular para tornar-se um dos Estados mais dinâmicos da Federação. A base deste processo foi dada pelo setor agrícola que de tradicional e rotineiro assume atualmente um caráter moderno, dinâmico e diversificado. A partir da colonização do Norte do Estado, sua agricultura torna-se dinâmica e diversificada. (Seu caráter moderno e tecnificado será tratado posteriormente, pois é resultado de um processo desencadeado somente a partir da última década).

Entretanto, antes de se tentar caracterizar a agricultura do Norte, impõem-se alguns comentários sobre explicações que, se não equivocadas, são pelo menos insuficientes, a respeito da natureza da economia desta região. Exemplificando, as interpretações que atribuem seu dinamismo à qualidade dos solos, ao café, ao fato de existirem, no período, fronteiras agrícolas em expansão, ao regime de pequenas propriedades, etc.

Em primeiro lugar, não basta a existência de solos férteis para explicar o caráter moderno e dinâmico da agricultura do Norte. Assim, por exemplo, as terras da Zona da Mata do Nordeste são de excelentes qualidades e sua agricultura é, em todos aspectos, inferior à do Paraná. Também, atribuir-se ao café a expansão paranaense é insuficiente, já que a partir do início dos anos 60, o café deixa de ser a base desta expansão, a qual passa a ser realizada através de outras culturas. Assim ficou evidente que, com ou sem café, a economia se expandia, o que atesta a inadequação da explicação.

A tese das fronteiras agrícolas abertas também é inadequada, já que se não fosse assim, na medida que se desse a ocupação territorial do Estado seria de esperar-se a estagnação da economia. Pois bem, as fronteiras se esgotaram e ainda assim a economia continuou a crescer. Na realidade, esta tese não levava em conta a existência de "fronteiras internas", ou seja, a possibilidade de expansão das áreas cultivadas em propriedades já estabelecidas, nem também a possibilidade de crescimento da produção via aumentos de produtividade.

Finalmente, o regime de pequenas propriedades é incapaz de explicar o dinamismo do Norte. Por exemplo, a área de colonização européia\* do chamado Paraná Tradicional também foi ocupada via pequenas propriedades e nem por isso apresenta o mesmo caráter dinâmico da região Norte.

Voltando agora à caracterização da economia agrícola do Paraná, afirma-se que esta assume o caráter diversificado e dinâmico a partir da colonização do Norte do Estado. Observe-se do ponto de vista histórico, como isto se processou.

O desenvolvimento do capital comercial nacional, que se acelera desde a Independência, permite que este capital vá progressivamente se dirigindo à produção do café. Assim, avançam a divisão social do trabalho, a mercantilização da economia nacional e a acumulação dos capitais produtivo e comercial ligados ao café, conformando um processo que imprime alterações profundas nas estruturas econômicas e sociais herdadas da colônia. Este processo culminará em fins do século XIX com a libertação dos escravos e a progressiva introdução do trabalho assalariado a partir de

\* Muitas vezes é corrente também atribuir-se a pujança da economia paranaense aos padrões sociais mais elevados dos imigrantes de origem européia. Sem evidentemente negar importância dos elementos sócio-culturais para a economia, entende-se que não são determinantes essenciais. Assim, o Norte paranaense, povoado por paulistas, mineiros e nordestinos, é a região mais dinâmica do Estado, e não o Paraná Tradicional, colonizado por imigrantes europeus.

São Paulo.

O "ciclo do café" apresenta-se no interior de uma estrutura econômica e social inteiramente distinta daquela do "ciclo do açúcar" ou "do ouro". Na realidade, estava-se assistindo ao surgimento de um núcleo capitalista da economia nacional, o que explicará seu dinamismo e a tendência à diversificação das atividades econômicas e da sociedade.

Em seu processo de acumulação, os capitais produtivo e comercial ligados ao café podem desdobrar-se dando origem a novas formas de capital, como o bancário e o industrial. O núcleo da economia, comandado pelo capital, vai permitir a diferenciação das atividades, implantando um moderno sistema de transportes - as estradas de ferro - e impulsionando o crescimento das cidades - agora com moderno setor de serviços, com atividades ligadas à construção civil e à indústria. Deve-se frisar que estas atividades empregavam trabalho assalariado. Por outro lado, a urbanização e a indústria nascente, e mesmo a expansão do café, promovem a diferenciação da produção agrícola, através da demanda crescente, dando origem a um setor agrícola mercantil, produtor de matérias-primas e alimentos. Qualifica-se este complexo de núcleo capitalista porque se desdobra em vários setores e formas de capital, que se estimulam entre si, e mesmo as atividades não-capitalistas passam a ser comandadas pelos setores mais avançados.

Deste modo, as comparações entre a economia do café e a do açúcar ou do ouro, baseadas no fato de que todas são produtoras de artigos primários de exportação, são destituídas de sentido. Ou seja, a natureza da economia do café não pode ser definida a partir do fato de ser primário-exportadora, mas deve ser apreendida pelas suas características sociais. Resumindo, por ser capitalista é, conseqüentemente, dinâmica e modernizante.

Dinâmica, pois, sendo capitalista, visará lucros os quais são constantemente reinvestidos, fato que lhe imprimirá uma tendência expansiva. Modernizante, já que, por um lado, os reinvestimentos de lucros oriundos do setor comercial ou produtivo podem dirigir-se a novas áreas (bancos, indústrias, construção civil, serviços, transportes, etc.) diversificando a economia e a sociedade. Por outro lado, como busca maximizar lucros, vai permanentemente incorporar progresso técnico, visando redução de custos; processo este que promove avanços das técnicas de produção.

Pelo fato de buscar a redução de custos de produção e aumentos de produtividades e também porque reinveste seus lucros, é que a economia do café se mostrará insaciável na incorporação de terras virgens e férteis; e assim as fronteiras agrícolas estarão em permanente expansão. Na medida em que as frentes pioneiras situavam-se cada vez mais distantes, os maiores custos dos transportes foram contornados pela extensão das estradas de ferro, o que resultou em aguda concorrência entre áreas produtivas pioneiras e as regiões de ocupação mais antiga, com terras já não tão férteis.

É neste movimento expansivo que será ocupado o Norte do Paraná. Observe-se então as características desta colonização. Chama a atenção o fato dela ter sido realizada via pequenas propriedades e de forma relativamente ordenada, o que é bastante inusitado no Brasil. Assim, companhias imobiliárias, e mesmo o Governo do Estado, dividiam áreas em pequenos lotes que eram vendidos a preços relativamente acessíveis, \* imprimindo um caráter "democrático" à colonização.

Por outro lado, afóra a débil resistência imposta pela rarefeita população indígena, o Norte do Paraná era um "espaço aberto", ou seja, a colonização moderna comandada pelo capital não encontrou pesadas estruturas sociais, como aquelas herdadas do escravismo colonial, tal como em outras regiões do Brasil, e a moderna produção que aí vai instalar-se não teve que lutar contra entes pré-capitalistas.

Estas circunstâncias locais, aliadas àquelas características gerais da economia cafeeira, explicam a extrema rapidez da colonização do Norte do Estado. Um processo baseado na pequena propriedade estreitamente vinculada ao mercado, livre de estruturas sociais pré-capitalistas, que se

\* Como afirma Calil: "uma década depois, ou seja, 1950, o preço do alqueire não irá além dos 10 mil cruzeiros, ou seja, cerca de 15 vezes o salário mínimo fixado para a região norte-paranaense e oito vezes o estabelecido para a cidade de São Paulo. Assim sendo, uma pessoa que adquirisse, em 1950, um lote de 3 alqueires, por 30 mil cruzeiros, poderia pagá-lo em 48 prestações, o que significava um pouco mais que um salário mínimo por mês". (PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo, HUCITEC; Curitiba, Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná/IPARDES, 1981. 235p. (Economia e planejamento. Série teses e pesquisas) Originalmente apresentada como tese de doutoramento à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1970).

aproximariam de uma "via americana" de ocupação produtiva de terras, semelhante ao movimento de expansão da agricultura Norte-Americana no Meio-Oeste e Oeste, sendo mesmo que sua rapidez supera a da própria expansão norte-americana.<sup>1</sup> Assim, o Paraná pôde acolher, entre 1940 e 1965, cerca de 2 744 000 migrantes. Apesar deste dado não se referir somente ao Norte, expressa bem a rapidez com que foi colonizado o Estado. Por outro lado, destaca-se que esta migração possivelmente significou um poderoso mecanismo de amenização de tensões sociais das regiões brasileiras de povoamento mais antigo, liberando-as de parte de sua superpopulação. \*

Como se destacou anteriormente, o Norte do Paraná desde seu início forma parte daquele núcleo dinâmico capitalista da economia nacional, não tendo sentido, portanto, caracterizá-lo como periférico.

Em primeiro lugar é uma agricultura essencialmente mercantil. Assim, a ligação ferroviária ou rodoviária com os centros consumidores ou exportadores foi contemporânea ou mesmo precedeu sua colonização, o que denota que se visava não uma simples ocupação territorial, mas sim o estabelecimento de uma produção voltada para o mercado. A maior parte de sua produção seria destinada aos mercados nacional ou internacional. Também, por ser mercantil, os produtores compravam no mercado a maior parte dos insumos de que necessitavam assim como seus bens de consumo, embora até a última década fosse reduzido o consumo de insumos industriais e máquinas agrícolas.

Por outro lado, além de mercantil, ou por isto mesmo, este tipo de economia tenderá a apresentar custos monetários e auferir suas rendas também em moeda, pela venda de sua produção; progressivamente buscará aumentar ao máximo as diferenças entre custos de produção e suas rendas.

Até aqui, acentuou-se o fato de que a agricultura do Norte do Paraná sempre foi mercantil e parte do núcleo capitalista da economia nacional. Pois bem, a colonização do Estado nos últimos 30 anos expandiu-se por outras regiões, como o Oeste, Noroeste, com um tipo de agricultura que, desde seu início, apresentava estas mesmas características. E são exatamente estas características que explicam porque a economia agrícola do Estado é dinâmica, diversificada e porque pôde modernizar-se.

O caráter dinâmico da agricultura do Paraná pode ser ilustrado pelo crescimento que, como se viu, sustenta-se por décadas. Ora, é somente pelo fato de que esta economia é mercantil e que progressivamente passa a visar lucros é que se pode explicar o crescimento da produção. Ou seja, não é somente pelo fato de que os mercados nacional e internacional se expandiram que se explica o crescimento desta produção, já que se aí estivesse instalada uma economia de auto-subsistência, por exemplo, a resposta aos aumentos da demanda seria débil e não vigorosa, como foi a da economia paranaense.

Em segundo lugar, a agricultura do Paraná é diversificada, ou seja, afasta-se da monocultura. Mesmo quando o café representava a maior parte da produção agrícola, esta não era monocultora, já que produzia também alimentos e matérias-primas.

Em virtude de ser mercantil e por visar lucros esta agricultura é extremamente sensível aos preços de mercado e às condições de financiamento. E é por aí que se explica seu caráter diversificado - reage aos estímulos do financiamento ou dos preços, dedicando-se às culturas mais rentáveis. A região Norte do Paraná, por exemplo, respondeu rapidamente aos estímulos de erradicação do café introduzindo novas culturas e aquele produto foi perdendo sua importância relativa.

Antes de prosseguir-se, uma qualificação se impõe. Se esta agricultura é diversificada a nível regional, em relação à unidade produtiva, ela tende à especialização, dedicando-se a poucas cul-

<sup>1</sup> NICHOLLS, William H. *A Fronteira agrícola na história recente do Brasil: o estado do Paraná, 1920-65. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba (26):19-53, set./out. 1971.*

\* As migrações para o Paraná não afetam somente os estados próximos pois "observam Graham e Buarque Filho que em São Paulo, nesta época, havia uma classe média rural emergente de pequenos proprietários, que não tinha condições de se expandir na estrutura agrária paulista. Assim a abertura da frente pioneira do Norte-Paraná aliviou a crise desta classe e permitiu que São Paulo permanecesse atraindo migrantes sem terra procedentes de Minas, Bahia e Norte do Estado em décadas sucessivas". (SOUZA, Itamar de. *Migrações internas no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980)

turas. A especialização lhe garante maior produtividade e, por outro lado, desde que possa comprar no mercado aquilo que necessita, não produzirá para seu consumo.

Finalmente, foi extremamente rápido o processo de modernização da agricultura do Paraná nos últimos dez anos. Por modernização entende-se o uso crescente de equipamentos agrícolas, adubos, defensivos, etc. Ora, é exatamente porque a agricultura visa maximizar lucros é que tratará de reduzir os custos unitários de produção, via incorporação de progresso técnico. Este processo de modernização da agricultura é recente, tendo-se acelerado somente a partir dos anos 70, e sua rapidez pode ser indicada, por exemplo, pelo fato de que entre 1971 e 1978, foram vendidos no Estado, 63 024 tratores.<sup>2</sup>

A agricultura do Paraná é moderna também porque apresenta formas de organização da produção mais avançada, como é o caso das cooperativas. Estas aparecem visando a defesa da agricultura em suas relações com o comércio e a indústria; mas se em parte estes objetivos iniciais se transformam, representarão de qualquer maneira um nível mais elevado de racionalização da produção, permitindo mesmo um certo ordenamento da produção nas áreas que influenciam.

A agricultura mercantil de pequenos produtores apresenta tendência à concentração da propriedade. No Paraná, a partir do início dos anos 70, este processo acelera-se, potenciado pelo crédito agrícola e pela modernização.

Até agora analisou-se somente as características das áreas dinâmicas do Paraná e isto se justifica, como já se afirmou, pelo fato de que são essas tendências que aí operam que acabam por explicar o comportamento da agricultura do Estado. Entretanto, ficaria mais clara a natureza desta economia, se comparada com a economia do chamado Paraná Tradicional de colonização européia.

Esta região foi colonizada também via pequena propriedade que, entretanto, era voltada basicamente para a produção de auto-subsistência. Assim, este tipo de economia apresenta débeis vinculações com o mercado e os meios de transportes e vias de comunicação, aos quais tem acesso, são precários. Vende somente parte marginal de sua produção e compra no mercado um reduzido número de artigos, pois produz a maior parte do que necessita, o que dá um caráter diversificado à sua produção, a nível de propriedade.

Esta agricultura, que não visa lucros mas fundamentalmente o consumo, apresenta uma produção de técnicas rotineiras e de baixa produtividade e o peso da tradição e dos costumes se faz presente, inibindo inovações. Em outras palavras, não recebe impulso do mercado e a ânsia de lucros em aumentar a produção ou a produtividade não é essencial a ela. Além de não existir aí concorrência entre produtores, o volume adequado de sua produção é limitado pela capacidade de consumo dos proprietários.

Assim, está área do Paraná Tradicional vai permanecer pouco dinâmica, isolada do pólo capitalista da economia por longo período. Entretanto, a partir do momento em que as modernas vias de comunicação ligam estas regiões a mercados em expansão, elas tendem a modernizar-se. Os produtores são induzidos pelo comércio ou pela indústria a se incorporarem à economia mercantil e neste movimento vão perdendo suas características tradicionais e assumindo progressivamente as feições da agricultura mais avançada. É claro que este processo pode ser mais ou menos rápido, dependendo de uma série de fatores, mas acredita-se que é inexorável e há tempos que no Paraná, nas áreas mais atrasadas, são notadas as transformações que apontam nesta direção.

Finalizando, por ser este tópico uma primeira aproximação da agricultura do Paraná, a ela se voltará quando forem discutidas, mais adiante, as relações entre a agricultura e a indústria e também quando forem analisadas as perspectivas da economia paranaense.

## 1.2 A INDÚSTRIA

A indústria do Paraná não apresenta o mesmo dinamismo da sua agricultura e seu comportamento é bastante desigual nas últimas décadas. Na década de 50, apesar do expressivo crescimen-

<sup>2</sup> Fundação IPARDES. *Formação de capital na agricultura paranaense*. Curitiba, 1979. 119fl. Con-10 vênio CODESUL/Fundação IPARDES.

to da indústria, esta era ainda bastante rudimentar. Já os anos 60 não foram favoráveis a este setor que vai deslanchar somente na última década.

Até o início dos anos 60, poder-se-ia afirmar que economicamente, existiam dois "paraná's": o do norte cafeeiro e o resto do Estado, e que entre os dois eram extremamente débeis as relações econômicas. O Norte, articulado à economia paulista, não vai apresentar condições para um vigoroso crescimento industrial. Quando se dá a expansão desta região, São Paulo já contava com um vasto parque industrial e a produção agrícola do Norte encaminhava-se para aquele Estado, da mesma maneira que as indústrias paulistas encontravam mercados no Norte paranaense.<sup>3</sup>

Nestas condições e, dadas as características da produção agrícola do Paraná, dificilmente poderia surgir um capital industrial no Norte (assim como não apareceu no interior de São Paulo), já que em primeiro lugar, pelas facilidades de transporte, teria que enfrentar a concorrência da indústria paulista. Em segundo lugar, todo sistema bancário e comercial atrelado ao café paranaense, tinha sua sede em São Paulo e seus possíveis excedentes financeiros, que pudessem ser investidos na indústria, o seriam em São Paulo; isto porque a região não apresentava a infra-estrutura adequada à indústria (carência de energia elétrica, etc.). Por outro lado, a economia de pequenos produtores apresentava poupanças atomizadas, as quais muito provavelmente dirigiam-se para a construção civil, ou outras atividades urbanas não-industriais.

Assim a expansão cafeeira no Norte do Paraná vai ser incapaz de impulsionar a indústria local e, como mantinha débeis ligações com o resto do Estado (frise-se que a ligação rodoviária do Norte com Curitiba somente se completa na década de 60), não apresentará estímulos à indústria do resto do Estado.

Quanto às regiões paranaenses de povoamento mais antigo, como já foi exposto, apresentavam uma agricultura pouco dinâmica e com baixo grau de mercantilização. Ora, é fundamental a preexistência de mercado com razoável dimensão para que possa surgir a indústria. Melhor explicando, é claro que depois de instalada a indústria, sua própria acumulação expande seu mercado, mas para que surja, é necessária a preexistência de mercados. Todavia não somente a ausência de mercados explica a inexistência de indústrias dinâmicas na região. É claro também, em contrapartida a essa ausência de mercados, a inexistência de excedentes financeiros que pudessem ser investidos na indústria. Além disto, no Paraná Tradicional eram também precárias a infra-estrutura de transporte, a geração de energia elétrica, etc.

Desta forma, resumindo, o Paraná até o início dos anos 60 vai apresentar uma indústria basicamente ligada à produção primária e de baixo grau de elaboração, como é o caso do beneficiamento de produtos agrícolas (principalmente do café), ou mesmo a indústria da madeira. É evidente que a concorrência paulista não é a explicação mais relevante para a ausência da diversificação industrial, já que o Estado apresentava áreas pouco dinâmicas e não era integrado economicamente - carente que era de modernos sistemas de transporte e com deficiências na geração de energia elétrica. Finalmente, não havia um sistema adequado de financiamento de investimentos industriais, como também o Governo, nesta fase, manteve-se omissivo, sem qualquer política em relação à indústria.

Enquanto isto, a economia brasileira passava por transformações profundas, principalmente na segunda metade dos anos 50. O Plano de Metas<sup>4</sup> contemplava grandes investimentos em energia e transportes como também uma política que, implementada, possibilitou um salto qualitativo no parque industrial nacional, integrando à indústria existente os modernos setores da indústria pesada, de bens de capital e dos duráveis de consumo (principalmente a automobilística). Assim, o País ingressa nos anos 60 com moderno e integrado parque industrial e as ligações rodoviárias asfaltadas incorporam mercados até então isolados. Dessa forma foram dados os últimos passos na constituição de um mercado nacional e tudo isto terá repercussões para a indústria paranaense.

Como foi visto, os anos 60 não são favoráveis à indústria paranaense e esta cresce menos que a indústria do Brasil que passa por grave crise. Ocorreu que, executado o Plano de Metas, a econo-

<sup>3</sup> MAGALHÃES FILHO, Francisco. *Paraná: premissas para uma política econômica*. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba (10) jan./fev. 1969.

<sup>4</sup> LESSA, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. *Caderno do IFCH, Campinas, UNICAMP*.

mia através de seus impulsos avança até 1961-62 e a partir daí começa a denotar sinais de crise a qual se aprofunda, e a retomada de crescimento industrial somente vai se dar a partir de 1967-68.

Esta foi uma crise típica do capitalismo e, como tal, apresentou determinadas características, entre as quais cabe destacar aqui a queda do investimento privado e a exacerbação da concorrência entre empresas, com a eliminação das mais débeis. Pois bem, na época do Plano de Metas, avançou-se na construção de modernas rodovias, o que juntamente com a implantação da indústria automobilística, representou significativa modernização do sistema de transportes permitindo progressiva integração do mercado nacional.

Nestas circunstâncias, o pólo industrial mais avançado localizado em São Paulo, vai concorrer agressivamente em mercados antes isolados, abastecidos por indústrias locais. Esta concorrência, juntamente com outras determinações da crise, como a queda dos investimentos, vai conformar um quadro adverso às indústrias de vários estados. \* Na realidade estava-se assistindo a um processo mais profundo de divisão do trabalho na área industrial entre as distintas regiões do País, dada a integração havida no mercado nacional.

Abrindo um parênteses, entende-se que, ao contrário do que muitos afirmavam, nos anos 60 este processo não implicou numa simples e progressiva concentração industrial em São Paulo, ou seja, numa divisão do trabalho na qual o resto do Brasil se dedicaria à produção primária e São Paulo à indústria. As economias regionais, diante da concorrência da produção do Sudeste, reagem e implantam, como se verá a seguir, um novo tipo de indústria, agora voltada ao mercado nacional, e igualmente vários estados começam a apresentar taxas de crescimento industrial superiores às do Brasil, mostrando nitidamente que não estão condenados à produção primária. E mais, se isto não ocorre em determinados estados, é muito mais pela falta de dinamismo das economias locais do que devido à presença dominante de São Paulo na economia nacional.

Voltando ao Paraná, veja-se como reagiu diante da situação crítica dos anos 60. Através de seu governo cria a CODEPAR, depois transformada em Banco de Desenvolvimento (BADEP), órgãos dedicados a atender às exigências de uma política de desenvolvimento, ou mais especificamente, a uma política de industrialização. Esta política, em seus princípios, voltou-se basicamente para a construção de infra-estrutura, ou seja, investimentos em energia elétrica e construção de um sistema rodoviário que permitisse a integração da economia paranaense. Na medida que se ia implantando esta infra-estrutura, a atuação do BADEP, juntamente com as condições propícias do Estado, possibilitaram a implantação de novas indústrias.<sup>5</sup>

A fase de grande crescimento da economia nacional, correspondente ao ciclo de expansão que se inicia em fins dos anos 60, encontrará no Paraná condições internas extremamente propícias à indústria. Estas condições, juntamente com a agressiva política do BADEP, possibilitaram o extraordinário salto no crescimento industrial do Estado, que atinge a taxa de 23,04% ao ano, entre 1970 e 1975. Com isso não se afirma que a industrialização do Paraná é resultado da pura atuação do BADEP, mas simplesmente, atenta-se para o fato de que este órgão serviu de importante ponto de apoio para o processo.

Os dados de crescimento da produção não mostram, entretanto, as alterações qualitativas ocorridas na indústria paranaense. Na realidade, esta década vê nascer novo tipo de empresa no Estado: a indústria do Paraná não é mais aquela pequena indústria das décadas anteriores, ou voltada para os reduzidos mercados locais, ou então, dedicadas basicamente às atividades rudimentares do primeiro processamento de produtos agrícolas, ou seja, uma indústria pouco avançada tecnologicamente e geralmente de reduzidas escalas de produção. A nova indústria que surge baseia-se em

\* É claro que uma crise como a dos anos 60 afeta a indústria do País como um todo, provocando quebras e falências mesmo no pólo mais avançado da economia. Entretanto, dado que ocorreu simultaneamente à efetiva integração do mercado nacional, seu efeito será desigual nas distintas regiões do País. Com empresas de menor porte e de reduzidos recursos financeiros, os pólos industriais mais atrasados sofrerão mais duramente com a crise que o pólo avançado.

<sup>5</sup> AUGUSTO, Maria Helena Oliva. *Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista; estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná) São Paulo, Símbolo, 1978. 223p.*

MAGALHÃES FILHO, Francisco. *Perspectivas industriais do Paraná. Revista Paranaense de Desenvol-*

empresas de grande porte voltadas para o mercado nacional e internacional, com tecnologia moderna e escalas de produção de grandes dimensões. Em uma palavra, é competitiva e faz parte do aparelho industrial nacional, isto é, não faz parte somente da economia regional. \*

Do ponto de vista dos gêneros industriais, a base da indústria do Paraná continua ainda a ser dada pela agroindústria. Entretanto, também quanto a eles tem-se mudanças qualitativas, já que houve uma relativa diversificação do parque industrial, surgindo de forma expressiva novos gêneros, como, por exemplo, material de transporte, material elétrico e de comunicações e o refino de petróleo.

### 1.3 AS RELAÇÕES ENTRE A AGRICULTURA E A INDÚSTRIA

Antes de avançar no tema deste tópico, cabem algumas considerações. Não se pretende discutir aqui as relações entre a economia do Paraná e a economia brasileira, ou mesmo, as relações entre o Paraná e São Paulo. Como bem demonstra Augusto,<sup>6</sup> quando se abordavam estas relações, estava-se no fundo discutindo as relações entre a agricultura e a indústria, ou então, as relações entre a agricultura e outros setores econômicos, dado o caráter ainda agrário da economia do Paraná. Assim, entender-se-á melhor a dinâmica da economia paranaense ao se centrar a análise nestas relações, abandonando, no momento, a dimensão regional da questão, para voltar a ela quando estiverem mais claras as relações entre a agricultura e a indústria.

Em nível geral, chama a atenção a perda de importância econômica da agricultura no Brasil. Depois de 1930, a indústria vai progressivamente assumindo posição dominante na economia nacional, fato este que não foge à regra, já que ocorre em qualquer economia que se industrializa, dado que neste processo a demanda de produtos agrícolas evolui mais lentamente que a demanda de produtos industriais (tabela 1.1).

TABELA 1.1 PARTICIPAÇÃO DO VALOR DO PRODUTO AGRÍCOLA EM RELAÇÃO AO PRODUTO NACIONAL

ANOS	VALOR DO PRODUTO AGRÍCOLA
1949	24,9
1959	19,2
1970	10,2
1980	10,3

FONTE: Centro de Contas Nacionais e Centro de Estudos Fiscais DES/IBRE/FGV

Ao longo do processo de industrialização, a agricultura vai também perdendo importância política, sendo cada vez mais incapaz de defender seus interesses. Deste modo, por exemplo no Brasil, a política cambial na década de 50 foi implicitamente favorável à indústria. E não era somente através da política cambial que se beneficiava este setor: o confisco cambial do café foi

\* Como lucidamente preconizava F. Magalhães Filho: "Integramo-nos no sistema industrial nacional significa produzirmos em função dele, significa determinar a escala de nossos estabelecimentos industriais em função da concorrência da produção nacional" (MAGALHÃES FILHO, Francisco. *Perspectivas industriais do Paraná*. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, (15) 20, nov./dez. 1969.)

<sup>6</sup> AUGUSTO, Maria Helena Oliva. *Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista; estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná) São Paulo, Símbolo, 1978. 223p.*

um poderoso mecanismo de transferência de renda da agricultura para a indústria e constitui uma importante fonte de recursos financeiros de apoio ao Plano de Metas.<sup>7</sup>

Outro aspecto ilustra a perda de importância da agricultura, já que em suas relações econômicas mais diretas de compra e venda frente à indústria, esta vai ser o pólo mais forte. Melhor explicando: antes da indústria assumir posição dominante, a agricultura relacionava-se basicamente com o comércio e com o sistema bancário. Na medida em que avança o processo de industrialização, o setor agrícola tende progressivamente a estreitar suas relações com a indústria. Isto é explicado por dois fatores: em primeiro lugar porque os produtos agrícolas são cada vez mais industrializados antes de atingir o consumidor e, em segundo lugar, porque a agricultura consome um número cada vez maior de insumos e máquinas produzidos pela indústria. Por outro lado, o comércio vai também perdendo importância frente à indústria, que passa a estabelecer suas relações mais diretamente com os produtores rurais, ou vendendo sua produção através de representantes, ou comprando a produção agrícola diretamente dos produtores.

É evidente que nestas relações a parte mais forte é a indústria, cujos recursos econômicos e financeiros superam de longe os da agricultura. Mas não somente por isso, pois, numa economia industrial como a brasileira, o mercado de produtos agrícolas e o de produtos industriais são bastante distintos. A agricultura conforma um mercado nitidamente concorrencial, isto é, existiria uma aguda concorrência entre produtores e os preços tenderiam a refletir os efeitos da concorrência. Diferentemente, a indústria produtora de insumos é geralmente oligopólica e aquela compradora de produtos agrícolas é geralmente oligopsonica. Neste tipo de mercado as empresas dificilmente concorrem via preços entre si.<sup>8</sup> Assim, se abandonada ao livre jogo de mercado numa economia industrial oligopólica, a agricultura tenderia a crises crônicas e se mostraria incapaz de defender sua renda líquida. Esta situação pode ser evitada somente pela intervenção do estado, que passa a realizar políticas de preços mínimos, de crédito, financia a pesquisa de novas tecnologias, etc., única forma de garantir a expansão e a organização da produção agrícola.

Nestas circunstâncias, poder-se-ia afirmar que a intervenção do estado, de certa forma, regula a rentabilidade do setor agrícola. Entretanto, no Brasil, esta ação implicará em sérios conflitos econômicos e políticos. Senão, observe-se em primeiro lugar, as políticas de crédito subsidiado que entram em conflito com a ação do Governo, o qual visa controlar a expansão monetária na luta contra a inflação. Na medida que, quanto maior o subsídio implícito maior o volume de crédito demandado, este sofrerá limitações impostas pela luta contra a inflação. Entretanto, o estado, por sua vez, não pode reduzi-los drasticamente, sob pena de perda de rentabilidade do setor agrícola e com isto de sua capacidade de expansão.

Outra forma de atuação do estado, a fixação de preços mínimos também é contraditória no que diz respeito aos produtos agrícolas de consumo interno. Em sua política de controle de inflação, o Governo tenderá a limitar os aumentos de preços destes produtos agrícolas. Tal ação entra em conflito com outro objetivo, que é a expansão da produção de alimentos para atender à crescente demanda urbana nacional. Vê-se portanto que é estreita a margem de atuação do Governo, e as metas de supersafras e controle de inflação são, até certo ponto, contraditórias, já que para se expandir a produção agrícola de mercado interno é necessário aumentar sua rentabilidade via preços ou subsídios, e isto implicaria em recrudescimento da inflação. Esta é uma das causas das maiores dificuldades com que se defronta a agricultura de consumo interno em relação à produção voltada para a exportação, como atesta o crescente volume de importação de produtos agrícolas dos últimos anos.

A agricultura de exportação, livre destas limitações - pois tem seus preços determinados no mercado internacional - apresentará maior vigor. Entretanto, mesmo neste setor, o Governo tentará regular a rentabilidade e a expansão, como demonstra a política de confisco cambial aplicada ao café. Finalmente a política de maiores desvalorizações cambiais, mais favorável aos produtores

<sup>7</sup> *Op. cit. nota 4.*

<sup>8</sup> GALBRAITH, J. K. *Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

ROBERTSON, R. M. *A agricultura numa economia industrial*. In: —. *História da economia americana*.

que exportam, entra em choque com poderosos interesses dos setores industriais importadores de máquinas e equipamentos, com aqueles endividados no exterior, para os quais a desvalorização da moeda nacional implicaria em aumentos de custos econômicos ou financeiros, e também com a política antiinflacionária.

Nestas circunstâncias, entende-se que a rentabilidade do setor agrícola é determinada e mediada, até certo ponto, pela política. Desta forma a capacidade de defender seus interesses dependerá da organização política da agricultura, e a recente extinção do imposto à exportação da soja mostrou bem isto, ou seja, através de um movimento político, os produtores conseguiram derrubar o imposto e assim garantiram melhor rentabilidade à sua produção.

Feitas estas considerações, retorna-se ao Paraná, chamando a atenção inicialmente para o fato de que, quando se dá a ocupação econômica do Norte, a agricultura a nível nacional já era um setor subordinado. Assim aquela aparente situação periférica do Paraná em relação a São Paulo, não era senão a relação real de subordinação política e econômica da agricultura frente à indústria.

Entretanto, a agricultura paranaense durante a década de 50 estabelecia ainda suas relações econômicas mais diretas com o comércio e com o setor bancário. Na medida em que a industrialização avança, a agricultura mantém relações cada vez mais estreitas com a indústria, e é a este processo que se assiste nos anos 60 e que se acelera rapidamente na década de 70.

A política de industrialização adotada pelo governo estadual, atuando numa linha de menor resistência, impulsiona o estabelecimento de vários setores industriais, mas sem dúvida os mais expressivos foram os agroindustriais. Nestas condições, relações diretas de compra e venda entre a agricultura e a indústria tenderam a ser internalizadas no estado. O setor agrícola, que já era subordinado a nível nacional, mas antes desta fase ainda era o sustentáculo da economia paranaense, vai progressivamente perdendo sua importância relativa mesmo a nível da produção estadual.

Observe-se a seguir algumas formas concretas de integração agricultura-indústria. Em primeiro lugar, a criação de um moderno setor industrial produtor de máquinas e equipamentos agrícolas, defensivos e adubos químicos, rações, etc., é evidentemente condição para determinado tipo de modernização da agricultura e pecuária. Entretanto, estas indústrias não assumem um papel meramente passivo neste processo, já que passam a ter força suficiente para direcionar o crédito do governo central, ou mesmo estabelecer seus próprios mecanismos de financiamento, etc., enfim vão estimulando o consumo de seus produtos, fazendo com que estes gastos sejam economicamente compensadores para a agricultura.

Deste modo a modernização da economia agrícola paranaense foi impulsionada, em grande parte, pela entrada em funcionamento dos setores agroindustriais, seja a nível nacional ou local. Uma comparação entre dois tipos de culturas talvez ilustre melhor estas afirmações. Como observa Graziano,<sup>9</sup> a soja no Brasil teve ao seu alcance desde seu início um verdadeiro pacote tecnológico. Em outras palavras, a tecnologia adequada a esta cultura, gerada no exterior, estava disponível para as indústrias produtoras de insumos, máquinas, etc., e pôde ser oferecida aos agricultores impulsionando, portanto, o estabelecimento no Brasil deste novo e moderno tipo de lavoura. É evidente que os bons preços no mercado internacional também tiveram seu papel neste processo, entretanto o caráter moderno e tecnificado desta cultura somente pode ser explicado pelas suas relações com a indústria.

Num outro pólo da comparação aparece o feijão, cultura realizada ainda de maneira tradicional já que não dispõe até hoje de tecnologia avançada, e isto vinha impedindo que esta atividade assumisse um caráter moderno e capitalista. Entretanto Graziano, na mesma obra citada, refere-se a pesquisas recentes patrocinadas pelo Governo, que apontam na direção de uma nova tecnologia adequada a esta cultura, o que sem dúvida propiciará sua total transformação. É claro mais uma vez, que o feijão, produto de mercado interno, sofre a mesma penalização, já referida anteriormente, da limitação de preços, o que explicaria, em parte, seu atraso em relação a outras culturas. Acredita-se entretanto, que aqui o essencial é a ausência de tecnologia moderna que apoie a transforma-

<sup>9</sup> SILVA; José Graziano da. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista*. Campinas, 1980. Tese. Doutorado. UNICAMP.

ção de sua cultura e, que em última instância, somente pode lhe ser oferecida pela indústria. \* Em resumo, o que se pretende afirmar é que são as relações com a indústria que explicam a modernização da agricultura e não o fato de determinadas culturas visarem a exportação e outras o consumo interno. Por isto mesmo pensa-se que, com maior ou menor rapidez, a agricultura como um todo apresenta tendências a modernizar-se, e tal já pode ser constatado com a tecnificação crescente de várias atividades ligadas à produção destinada ao mercado interno.

Por outro lado, a indústria quando passa a comprar diretamente a produção agrícola também impulsiona a sua modernização, pois a exigência quanto à padronização do produto implicará na introdução de novas técnicas de produção. Assim, abatedouros e frigoríficos, por exemplo, passam a oferecer aos produtores: rações, matrizes, etc., o que propiciará grandes aumentos de produtividade e crescente dependência dos produtores em relação ao setor industrial. A agroindústria poderá também integrar-se horizontalmente, formando complexos, como, por exemplo, a produção de rações integrada com o abate de animais. Nestes complexos a agricultura passa a representar simples elo de uma corrente mais ampla, sendo seu ritmo e processo de produção comandados pelo elo industrial da cadeia.

Também o caráter diversificado da agricultura pode ser explicado pelas suas relações com a indústria. Assim, no processo de industrialização crescem os mercados urbanos para produtos alimentares, impulsionando a diversificação da agricultura. Por outro lado, a agroindústria, comprando diretamente dos produtores rurais, comandará a diversificação, ou seja, a agroindústria instalando-se numa área de agricultura dinâmica como o Paraná, impulsiona ela própria a produção das matérias-primas de que necessita, já que a agricultura tem condições de responder às suas demandas, mesmo quando se trate de matérias-primas que a agricultura local anteriormente não produzisse.

Em resumo, neste tópico tenta-se demonstrar, em primeiro lugar, como a agricultura é um setor subordinado a nível nacional e como esta relação tende agora a ser internalizada no Estado do Paraná e, em segundo lugar, acentua-se que o processo de modernização da agricultura é um mero aspecto de um processo mais amplo de modernização da economia nacional, comandado pela indústria. Por isto acredita-se que não têm sentido as afirmações de que a agricultura dinâmica seria aquela voltada para o mercado externo e a tradicional a que produz para consumo interno.

Explicando melhor, as limitações impostas pelo Governo aos produtos de consumo interno podem, no máximo, retardar a modernização deste setor mas não impedi-la, já que a modernização é o resultado da relação que a indústria estabelece com a agricultura. Conseqüentemente a tendência à transformação atingirá todos os setores agrícolas e agropecuários, inclusive aqueles de consumo interno, e produtores de matérias energéticas, como, por exemplo, o milho, o arroz, a cana-de-açúcar, a suinocultura e avicultura, a pecuária de leite e corte, etc.

Sintetizando estes primeiros tópicos, dir-se-ia que era condição necessária a agricultura ser mercantil e fazer parte de um núcleo capitalista para que fosse dinâmica, diversificada e apresentasse tendências à modernização. Este tipo de economia agrícola existente no Paraná somente pode dar o salto qualitativo da modernização rápida dos anos 70 devido à implantação anterior de um parque industrial ligado a atividades rurais; salto este que vem reforçar seu caráter dinâmico e diversificado. Finalmente pretende-se acentuar que neste processo a indústria e a agricultura exercem papéis ativos: a indústria impulsionando suas vendas e compras da agricultura e esta, somente porque possuía as qualidades acima explicitadas, é que incorporou os impulsos de modernização propostos pela indústria.

## 1.4 O SETOR PÚBLICO

A crescente presença do Estado na vida econômica e social em países industrializados ou que

\* Como já foi citado anteriormente, dado o caráter desconcentrado da produção agrícola (desconcentrado em relação à indústria), esta é incapaz de gerar em sua própria atividade novas tecnologias, ou mesmo, de financiar nas unidades produtivas, pesquisas tecnológicas. Assim a pesquisa tecnológica agrícola é normalmente realizada ou pelo Estado ou pelas indústrias produtoras de insumos e máquinas. É claro também, que o setor agrícola não tem neste processo papel puramente passivo, já que ser dinâmico e capitalista é condição para que possa incorporar novas tecnologias.

passam por processos de industrialização, é um fenômeno marcante. No Brasil, não fugindo à regra, a partir de 1964 dá-se um salto qualitativo nesta área, aumentando a participação do estado, que passa a ter notável capacidade de intervenção em praticamente todas as áreas da economia e da sociedade.

Um dos pontos de apoio desta intervenção é dado pela capacidade do estado em apropriar-se e manipular crescentes massas de recursos financeiros. Desde o início dos anos 60 já se detectava a inadequação do sistema tributário vigente, o qual passa por profundas reformas em 1966. Por outro lado, a partir de 1964 houve notável concentração de poderes políticos nas mãos do governo central. Como reflexo desta centralização de poderes, a reforma tributária que se implanta, centralizará também a capacidade de exação de impostos na área federal, reduzindo em termos relativos a participação dos estados e municípios na arrecadação total.

A nova sistemática adotada, tornando monopólio do governo central o poder de legislar sobre tributos, resulta em notáveis desníveis quanto à arrecadação tributária, entre os estados e o Governo Federal. Assim, a arrecadação tributária federal, tal como ocorre nos países mais avançados, tende a crescer a taxas superiores àquelas do incremento da renda e do produto. A nível dos estados, a arrecadação, baseada fundamentalmente no ICM, tende a crescer menos que a renda, o que não deixa de ser paradoxal, pois os encargos e atividades aos quais os estados devem responder, são crescentes.

Nestas condições, na década de 70, assiste-se ao esvaziamento financeiro dos estados, o qual vai ser enfrentado, em primeiro lugar, via transferências financeiras da União. A nível estadual, por sua vez, recorre-se com freqüência, a operações de crédito, o que resulta em crescente endividamento. Ressalta-se que o caráter vinculado das transferências federais estreita ainda mais o raio de manobra dos estados nos gastos públicos.

Dessa forma, na última década, as operações de crédito, tornadas práticas habituais das administrações estaduais, fazem com que a participação dos recursos assim conseguidos seja crescente em relação às receitas totais na maioria dos estados brasileiros. Também as transferências federais vão aumentando sua participação nas receitas estaduais.

Entretanto, o Paraná foge à regra dos estados brasileiros. As operações de crédito não se tornaram prática habitual e o Estado vai recorrer a elas somente em algumas ocasiões de quebra de arrecadação, resultada de safras agrícolas desfavoráveis. Será reduzida a participação dos recursos assim obtidos na receita total, que é até mesmo superavitária, quando se considera a década de 70. Por outro lado, o Paraná é um dos estados no qual menos pesam as transferências federais em relação à receita total.

É sabida a estreita dependência da economia paranaense em relação à agricultura, pois apesar da indústria ter peso relativo crescente, ela é basicamente agroindustrial, o que recoloca a questão da dependência em relação à agricultura. Tudo isto faz com que anos de quebras de safras signifiquem anos de dificuldades quanto às receitas estaduais. São, portanto, estas circunstâncias que explicam o fundamental das dificuldades financeiras do Paraná, ou seja, enquanto as dificuldades financeiras dos estados brasileiros vão se tornando crônicas, no Paraná somente se manifestam de forma episódica, nos casos de más safras agrícolas.

O que explicaria então a situação de certa forma privilegiada do Paraná em relação a outros estados do Brasil, quanto a maior independência de sua receita frente a operações de crédito e transferências federais? Em primeiro lugar, acredita-se que isto se deve ao notável crescimento de sua renda interna. Assim, apesar da arrecadação crescer relativamente menos que a renda, seu incremento em termos absolutos foi alto, minimizando as dificuldades financeiras do Estado.

Entretanto, não é somente esta a explicação, já que o Estado pode contornar as dificuldades financeiras via redução relativa de certas despesas. Desta forma, se o governo estadual garante o atendimento dos gastos da área econômica, basicamente aqueles ligados à construção de infraestrutura, relega a um segundo plano os gastos sociais, além de comprimir as despesas com pessoal. Nestas condições, enquanto aumenta a participação relativa dos gastos econômicos na despesa total e, com exceção do saneamento básico, cai principalmente a participação relativa dos gastos sociais, basicamente com a educação, a saúde e com o pessoal do Estado, o que sem dúvida afeta a qualidade dos serviços prestados. Portanto, assistiu-se no Paraná, uma repetição do que ocorria a nível nacional: as autoridades concentraram a atenção sobre as questões econômicas e, de certa forma, relegaram a um segundo plano as questões sociais.

Para concluir, nota-se que vão se avolumando as críticas ao sistema tributário vigente e a nova etapa, na qual ingressa o País, está a exigir uma nova reforma que propicie maior autonomia 17

financeira aos municípios e aos estados. Por outro lado, torna-se cada vez mais evidente que os gastos públicos deveriam ser mais equilibradamente distribuídos entre a área social e a econômica.

## 1.5 A SOCIEDADE E A QUESTÃO SOCIAL

A estrutura social do Paraná, conformada nos anos de rápida ocupação, entre 1940 e 1970, não traz em si pesadas heranças do período colonial. Em outras palavras, o Estado não viveu significativamente um passado de latifúndio e escravidão como outras áreas do País.

A colonização se deu em "vazios sociais", o que imprimirá à sociedade que vai se conformando, características bastante específicas. Até o início dos anos 40 era rarefeita sua população, concentrando-se nas regiões de colonização européia e nas áreas de grandes propriedades dedicadas à pecuária. A partir daí, intensifica-se o crescimento populacional do Estado, e nas décadas de 50 e 60, a ocupação atinge ritmo extremamente acelerado (tabela 1.2).

TABELA 1.2 - TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO

	1940-50	1950-60	1960-70
Paraná	5,51	7,28	4,98
Brasil	2,39	2,99	2,89

(em %)

FONTE: FIBGE

Dois fluxos migratórios podem ser detectados. Um que se origina dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que vai ocupando o Paraná pelo Sul e Sudoeste em direção ao Oeste, e outro, com origem principalmente em São Paulo e Minas Gerais, que se dirige ao Norte do Estado caminhando para Noroeste. Conseqüentemente, em poucas décadas deu-se a completa ocupação territorial do Paraná, num processo de colonização que, evidentemente, não estava livre de conflitos pela posse da terra, que em algumas regiões atingiu grande violência.

A ausência de passado colonial e a colonização realizada via pequenas propriedades farão com que surja no Paraná uma sociedade cuja base é dada por pequenos produtores, com ou sem terras. Assim predomina a pequena propriedade nas zonas de colonização européia, nas áreas de ocupação gaúcha e catarinense, como também no Norte do Estado, sendo que nesta última região era também numeroso o contingente de pequenos produtores sem terra, como os colonos e meeiros.

Nas cidades predominavam o comércio e os serviços ligados às atividades agrícolas. A indústria era econômica e socialmente de pouca relevância. Os trabalhadores assalariados não representavam contingente expressivo, tanto nas cidades como no campo.

Este tipo de sociedade vigente até meados de 60 vai sofrer profundas alterações, principalmente ao longo da década de 70. Em primeiro lugar a modernização da agricultura dispensa meeiros e colonos, já que por esta época as condições do mercado de trabalho eram favoráveis ao assalariamento. A mecanização das lavouras vai, por sua vez, dispensando crescentes contingentes de trabalhadores agrícolas. Finalmente, o processo de concentração da propriedade vai eliminando pequenos proprietários. Estes fenômenos não são mais que o resultado da modernização da agricultura que se dá em economias industriais; processo este que tende a reduzir, em termos relativos ou mesmo absolutos, o número de agentes dedicados às atividades rurais.

Pois bem, se a agricultura expulsou trabalhadores, a indústria por seu turno, apesar das altas taxas de expansão de seu emprego, incorpora reduzido número deles. Assim, se o emprego industrial cresceu a 8,9% ao ano entre 1970 e 1975, o número de trabalhadores na indústria cresce de

111 973 para 171 267. \*

Desse modo, se nas décadas de 50 e 60 o Paraná recebia grandes massas de migrantes de outros estados, o processo inverte-se nos anos 70. Os trabalhadores que emigram do campo, sem condições de permanência na região, dirigem-se para outros estados, e nesse ponto, chama-se a atenção para a ausência de políticas do Governo que visem a permanência desta população. É evidente que este êxodo rural representa grave problema social.

Na realidade presencia-se fenômenos que impugnam certas teses dos anos 50, que defendiam que o processo de desenvolvimento resolveria as questões sociais. O desenvolvimento econômico é somente condição necessária para a melhoria do bem-estar social, mas não é de forma alguma, condição suficiente. A história do País nos últimos vinte anos, e a do Paraná em particular, mostra claramente que o desenvolvimento econômico pode vir acompanhado de agudas questões sociais e mesmo de quedas no padrão de vida da população, e que isto pode ocorrer sempre, a menos que se implemente políticas sociais conseqüentes.

Até recentemente era patente o descaso com que se tratavam as questões sociais no Brasil. Entretanto, assiste-se agora às primeiras reações quanto a esta atitude, tendo mesmo o governo central abandonado a chamada teoria do bolo, ou seja, primeiro crescer e depois distribuir. Assim promovem-se estudos e debates que sirvam de suporte à políticas de emprego, de melhoria da alimentação popular, de seguros sociais, etc. Tenta-se também melhorar e avançar políticas de saúde pública, de habitação, de transporte de massa, etc. Enfim, torna-se cada vez mais evidente a exigência de uma política de gastos sociais mais agressiva, adequada à chamada "abertura política".

Analisando a política de gastos sociais do Paraná, nota-se que até o presente limitou-se a seguir a política federal, restringindo o âmbito de sua atuação aos campos da saúde, educação e saneamento básico. Por outro lado, seus problemas específicos, como a questão social resultada do êxodo rural ou do progressivo assalariamento no campo, não foram enfrentados, e o fato da miséria absoluta e da marginalização não serem tão agudas no Estado é devido exatamente à migração da população, expulsa do campo para outras regiões.

Ora, entende-se que se o governo estadual levasse em conta a questão social, considerando a pujança da economia do Paraná poderia adotar políticas sociais mais avançadas, como, por exemplo: a efetiva erradicação das favelas via política habitacional que atendesse às populações mais carentes; extensão da assistência escolar, com a criação de creches em locais de trabalho, dada a crescente integração da mulher no mercado de trabalho; extensão da política de alimentação popular; seguros e assistência sociais aos trabalhadores volantes da agricultura; política de emprego visando reter no Estado a população saída do campo, etc.

Em resumo, da mesma forma como o Governo, a partir da década de 60, agiu decisivamente implementando uma política de industrialização, subvencionando largamente a instalação de indústrias, etc., poderia agora realizar efetiva política de gastos sociais, buscando a convergência entre uma economia dinâmica e o bem-estar social. E, levando em conta os recursos do Estado e o nível das questões sociais a serem enfrentadas, o Paraná, se não é o primeiro Estado da Federação do ponto de vista econômico, seguramente poderia sê-lo do ponto de vista do bem-estar social.

## 1.6 PERSPECTIVAS

Neste tópico tentar-se-á analisar brevemente as perspectivas que se abrem à economia e à sociedade paranaense. A tarefa, sem dúvida, envolve riscos, dado o momento de crise vivido pela economia nacional. Por isso levar-se-á a análise em duas etapas: em primeiro lugar, as perspectivas da economia paranaense a longo prazo e, em seguida, os possíveis comportamentos do Paraná neste momento de crise.

\* Aqui não se está sugerindo que a indústria poderia resolver a questão social do emprego. Ela somente pode servir de suporte para a criação de emprego em outros setores, pois é sabido que por sua alta intensidade em capital, o investimento industrial tem efeito reduzido sobre a demanda de trabalho. Assim, é necessário abandonar a idéia de "reinventar a roda", isto é, deve-se esquecer o sonho utópico de tecnologias alternativas que fossem intensivas em trabalho. Este sonho deve ser substituído pela realidade de políticas de emprego, direcionadas pelo gasto público, única forma de minorar a marginalização de grande parte da população.

Apesar do esgotamento da fronteira agrícola, as perspectivas para a agropecuária do Estado são promissoras. Este setor poderá continuar a crescer de duas formas: em primeiro lugar, através da incorporação de atividades que possam gerar maior valor agregado por área utilizada. Assim, por exemplo, áreas atualmente dedicadas à pecuária podem vir a tornar-se regiões agrícolas, o que aumentaria o valor da produção local.

Por outro lado, os índices de produtividade da agricultura paranaense são baixos, se comparados com aqueles de economias mais avançadas, o que indica que a produtividade agrícola ainda pode crescer bastante, sustentando o incremento da produção estadual; dessa forma o aprimoramento das tecnologias passa a ter importância decisiva, sendo fundamental o apoio do Estado nesse setor.

A concentração da propriedade bem como o progressivo assalariamento na agricultura são processos que devem prosseguir. Finalmente, é de se prever que as cooperativas tenham importância cada vez mais expressiva, tanto na comercialização como na industrialização de produtos agrícolas.

Entretanto, como já se salientou, é decrescente a importância da agricultura no valor da produção do Estado e, no que implica a expansão da economia paranaense, esta deverá basear-se cada vez mais na indústria, podendo crescer tanto pelo estabelecimento de novos setores industriais como também pela expansão dos existentes.

Mas sem dúvida, na indústria paranaense continuará a ter importância os setores agroindustriais e nesta área o Estado tem ainda longo caminho a percorrer. Em outras palavras, o Brasil em geral e o Paraná em particular, têm ainda vasto campo a explorar nas áreas industrial e de serviços ligados à agricultura. Por exemplo, no Brasil em 1969, 65,1% da produção rural chegava aos portos de exportação ou ao consumidor final sem qualquer processamento industrial. Ora, esta percentagem atingia apenas 12,2% nos Estados Unidos em 1967 e 26,2% na França em 1970.

Tomando-se o valor do complexo rural nos Estados Unidos, um outro indicador do fato acima referido pode ser visto na tabela 1.3.

TABELA 1.3 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS DIVERSOS AGREGADOS NO COMPLEXO RURAL NORTE AMERICANO

AGREGADOS	EM % DO VALOR DA PRODUÇÃO		EM US\$ BILHÕES		EVOLUÇÃO	
	1910	1965	1910	1965	1910	1965
Produção de Insumos rurais	11	21	1,0	32	1	32,0
Produção da Agricultura	54	11	4,8	16	1	3,3
Armazenagem, processamento e distribuição final	35	68	3,1	102	1	32,9

FONTE: LAUSCHNER, Roque. *Industrialização de produtos agrícolas. Executivo, Porto Alegre, 4(18): 25-30, jul./set. 1978.*

A tabela anterior ilustra bem a perda de importância da agricultura, mesmo quando se considera o próprio complexo rural. Ora, quando se nota que no Paraná em 1980 a agricultura ainda gerava 18,5% da renda interna e a indústria, como um todo cerca de 28,1%, fica claro o quanto os setores agroindustriais ainda podem crescer. E mais, considerando que hoje o Estado atrai parte da produção agrícola de Mato Grosso do Sul, pode-se concluir que a agroindústria local poderá crescer mais ainda, já que pode passar a não depender somente da produção agrícola local, processando também matérias-primas produzidas em outros estados.

Por outro lado, o crescimento extraordinário das cooperativas poderá, de agora em diante, abrir promissor caminho na área de investimentos na agroindústria. Em 1980, das 500 maiores empresas do Brasil, 17 tinham sede no Paraná e destas, 6 eram cooperativas.<sup>10</sup> Isto indica que as

cooperativas manipulam grandes volumes de recursos financeiros. Por outro lado, existe o fato de que estas já tendem a realizar investimentos na indústria. Tudo isto leva à dedução de que as cooperativas podem passar a ser um poderoso mecanismo de centralização de capitais a serem investidos na área agroindustrial.

Observou-se anteriormente que na década de 70 houve também certa diversificação do aparelho industrial do Estado. As condições locais que permitiram tal diversificação persistem, e a produção poderá crescer via instalação de novos gêneros industriais. Por outro lado, a própria existência de um parque industrial de razoável dimensão atrai por si só novas indústrias fornecedoras, como a mecânica, etc.

Ainda numa perspectiva a longo prazo, o padrão de crescimento que futuramente se conformar no Brasil pode também afetar de formas distintas a economia do Paraná. Na medida em que a economia do Estado está ligada basicamente à produção de bens de consumo de massa, um padrão de crescimento nacional mais democrático que permita aumentos de salários reais, será evidentemente mais benéfico ao Paraná. Em primeiro lugar, porque neste caso a massa de salários cresce mais rapidamente e também porque qualquer aumento da renda implicará, basicamente, em imediato acréscimo nos gastos com alimentos.

Voltando agora para uma análise conjuntural, a crise pela qual passa o Brasil poderá afetar de várias formas a economia paranaense. Em primeiro lugar existe uma dimensão da crise dada pelos preços do petróleo que favorece a agricultura e a indústria locais. Assim, são promissoras as perspectivas da agroindústria voltada para a produção energética na qual o Paraná tem todas as condições para incrementar sua produção. A produção de álcool de cana, de óleos vegetais combustíveis, de álcool de madeira, poderá ser uma importante área de expansão de economia paranaense, bem como a produção de fibras vegetais que agora se beneficiam da alta nos preços das fibras artificiais.

Entretanto, o Paraná poderá ser afetado negativamente pela crise da economia nacional, mas ainda neste caso, suas perspectivas não são tão graves como as de outras áreas do País. É sabido que as crises afetam desigualmente os diferentes setores da economia.

Na medida em que avança a crise, a massa de lucro tende a cair mais que a massa de salários. Nestas condições, é evidente que os setores produtores de bens de capital e de bens de consumo durável são mais duramente atingidos que aqueles produtores de bens de consumo. Portanto, é claro que a agricultura e a agroindústria do Paraná serão menos afetados já que basicamente produzem bens de consumo que ademais, como os alimentos, têm seu consumo pouco reduzido em crises, pois representam despesas geralmente incomprimíveis. Todavia tudo isto depende da profundidade que alcançar a crise, visto que níveis de desemprego em massa, por exemplo, afetarão duramente a economia do Estado.

A crise poderá ainda atingir o Paraná via políticas do governo central. Em primeiro lugar, como se evidenciou, a rentabilidade da agricultura é praticamente administrada pelo Estado, via preços mínimos e subsídios implícitos no crédito. Ora, como a crise é inflacionária, o Governo pode atingir duramente este setor reduzindo o crédito, aumentando suas taxas de juros ou cortando os preços mínimos. Por outro lado, o corte dos gastos públicos, pelo Governo Federal, pode afetar a economia paranaense reduzindo o ritmo da construção de obras públicas ou dos investimentos federais, ou mesmo, limitando as transferências financeiras aos estados. Finalmente, dadas as dificuldades com o balanço de pagamento, o Paraná sem dúvida será beneficiado, já que evidentemente todos os estímulos deverão ser dados às exportações.

Se as perspectivas do Paraná, de um ponto de vista econômico, são promissoras, o mesmo não se pode afirmar quanto à questão social. Na medida em que a modernização da agricultura tende a estender-se por todo o Estado, é de esperar que o êxodo rural prossiga. Como já se salientou, esta é a questão social central no Estado e, na ausência de políticas de emprego nacional e estadual, a população da agricultura continuará sem perspectivas, marginalizando-se nos grandes centros. É claro também que, se a crise econômica provocar desemprego, os assalariados do Estado, tanto do campo como da cidade, sofrerão duramente.

**AS GRANDES  
TRANSFORMAÇÕES DOS ANOS 70**

## 2.1 AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO

Desde o início da colonização do Norte, a agricultura paranaense passa a caracterizar-se pelo seu dinamismo e diversificação. É dinâmica, já que por longo período sustenta altas taxas de crescimento do valor de sua produção. Por outro lado, é patente seu caráter diversificado, ou seja, trata-se de uma economia agrícola que se afasta da monocultura, pois mesmo quando o café representava seu principal produto, juntamente com ele cultivava-se o milho, o arroz, o feijão, etc.

Entretanto até os anos 70, esta agricultura não tinha um caráter moderno. A tecnologia empregada era rudimentar e apesar da produção destinar-se ao mercado, este setor consumia reduzida quantidade de artigos industriais em seu processo produtivo. A última década assiste à profunda transformação das atividades agropecuárias, transformação cuja essência é dada pelo processo de modernização. Em outros termos, a agricultura do Paraná sem perder, evidentemente, seu caráter dinâmico e diversificado, agora é também moderna e tecnificada; e será através da análise deste processo de modernização que se tentará explicar o conjunto das transformações que marcaram os últimos anos.

### 2.1.1 A Modernização da Agropecuária

Num sentido estrito entende-se por modernização a crescente utilização na produção agropecuária, de máquinas, equipamentos, bem como de insumos industriais. Esta prática provoca verdadeira mudança na base técnica da economia agrícola estadual e implica em novas formas de estruturação da produção, ou seja, afeta a estrutura fundiária, a pauta dos principais produtos, etc. e pode ser explicada por dois fatores básicos.

Em primeiro lugar, a diversificação e ampliação da indústria nacional possibilitaram o surgimento de modernos setores produtores de máquinas e insumos para a agricultura. Assim, a implantação de fábricas de tratores e equipamentos, da petroquímica, a produção padronizada de rações e sementes, a expansão de frigoríficos, etc, vão impulsionar, apoiadas no crédito rural, a modernização do setor agrícola.

Entretanto, o surgimento destes setores é condição necessária, mas não suficiente para explicar este processo, já que é o caráter dinâmico que possuía a agricultura paranaense que explica como esta teve condição de passar a ser grande consumidora de máquinas e insumos industriais em seu processo de produção (tabela 2.1).

TABELA 2.1 - EVOLUÇÃO DO PARQUE PARANAENSE DE TRATORES E COLHEITADEIRAS

ANOS	Nº DE TRATORES *	Nº DE COLHEITADEIRAS **
1960	5 181	986
1970	18 619	2 509
1975	52 498	7 407
1980	79 377	( <sup>1</sup> ) 14 730

FONTE: FIBGE, SEAG

\* FIBGE

\*\* SEAG

<sup>1</sup> Estimativa DERAL

Como se nota pela tabela citada, o Paraná investe pesadamente em tratores e colheitadeiras. A rápida mecanização da produção, o que é apenas uma face do processo de modernização, vai ser a grande responsável pelo baixo incremento da população paranaense na década, já que visando aumentar a produtividade do trabalho, a mecanização implicará em substituição de homens por máquinas, o que evidentemente reduzirá a quantidade de trabalho por unidade produzida.

Outro indicador da modernização é o consumo de fertilizantes, que como se observa a seguir, foi crescente no Paraná. A utilização destes insumos, ao lado de aumentar a produtividade por área cultivada implica também na redução do trabalho utilizado por unidade produzida (tabela 2.2).

TABELA 2.2 - IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES PELO PORTO DE PARANAGUÁ - 1972-80 \*  
(em t)

ANOS	TOTAL DOS PRODUTOS	ÍNDICE
1972	52 534	100
1973	42 739	74
1974	140 569	244
1975	164 771	286
1976	226 890	394
1977	358 456	623
1978	412 678	717
1979	437 951	761
1980	568 611	988

FONTE: FLEICHFRESSER, Vanessa. Paraná - Agricultura Moderna? Revista IPARDES, Curitiba, 1 (3): 21-31, out. 1979

\* Os dados de 1977-80 foram obtidos da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA

Voltando às considerações iniciais, por ser dinâmica a agricultura do Paraná visava sempre aumentar sua rentabilidade e por isto mesmo pôde, na última década, aproveitar-se dos estímulos representados pelo crédito rural e mudar sua base técnica. É evidente que com esta prática teve por objetivo incrementar seus rendimentos. O novo, entretanto, é que agora busca maiores lucros via aumentos de produtividade, através da utilização de tecnologia sofisticada e da mecanização. Neste sentido a agricultura passa a comportar-se de forma semelhante à indústria e se poderia chamar a este processo de modernização de verdadeira "industrialização da agricultura".

Como já se afirmou a modernização da lavoura implicará em variações na importância relativa dos diferentes produtos que compõem a produção agrícola do Estado, e este será nosso próximo tópico.

### 2.1.2 A Pauta dos Produtos Agrícolas

É surpreendente a rapidez com que se processaram as alterações na pauta dos produtos agrícolas do Paraná e, como se pode constatar na tabela 2.3, o fenômeno mais marcante nestas transformações é representado pela explosão da área cultivada com soja que no curto espaço de dez anos, de cultura sem maior importância passa a representar o principal produto.

TABELA 2.3 - VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA NA ÁREA PLANTADA NO PARANÁ DOS PRINCIPAIS PRODUTOS - 1970-1980

PRINCIPAIS PRODUTOS	VARIAÇÃO ABSOLUTA 1970-1980 (ha)	VARIAÇÃO PERCENTUAL 1970-1980 (%)
Algodão	(111 413)	(24,9)
Arroz	(62 191)	(13,4)
Café	(148 400)	(14,2)
Cana-de-açúcar	23 222	63,2
Feijão	24 849	3,2
Milho	281 691	15,0
Soja	2 115 789	695,5
Trigo	1 312 402	456,3

FONTE: SEAG-DERAL

Impõe-se agora um esclarecimento a respeito das relações entre a modernização da agricultura e as alterações da pauta da produção. Entende-se que não é a introdução da soja que explica a modernização, mas ao revés, são as tendências modernizantes da agricultura paranaense que expli-

cam como esta pôde utilizar-se da soja para levar adiante sua tecnificação. Levando-se em conta os preços favoráveis, a soja será introduzida exatamente porque dispunha-se de tecnologia moderna para sua produção, e aparece assim como simples veículo do processo de modernização. Em outros termos, o Governo Federal optou por uma política que, ao lado de garantir mercado à indústria produtora de máquinas e insumos, visava aumentar os níveis de produtividade da agricultura. O Paraná mostrou-se apto para absorver esta política e a soja apareceu simplesmente como o veículo mais adequado para esta transição.

Nota-se que o rápido incremento da área da soja não parece ter conferido um sentido monocultor à agricultura paranaense. Assim o aumento da área de soja (2 115 789 ha) mostra-se bem superior à redução da área de algodão, café e arroz (322 004 ha), indicando claramente que o incremento da área de soja não se fez em detrimento de outras lavouras. Na verdade, o Estado, sem perder o caráter diversificado de sua agricultura, acrescenta à pauta de seus produtos a soja e o trigo na década de 70. Entretanto, deve-se chamar a atenção que a queda no rendimento de algumas culturas, a do feijão, por exemplo, está a indicar que progressivamente a expansão de áreas cultivadas deu-se em terras de pior qualidade e que certas culturas menos rentáveis foram sendo deslocadas de terras melhores para estas de qualidade inferior.

Desta maneira permanece a posição de destaque da agricultura paranaense a nível nacional quando se considera seus principais produtos, como pode ser atestado na tabela 2.4.

TABELA 2.4 - COMPARAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS NO PARANÁ E BRASIL - SAFRA 79/80

PRODUTOS	PRODUÇÃO 1 000 t	PR/BR	ORDEM DE IMPORTÂNCIA	PRINCIPAIS REGIÕES PRODUTORAS NO ESTADO
Feijão	462	23,5	1º	Norte Novo de Apucarana Sudoeste Paranaense Extremo-Oeste Paranaense Campo Mourão
Milho	5 467	26,8	1º	Extremo-Oeste Paranaense Norte Novo de Apucarana Campo Mourão Pitanga Campos de Guarapuava
Trigo	1 350	49,9	1º	Extremo-Oeste Paranaense Campo Mourão
Soja	5 400	35,6	2º	Extremo-Oeste Paranaense Campo Mourão Londrina Maringá Jacarezinho
Café *	632 485	26,4	2º	
Algodão	561	33,6	2º	Campo Mourão Norte Novíssimo de Umuarama Norte Velho de Jacarezinho Algodoeira de Assaí
Amendoim	80	16,6	2º	Norte Novíssimo de Umuarama Londrina

FONTE: SEAG-DERAL, FIBGE, IBC

\* Café - refere-se à área em produção

A expansão da soja não reduziu a importância da produção paranaense a nível nacional mesmo quando se consideram os produtos tradicionais. Ainda a nível de área plantada, o Estado representava 14,3% do total nacional, posição que perde apenas do Rio Grande do Sul (15,2%), e a participação da área dos diferentes produtos paranaenses a nível nacional não foi abalada pela introdução da soja, como mostra a tabela 2.5.

TABELA 2.5 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NA ÁREA CULTIVADA NACIONAL

ESTADOS*	MILHO			FEIJÃO			SOJA		
	71-73	74-76	77-79	71-73	74-76	77-79	71-73	74-76	77-79
São Paulo	12,9	11,1	9,2	6,4	6,2	9,2	4,8	6,4	6,6
Paraná	18,1	19,0	18,0	20,4	19,7	17,2	21,3	29,0	29,7
Rio Grande do Sul	15,9	14,1	14,8	5,8	4,5	4,2	64,6	52,8	58,3
Goiás	4,3	5,8	7,4	4,3	5,2	4,6	1,7	1,1	1,4
Mato Grosso	1,5	2,0	1,3	1,5	1,4	1,5	1,4	3,2	6,4

FONTE: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil

\* Estados significativos do ponto de vista agrícola atual ou potencial

Além da alta participação do Paraná na produção de milho, feijão e soja a nível nacional, chama a atenção a distribuição mais homogênea das áreas ocupadas por esses produtos a nível do Estado. Ou seja, não há, como no caso do Rio Grande do Sul, uma preponderância esmagadora de determinado produto sobre os outros.

Finalmente, como será visto em outra parte deste trabalho, antecipa-se que se a soja foi o principal veículo da modernização, isto não significa que outras culturas não tenham se tecnificado. Assim, é patente a modernização das culturas da cana-de-açúcar, do milho, do arroz, etc.; pecuária suína e bovina, da produção de aves e ovos, etc. Em outras palavras, a agricultura e a pecuária como um todo no Paraná tendem a modernizar-se, apesar das distintas velocidades com que este processo é conduzido em diferentes áreas do Estado ou quando se considera as diferentes culturas. Assim, apesar de algumas áreas ou culturas mostrarem-se mais rápidas no processo de modernização, isto não implica em congelamento das áreas e culturas mais infensas à modernização, mas simplesmente em diferentes velocidades com que se modernizam.

Voltando às colocações anteriores e considerando que na década de 70 praticamente já não existiam mais terras não-apropriadas legalmente no Estado, impõe-se a pergunta de como foi possível a expansão da soja sem o deslocamento de outras culturas. A resposta é clara: esta expansão deu-se basicamente através da incorporação de áreas no interior dos estabelecimentos, áreas antes não-produtivas ou ocupadas com pastagens ou matas. Entretanto, este processo variou de acordo com o tamanho dos estabelecimentos, como será analisado a seguir.

### 2.1.3 A Expansão das Lavouras segundo a Área dos Estabelecimentos

Supondo-se que a ocupação de áreas com lavouras signifique a utilização mais rentável da terra, nota-se inicialmente que o esforço realizado neste sentido, ou seja, na ampliação de lavouras em detrimento das pastagens, matas ou áreas não-utilizadas, foi maior nos estabelecimentos de menor área que nos grandes. Assim nos grupos de estabelecimentos com áreas inferiores a 20 ha e nos de 20 a 50 ha, a área de pasto é reduzida em proporção que varia entre 7% e 31%. Já nos grupos maiores, ao contrário, aumentam as áreas assim utilizadas entre 12% e 25%.

Quanto à redução das matas, também destacam-se os grupos menores, que reduzem as áreas de florestas em proporção de 36% a 47%, índice bem superior à redução realizada pelos estabelecimentos maiores que atinge as percentagens de 14% a 24%. O mesmo fenômeno é observado quanto às reduções das áreas não-utilizadas, já que os estabelecimentos de até 50 ha diminuem estas áreas em 46% a 47%, enquanto nos maiores a redução é somente de 3% a 30%.

Entretanto, apesar deste esforço, os estabelecimentos de até 20 ha sofrem uma redução absoluta e relativa em suas áreas plantadas, pois perdem 345 000 ha de lavouras. O grupo de 20 a 50 ha, apesar de perder 6% dos estabelecimentos e 5% da área total, aumenta sua área de lavouras, embora

sem acompanhar os níveis dos grupos maiores, que chegam a registrar incrementos em torno de 90% sobre a área cultivada em 1970. A tabela 2.6 ilustra bem o fenômeno.

TABELA 2.6 - VARIACÃO ABSOLUTA E RELATIVA DA ÁREA DE LAVOURAS NO PARANÁ, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA - 1970-1975

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	VARIACÃO NA ÁREA DE LAVOURAS 1970-75		PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA ÁREA DE LAVOURAS (%)	
	Δ Abs. (ha)	Δ Rel. (%)	1970	1975
Menos de 5 ha	(110 732)	(24,1)	9,7	6,2
5 a menos de 10 ha	(147 675)	(18,3)	17,0	11,6
10 a menos de 20 ha	(87 048)	(7,7)	22,9	17,7
20 a menos de 50 ha	192 097	17,6	23,1	22,8
50 a menos de 100 ha	235 394	58,5	8,5	11,3
100 a menos de 200 ha	232 720	82,9	5,9	9,1
200 a menos de 500 ha	262 176	88,8	6,3	10,0
500 a menos de 1 000 ha	115 575	80,4	3,0	4,6
1 000 ha e mais	211 724	129,8	3,4	6,7
<b>TOTAL</b>	<b>908 929</b>	<b>19,3</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário do Paraná 1970-1975

A redução da área de lavouras nos pequenos estabelecimentos e a progressiva concentração destas atividades nos maiores, leva a transformações fundamentais quanto à origem da oferta agrícola do Estado (tabela 2.7).

TABELA 2.7 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA DE LAVOURAS NO PARANÁ - 1970-1975

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	1970			1975		
	Estabelecimento		Área de Lavouras	Estabelecimento		Área de Lavouras
	nº	%		nº	%	
Até 50 ha	513 897	92,7	72,8	431 814	90,3	58,4
50 ha e mais	40 591	7,3	27,2	46 639	9,7	41,6

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970-1975

Pelos dados acima, fica claro não somente a perda relativa dos estabelecimentos menores na área de lavouras e a crescente importância dos maiores, como também a crescente concentração das áreas cultivadas em reduzido número de estabelecimentos. Assim apesar da grande participação que ainda apresentam os estabelecimentos de até 50 ha na área cultivada, é rápido, entretanto, seu declínio relativo, e ao que tudo indica este processo tende a prosseguir, concentrando cada vez mais a produção e as áreas cultivadas nos estabelecimentos médios e principalmente nos grandes.

Não considerando a cana-de-açúcar, produto típico da grande propriedade, o processo de expansão da área de lavouras dos estabelecimentos com área superior a 50 ha é desencadeado pela cultura da soja que, sendo uma cultura moderna, exige áreas maiores para implantar-se. Assim, em 1975, 9,7% dos estabelecimentos maiores cultivam 52% da área da soja, enquanto que 90,3% cultivam 48%. Quanto ao milho, feijão, arroz, algodão e café ainda é relevante a importância da pequena produção, embora já se denote nos primeiros cinco anos da década de 70 um aumento da participação dos grupos acima de 50 ha nessas lavouras, como pode ser visualizado na tabela 2.8. 29

TABELA 2.8 - ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS POR GRUPOS DE ÁREA, PARANÁ - 1970-1975

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	(em %)															
	MILHO		FEIJÃO		ARROZ		ALGODÃO		SOJA		TRIGO		CAFÉ		CANA-DE- AÇÚCAR	
	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975
menos de 5 ha	12,5	10,4	18,1	17,2	12,7	11,2	11,2	7,4	9,4	2,9	4,5	0,4	7,2	5,1	2,6	0,3
5 a menos de 10 ha	18,7	18,7	23,5	22,2	21,5	17,5	22,1	18,9	19,5	7,4	9,1	2,0	19,0	14,1	2,0	0,5
10 a menos de 20 ha	23,6	22,1	24,6	23,3	26,1	20,9	26,0	26,0	27,3	14,8	17,1	7,6	25,7	21,7	5,4	0,8
20 a menos de 50 ha	24,4	25,1	20,7	22,5	21,4	20,7	20,5	21,6	23,4	22,7	25,3	21,2	17,4	21,0	10,3	4,1
50 a menos de 100 ha	8,5	10,0	6,8	7,9	6,4	8,3	8,2	8,6	6,2	13,6	11,0	16,6	16,2	9,7	4,3	4,0
100 a menos de 200 ha	5,0	6,0	3,2	3,7	3,9	6,1	5,2	6,7	4,5	12,7	9,2	16,3	6,4	8,4	7,2	8,2
200 a menos de 500 ha	4,2	5,3	2,1	2,1	4,1	7,7	3,9	6,0	5,6	14,2	11,6	19,5	8,7	10,4	19,4	17,6
500 a menos de 1000 ha	1,6	2,2	0,7	0,5	1,8	3,1	1,4	2,2	2,5	6,4	7,3	9,2	4,3	4,4	20,2	11,2
1000 ha e mais	1,5	2,2	0,5	0,6	2,1	4,5	1,5	2,6	1,8	5,5	4,9	7,2	5,1	5,2	28,6	53,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES: FIBGE - Censos Agropecuários - 1970-1975

Em síntese, o fenômeno da concentração da área de lavouras nas propriedades maiores não é senão uma face do movimento mais amplo de ampliação das áreas dos estabelecimentos maiores, como será visto a seguir.

### 2.1.4 Modernização e Estrutura Fundiária

Na década de 60 era crescente o número de estabelecimentos agrícolas no Paraná, já que no período implantam-se no Estado nada menos que 285 000 novos produtores, principalmente na condição de proprietários. Os anos 70 assistem a uma inversão deste processo, ocorrendo rápida redução do número de produtores rurais. Este fenômeno, de grande importância econômica e social, vem sendo explicado por duas razões.

Em primeiro lugar, no início dos anos 70, deixam de existir terras livres passíveis de serem apropriadas legalmente. Assim a expansão das áreas cultivadas, como já se viu, ocorreu via expansão de lavouras no interior dos estabelecimentos e não através da incorporação de terras até então livres. Por outro lado, a expansão das propriedades somente pôde ser realizada no Estado às expensas de outras propriedades, o que implica num processo de concentração fundiária. Entretanto, a razão acima não é fundamental. Em outras palavras, o esgotamento de terras "livres" não pode ser erigido em elementos essenciais para a explicação da concentração fundiária. \* Ocorre que quando se analisam processos econômicos da agricultura de um Estado, como o Paraná, não se pode considerá-lo como unidade estanque. Na medida em que existam fronteiras agrícolas abertas em outras unidades de Federação, a expansão das áreas das grandes propriedades pode muito bem se dar em outros estados.

Nestas condições, julga-se que o móvel do processo de redução do número de produtores é dado pelo movimento da modernização da agricultura. Entretanto, impõem-se alguns comentários. Existe uma tendência geral nas economias capitalistas à concentração da propriedade fundiária. Entretanto, este fenômeno nos países mais avançados é de certa forma bloqueado pela atuação do estado. Em outros termos, os pequenos e médios proprietários organizam-se politicamente e pressionam duramente os governos exigindo medidas que os protejam frente ao poder dos bancos e da indústria. Assim o estado, para contornar as graves crises políticas e sociais resultantes da liquidação das pequenas e médias propriedades, passa a orientar políticas agrícolas que, através de seguros contra quebras de safras, manutenção de preços mínimos e crédito, e mesmo garantindo renda mínima aos produtores, assegurem a sobrevivência dos pequenos e médios estabelecimentos.

No Paraná, a modernização vai em primeiro lugar impor determinadas escalas mínimas de produção. Dessa forma, as propriedades de área reduzida não somente não possuem recursos financeiros para a compra de máquinas e equipamentos, etc., como também mesmo se possuíssem, ainda assim sua dimensão tornaria antieconômica a utilização destes equipamentos modernos.

\* Muitas vezes também tenta-se explicar o fenômeno da modernização argumentando que na medida em que não existiam mais terras não-apropriadas no Paraná, a solução era aumentar a produção pela modernização. Ora, com simples contra-exemplos pode-se demonstrar que tal não é a razão fundamental da modernização; o Estado de São Paulo há décadas já havia ocupado legalmente seu território, por outro lado, Mato Grosso do Sul possuía ainda fronteiras abertas. Pois bem, os processos de modernização paulista, paranaense e matogrossense são contemporâneos, mostrando que o essencial para explicar estas transformações não é o esgotamento de fronteiras.

Por outro lado, a política de crédito, ao exigir a terra como garantia de empréstimos, e as imperfeições do sistema financeiro nacional que tornam a terra reserva de valor, promovem o rápido processo de aumento de preço dos solos. Ora, esta valorização torna a aplicação de recursos financeiros em compra de terras altamente vantajosa e a demanda crescente será exercida em primeiro lugar sobre as pequenas propriedades, mais frágeis econômica e financeiramente, provocando a redução de seu número. Finalmente, a exigência na prática da propriedade de terras para obtenção de empréstimos tende a eliminar pequenos produtores sem terra, já que dificilmente teriam acesso ao crédito.

Acredita-se que as razões apontadas explicam o fato de em curto espaço de tempo (70-75) o número de pequenos estabelecimentos - até 20 ha - ter se reduzido em 76 000 unidades no Paraná. Esta redução do número de pequenos estabelecimentos tem como contrapartida a expansão dos grandes estabelecimentos - acima de 500 ha, cuja área total aumenta de 26,1% a 30,8% do total das áreas dos estabelecimentos (tabela 2.9) - e graves conseqüências sociais.

TABELA 2.9 - ESTRUTURA DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS NO PARANÁ - 1970-1975

GRUPOS DE ÁREA (ha)	ESTABELECIMENTO		ÁREA DOS ESTABELEC.		VALOR DA PRODUÇÃO		DESPESAS C/ADUBO SE- MENTE E INSET. TOTAL		PESSOAL OCUPADO	
	TOTAL - PARTICULAR %		TOTAL - PARTICULAR %		PARTICULAR %					
	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975
Até 20	76,1	72,4	22,9	18,0	42,1	32,0	31,4	17,5	66,4	61,3
20 - 50	16,6	17,9	18,9	16,8	19,2	19,9	18,6	20,8	19,5	20,8
50 - 200	5,8	7,4	20,0	20,9	13,1	18,9	19,2	27,3	8,4	10,9
200 - 500	1,0	1,4	12,1	13,5	9,1	10,9	13,5	16,5	2,7	3,7
500 e mais	0,5	0,7	26,1	30,8	16,3	17,8	17,3	17,9	3,0	3,3

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970-1975

Mas a tabela não mostra somente como se reduziu a área total e o número dos pequenos estabelecimentos. É visível também como é desigual o ritmo de modernização dos estabelecimentos, segundo suas áreas. Apesar do grande incremento das áreas nos estabelecimentos acima de 500 ha, sua participação relativa no valor da produção total pouco cresce, o que indica menor ritmo de aumentos de produtividade, quando comparado, por exemplo, com o daquelas propriedades de área entre 50 ha e 200 ha, que pouco expandem sua área total e, entretanto, apresentam um salto na participação relativa no valor total da produção de 13,1% para 18,9%.

Utilizando-se as despesas com adubos, sementes e inseticidas como indicadores da modernização, mais uma vez atesta-se o vigor das propriedades médias (50ha a 200ha) e a lentidão na modernização nos grandes estabelecimentos. Apesar de incorporar pouca área (sua participação relativa na área total cresce apenas 0,9 pontos percentuais), as primeiras aumentam suas despesas com esses itens de 19,2% para 27,3% das despesas totais. As grandes propriedades - acima de 500 ha - por sua vez, apesar de incrementar sua participação na área total de 26,1% para 30,8%, aumentam suas despesas com adubos, etc., de apenas 17,3% para 17,9% do total destes gastos.

O processo de modernização ao qual se fez referência até o momento, não pode ser compreendido levando-se em conta a lógica econômica das unidades produtivas. Na realidade, o fator essencial para sua explicação é dado pela política agrícola do governo, mais precisamente pela política de crédito.

### 2.1.5 O Crédito Rural

O rápido processo de industrialização ocorrido no Brasil a partir de 1955 vai diferenciando o aparelho produtivo industrial e dando origem a novos setores que produzem máquinas e equipamentos agrícolas, instala-se a petroquímica, e a química e mineração avançam rapidamente produzindo corretivos de solos, adubos, defensivos, etc. Em poucas palavras, instala-se a nível nacional um complexo industrial ligado à produção de insumos e máquinas agrícolas, criando as condições objetivas para a modernização da agricultura.

É neste quadro que se pode entender o programa de crédito rural implementado a partir de 1965 cujo objetivo era a modernização da agropecuária brasileira, visando aumentos de produtividade. Assim, por decisão política do Governo Federal, pretendia-se mudanças profundas no caráter do desenvolvimento agrícola brasileiro, que até então vinha se processando através da incorporação

de novas terras com técnicas pouco avançadas.

Ao mesmo tempo criava-se amplo mercado para o setor industrial produtor de máquinas e insumos agrícolas. Implementado o programa de crédito rural, a década de 70 assiste a uma verdadeira explosão na expansão deste crédito e no período de 1970 a 1979 o crédito agrícola cresce no Paraná, em termos reais, por volta de 500%. Esta taxa indica a crescente dependência da agropecuária ao crédito oficial, já que em 1970 o crédito representava cerca de 37% do valor bruto da produção, proporção essa que salta para cerca de 80% em 1979. Por outro lado, excluindo-se a pecuária, o crédito para a agricultura vai atingir a 89,43% do valor da produção agrícola.

Quanto às modalidades de crédito, observa-se a nítida preponderância (tabela 2.10) do crédito de custeio em relação àqueles destinados ao investimento e comercialização, já que a participação do primeiro gira em torno de 50% do total de crédito concedido. Entretanto, as taxas médias anuais de crescimento dos empréstimos para os diferentes fins variam, atingindo 22,3%, 25,2% e 27,7%, respectivamente, para custeio, investimento e comercialização.

TABELA 2.10 - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO NO PARANÁ, (VALORES CONSTANTES DE 1979) 1970-79

ANOS	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
	Cr\$ 1 000	%	Cr\$ 1 000	%	Cr\$ 1 000	%	Cr\$ 1 000	%
1970	8 784 788	56,61	2 436 257	16,25	3 768 496	25,14	14 989 541	100,00
1971	8 439 962	52,18	3 677 481	22,73	4 064 170	25,12	16 181 613	100,00
1972	10 535 163	44,20	7 495 772	31,45	5 802 935	24,35	23 833 870	100,00
1973	16 115 648	46,22	9 357 056	26,84	9 394 678	26,94	34 867 382	100,00
1974	21 507 497	47,99	11 321 168	25,28	11 988 641	26,75	44 817 304	100,00
1975	27 176 985	40,91	19 141 591	28,81	20 115 798	30,28	66 434 374	100,00
1976	29 887 045	44,28	16 140 253	23,91	21 472 077	31,81	67 499 375	100,00
1977	53 398 354	47,03	12 252 831	16,28	27 621 061	36,69	75 272 246	100,00
1978	37 058 608	53,94	9 342 477	13,60	22 304 318	32,46	68 705 403	100,00
1979	49 415 120	56,11	11 273 961	12,80	27 372 259	31,08	88 061 340	100,00

FONTE: BACEN/DERUR, Fundação IPARDES

DEFLATOR: FGV - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - Coluna 2

Apesar do crédito de custeio crescer menos que as outras modalidades, nota-se que sua participação relativa ainda é dominante. O comportamento de sua expansão é uniforme, tendo sofrido apenas pequena redução em 1971 e em 1978, sendo que neste último ano o total do crédito concedido também declinou.

Quanto ao destino do crédito de custeio, chama a atenção a grande proporção de seu total (tabela 2.11) dirigida à compra de insumos industriais. Em 1975 esta proporção atingia cerca de 30% e em 1979, 40%; esta proporção crescente mostra não somente o estreitamento das relações entre agricultura e a indústria como também indica que importantes setores industriais são diretamente beneficiados pelo programa de crédito agrícola.

TABELA 2.11 - FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS AO PARANÁ PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS - 1979

CULTURAS	CORRETIVOS FERTILIZANTES E INOCULANTES	DEFENSIVOS	SEMENTES E MUDAS MELHORADAS	TOTAL	VALOR DOS INSUMOS MODERNOS ADQUIRIDOS/ TOTAL DO CRÉDITO DE CUSTEIO
Algodão	339 837	510 641	138 098	988 675	32
Arroz	329 525	49 807	37 132	416 484	73
Batata	332 265	49 432	157 424	539 121	76
Café	750 718	185 972	951	897 641	14
Cana-de-açúcar	66 935	4 749	1 751	73 435	29
Feijão	108 885	44 648	48 105	202 636	38
Milho	542 305	87 976	159 847	790 128	28
Soja	4 110 070	1 868 055	1 845 024	7 823 149	65
Trigo	2 075 034	1 364 448	1 453 418	4 892 900	62
Outras Lavouras	1 164 013	428 861	334 411	1 927 285	46
Agricultura	9 820 687	4 594 587	4 176 161	18 591 435	40

O crédito de comercialização apresenta também expansão uniforme, tendo ocorrido redução somente no ano de 1978. No curto período entre 1974 e 1979, os montantes deste crédito mais que dobram, passando de Cr\$ 12 077 580 para 27 372 259, em valores constantes de 1979. Por outro lado chama a atenção a crescente participação (tabela 2.12) da pecuária no montante do crédito de comercialização que passa de 7,8% para 13,8% sendo também crescente a participação das cooperativas a partir de 1977.

TABELA 2.12 - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL CONCEDIDO AO PARANÁ, ESTIMADO À COMERCIALIZAÇÃO (VALORES CONSTANTES DE 1979) - 1974-79

CULTURAS	1974	1975	1976	1977	1978	1979	(em %)
Agricultura	92,17	92,89	91,74	90,26	86,23	88,19	
Algodão	12,90	10,79	9,39	11,37	9,84	11,11	
Arroz	3,23	1,98	4,75	2,73	0,41	0,47	
Café	18,29	11,15	10,46	3,13	7,93	3,95	
Milho	4,63	3,73	6,56	3,93	2,07	3,78	
Soja	38,75	56,17	52,60	37,28	27,75	27,04	
Outros	8,02	6,94	7,51	6,62	11,59	12,49	
À Cooperativa							
À Própria	—	—	—	24,11	23,51	24,42	
Repasses	1,34	2,13	0,46	1,10	3,14	2,94	
Pecuária	7,83	7,11	8,26	9,63	13,77	13,81	
Aves	2,14	0,48	1,72	0,38	0,85	0,95	
Ovinos	0,00	—	0,00	0,04	0,01	0,07	
Suínos	3,02	2,06	2,48	1,98	1,03	0,84	
Outros	0,67	0,53	0,99	0,87	1,60	1,82	
À Cooperativa							
À Própria	—	0,63	—	1,23	2,05	2,12	
Repasses	0,08	0,00	0,02	0,67	0,61	0,40	
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	

FONTE: FGV - Dados Inflacionados pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - Coluna 2

O crédito de investimento, assim como o de custeio, apresenta grande porcentagem de seu total dirigida à compra de produtos industriais. Em 1979, cerca de 40% dos gastos do crédito de investimento eram destinados à compra de máquinas e equipamentos agrícolas, o que mais uma vez confirma os benefícios trazidos pelo programa de crédito ao setor industrial (tabela 2.13).

TABELA 2.13 - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL DESTINADO A INVESTIMENTO NO PARANÁ - 1970-79

DISCRIMINAÇÃO	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Agricultura	63,68	72,97	80,84	77,82	85,44	76,55	76,55	85,36	69,08	63,73
Floresta e Reflorestamento	0,81	0,58	0,11	0,28	0,10	0,23	0,23	0,16	0,02	0,05
Fundação de Lavouras	14,34	22,84	33,32	4,95	—	—	—	—	—	—
Fundiários	0,47	—	0,03	0,01	—	—	0,00	0,00	0,00	0,00
Melhoramentos e Equipamentos	44,96	42,31	42,12	65,50	—	—	—	—	—	—
Outros Investimentos	1,98	3,30	1,62	2,81	3,32	5,41	6,02	5,05	10,10	7,69
Café	—	—	—	—	5,26	10,92	11,86	13,42	9,88	1,22
M. I. p/cultiv. e prep. solo	—	—	—	—	4,87	4,84	4,30	4,48	2,58	2,88
M. I. p/cultiv. e corr. solo	—	—	—	—	2,44	2,36	1,88	2,55	1,91	1,98
M. I. p/colheita e transp.	—	—	—	—	14,41	11,39	11,41	8,27	5,33	9,19
Depósito p/armaz. produção	—	—	—	—	7,33	9,17	6,89	4,94	4,47	2,71
Eletificação	—	—	—	—	1,01	1,24	1,48	2,30	3,30	4,10
Equipamentos p/ind. ou benef.	—	—	—	—	10,13	10,74	1,51	1,22	1,45	0,86
Melhoramento das explorações	—	—	—	—	7,48	4,25	4,25	5,21	5,95	5,04
Proteção do solo	—	—	—	—	17,79	18,86	19,50	0,83	0,69	0,33
Tratores	—	—	—	—	2,94	2,91	3,97	19,46	13,78	15,90
Veículos automot. terr.	—	—	—	—	0,36	1,57	2,26	3,56	2,87	4,62
À Cooperativas										
À própria	0,49	3,08	3,38	—	—	—	—	12,18	5,37	4,73
Repasses	0,63	0,86	0,26	0,20	0,38	0,20	0,10	0,31	0,05	0,39
Pecuária	36,32	27,03	19,16	22,18	19,34	14,55	23,45	14,64	30,92	36,27
Reprod. Bovinos	10,93	11,07	6,68	7,79	1,49	0,56	0,57	0,52	0,96	1,39
Outros Bovinos	6,78	3,45	3,47	5,47	9,08	5,33	4,70	5,02	12,08	10,32
Suínos	1,36	0,62	0,38	0,34	0,54	0,27	0,21	0,41	0,46	0,88
Outros Animais	0,43	0,35	0,33	0,25	0,08	0,08	0,05	0,05	0,12	0,21
Melhoramentos e Equipamentos	15,85	9,78	7,27	6,87	—	—	—	—	—	—
Outros Investimentos	0,62	0,76	0,60	0,39	0,76	0,82	1,94	1,12	1,18	1,48
Aves	—	—	—	—	0,21	0,03	0,03	0,09	0,13	0,21
M. I. p/adapt. e prep. solo	—	—	—	—	0,21	0,17	0,41	0,26	0,38	0,42
M. I. p/colheita e transp.	—	—	—	—	0,24	0,07	0,12	0,08	0,16	0,42
Depós. p/armaz. produção	—	—	—	—	0,15	0,29	0,30	0,16	0,49	0,61
Eletificação	—	—	—	—	0,16	0,19	0,58	0,35	0,85	1,35
Equip. p/ind. beneficiamento	—	—	—	—	0,60	0,41	0,95	0,44	1,08	0,94
Granjas avícolas	—	—	—	—	0,48	0,10	0,68	0,27	0,73	2,49
Melhoramentos das explorações	—	—	—	—	3,67	3,80	6,59	2,89	7,46	10,92
Pastagens permanentes	—	—	—	—	0,66	1,41	4,60	0,49	1,30	1,64
Tratores	—	—	—	—	0,76	0,74	1,29	0,84	1,24	1,50
Veículos automot. terr.	—	—	—	—	0,17	0,22	0,43	0,36	0,88	0,91
À Cooperativas										
À própria	0,31	0,15	0,08	0,24	—	—	—	0,84	1,41	0,54
Repasses	0,04	0,35	0,35	0,83	0,09	—	0,00	0,46	—	0,04
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: BACEN/DERUR - Dados Inflacionados IGP - Coluna 2 - FGV - Elaboração Fundação IPARDES

Entretanto, o crédito de investimento apresenta uma evolução mais irregular (tabela 2.10) que as outras modalidades de crédito. Sua participação no total aumenta até atingir 28,8% em 1975 e a partir daí começa a decrescer até 12,8% em 1979. Estas variações são explicadas possivelmente pelo fato de que esta modalidade de crédito apresenta maiores possibilidades de manipulação pelo governo, sem que isto afete a produção corrente. Em outros termos, a política monetária restritiva pode ser exercida muito mais facilmente sobre este crédito, do que, por exemplo, sobre o crédito de custeio, dado ao fato de que reduções neste último, provavelmente, afetariam a área plantada, reduzindo a produção.

### 2.1.6 O Crédito e a Pauta de Produtos

A parte agrícola do setor Primário é a responsável pela maior parte da demanda de crédito rural, sendo que no período de 1970-79 consome em torno de 95% do crédito de custeio. Neste subsector, com exceção do amendoim, o crédito de custeio cresce em termos absolutos para todas as culturas do campo paranaense, sendo porém desigual este incremento em relação aos diferentes produtos, o que altera substancialmente a posição relativa de muitos deles (tabela 2.14).

TABELA 2.14 - CRÉDITO DE CUSTEIO CONCEDIDO AO PARANÁ - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ITENS NO TOTAL 1970-79

DISCRIMINAÇÃO	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Agricultura	94,28	94,46	95,11	95,12	95,60	89,23	94,21	94,67	92,72	94,00
Algodão	13,36	10,34	8,47	7,03	9,23	4,27	7,18	5,93	5,08	6,20
Amendoim	2,81	1,90	0,68	0,29	0,07	0,25	0,11	0,07	1,48	1,14
Arroz	2,14	2,07	2,54	2,31	4,01	5,31	3,16	1,81	1,48	1,14
Batata	—	—	—	—	2,43	1,89	2,15	1,92	2,18	1,43
Café	44,37	40,78	40,80	32,54	28,58	12,20	12,45	11,43	4,84	12,81
Cana-de-açúcar	0,28	0,48	0,34	0,80	0,43	0,39	0,95	0,67	0,67	0,51
Feijão	2,17	1,39	0,95	2,31	0,87	0,44	0,57	1,52	1,28	1,12
Milho	10,43	9,43	7,01	8,45	6,86	7,83	7,42	4,11	5,52	5,72
Soja	5,14	11,54	14,80	24,56	25,87	30,91	32,45	27,81	25,14	24,28
Trigo	5,01	4,95	7,48	4,48	12,62	19,51	23,14	18,32	21,38	15,74
Outros	4,09	4,34	3,82	3,72	2,71	3,48	3,89	5,22	9,04	8,29
À Cooperativas										
À Própria	1,99	3,54	1,76	3,80	—	—	—	14,25	15,04	15,71
Repasse	2,50	3,71	5,83	5,05	1,90	2,77	1,78	1,83	0,92	0,76
Pecuária	5,72	5,54	5,59	4,88	4,40	10,77	5,79	5,33	7,28	6,00
Aves	—	—	—	—	1,20	1,26	1,20	0,98	1,23	1,17
Bovinos	2,54	2,47	2,18	1,88	1,09	6,90	2,14	1,59	1,89	1,83
Ovinos	0,15	0,03	0,03	0,02	0,00	0,01	0,00	—	—	0,00
Suínos	1,25	1,45	1,43	1,22	1,69	1,91	1,74	1,50	2,04	1,70
Outros	1,45	1,35	1,19	1,42	0,37	0,67	0,70	0,88	1,11	0,75
À Cooperativas										
À Própria	0,14	0,04	0,37	0,18	—	—	—	0,41	1,00	0,75
Repasse	0,18	0,20	0,42	0,20	0,04	0,03	0,01	—	0,01	0,01
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>									

FONTE: BACEN/DERUR - Elaboração Fundação IPARDES

Assim o café de 1970 a 1979 tem sua participação no total do crédito de custeio reduzida de 44% para 13%, o mesmo se dando quanto a sua participação no crédito de comercialização que de 1974 a 1979 cai de 18% para 4% (tabela 2.11). Por outro lado, a soja e o trigo que em 1970 utilizavam, em conjunto, 10% do crédito de custeio, saltam para 40%.

Como se nota, o crédito dirige-se cada vez em maiores proporções para as culturas modernas, culturas que evidentemente consomem mais insumos e equipamentos industriais. Para que se tenha a dimensão deste movimento, basta que se indique que a soja e o trigo são as culturas que mais demandam insumos industriais, como proporção do crédito de custeio (65% e 62%, respectivamente), ao passo que esta proporção para o café é de somente 14% (tabela 2.10).

## 2.1.7 A Distribuição do Crédito Rural

As tabelas 2.15 e 2.16, apesar de se referirem somente ao crédito de custeio, ilustram a distribuição do crédito rural entre os diferentes estados brasileiros bem como entre os diversos tipos de produtores. O Paraná aparece aí em segunda posição quanto ao número de operações contratadas e em terceira quanto ao valor do total do crédito obtido.

Quanto a sua distribuição entre os produtores, ressalta-se inicialmente que o total das operações (152 670) atinge a somente 33,6% do total dos produtores agrícolas considerando-se que o número de produtores é estimado em 454 000 em 1980. Ora, quando se sabe que é grande o número de estabelecimentos que realiza mais de uma operação de crédito por ano, conclui-se que o crédito atinge uma percentagem menor ainda de produtores rurais.

TABELA 2.15 - NÚMERO DE OPERAÇÕES CONTRATADAS PELO BANCO DO BRASIL S/A COM PRODUTORES RURAIS, CUSTEIO AGRÍCOLA - 1980 \*

UNIDADES FEDERATIVAS	MINI E PEQUE- NO PRODUTOR A	PARTICIPAÇÃO % A/D	MÉDIO PRODUTOR B	PARTICIPAÇÃO % B/D	GRANDE PRODUTOR C	PARTICIPAÇÃO % C/D	TOTAL D
Brasil	993 911	81,4	171 710	14,1	55 813	4,5	1 221 434
Acre	1 592	96,3	54	3,3	6	0,4	1 652
Alagoas	16 169	92,2	896	5,1	473	2,7	17 538
Amapá	287	95,3	14	4,7	0	0,0	301
Amazonas	16 491	90,1	1 752	9,6	63	0,3	18 306
Bahia	80 639	91,5	6 295	7,1	1 187	1,4	88 121
Ceará	42 533	97,2	1 081	2,5	126	0,3	43 740
Distrito Federal	407	48,2	307	36,4	130	15,4	844
Espírito Santo	14 619	73,4	4 793	24,0	517	2,6	19 929
Goias	23 835	63,9	10 654	28,6	2 781	7,5	37 270
Maranhão	78 580	95,9	3 198	3,9	203	0,2	81 981
Mato Grosso	7 225	61,6	3 330	28,4	1 179	10,0	11 734
Mato Grosso do Sul	9 974	61,7	3 947	24,4	2 248	13,9	16 169
Minas Gerais	136 702	78,5	29 971	17,2	7 478	4,3	174 151
Pará	23 392	91,3	1 904	7,4	318	1,3	25 614
Paraíba	27 583	96,8	794	2,8	125	0,4	28 502
Paraná	104 144	68,2	36 438	23,9	12 088	7,9	152 670
Pernambuco	46 153	94,4	1 957	4,0	774	1,6	48 884
Piauí	55 827	99,0	497	0,9	59	0,1	56 383
Rio Grande do Norte	16 969	94,7	764	4,3	187	1,0	17 920
Rio Grande do Sul	110 928	78,8	20 176	14,3	9 626	6,9	140 730
Rio de Janeiro	9 253	83,4	1 643	14,8	200	1,8	11 096
Rondônia	7 194	94,1	428	5,6	19	0,3	7 641
Santa Catarina	91 155	94,0	5 018	5,2	820	0,8	96 993
São Paulo	58 192	53,5	35 465	32,6	15 149	13,9	108 806
Sergipe	13 203	97,6	273	2,0	48	0,4	13 524

FONTES: Banco do Brasil, Gazeta Mercantil 29/31.08.81

\* A classificação dos Produtores é realizada segundo o Valor da Produção Anual, em 17.12.80 na seguinte escala: Valor da Produção Anual até Cr\$ 299 600, miniprodutor. Os pequenos produtores com valores de Cr\$ 302 600 a Cr\$ 1 797 700. Os médios, com Cr\$ 1 806 600 a Cr\$ 8 989 300 e finalmente os grandes produtores cujo Valor da Produção Anual situa-se acima de Cr\$ 988 300.

TABELA 2.16 - CRÉDITOS CONCEDIDOS PELO BANCO DO BRASIL S/A - JAN-DEZ-1980

(Valor em Cr\$ mil)

UNIDADES FEDERATIVAS	MINI PRODUTOR A	% A/E	PEQUENO PRODUTOR B	% B/E	MÉDIO PRODUTOR C	% C/E	GRANDE PRODUTOR D	% D/E	TOTAL A PRODUTOR E
Brasil	44 929 594	9,3	93 385 720	19,4	137 684 042	28,6	205 156 563	42,7	481 155 919
Acre	24 621	5,0	280 945	56,3	140 774	28,2	52 359	10,5	498 699
Alagoas	1 187 972	14,2	972 348	11,7	1 232 071	14,8	4 948 628	59,3	8 341 019
Amapá	2 992	3,0	55 307	54,9	40 344	40,1	1 990	2,0	100 633
Amazonas	965 767	20,4	1 572 530	33,2	1 517 558	32,1	678 061	14,3	4 733 916
Bahia	6 239 961	22,0	8 608 184	30,4	8 143 681	28,7	5 368 718	18,9	28 360 514
Ceará	2 431 213	22,7	4 021 136	37,6	2 649 334	24,7	1 608 731	15,0	10 710 414
Distrito Federal	22 889	1,6	158 721	11,1	508 224	35,4	743 284	51,9	1 433 118
Espírito Santo	392 722	5,3	2 243 162	30,4	3 221 013	43,6	1 524 880	20,7	7 381 777
Goias	881 528	2,9	5 799 469	19,1	11 706 756	38,6	11 943 636	39,4	30 331 389
Maranhão	5 092 653	47,1	1 800 305	16,6	3 024 270	27,9	909 303	8,4	10 826 431
Mato Grosso	184 804	1,1	1 592 385	9,9	6 654 784	35,2	8 659 288	53,8	16 091 261
Mato Grosso do Sul	237 062	1,2	2 076 385	11,0	4 400 744	23,2	12 258 727	64,6	18 972 918
Minas Gerais	4 619 073	8,1	12 083 399	21,3	18 035 237	31,7	22 104 842	38,9	56 842 551
Pará	1 243 528	14,7	2 235 059	26,5	3 313 279	39,3	1 647 544	19,5	8 439 410
Paraíba	1 589 424	30,5	1 604 946	30,8	1 074 238	20,7	934 573	18,0	5 203 181
Paraná	2 086 295	3,2	11 924 523	18,3	21 307 878	32,6	29 977 441	45,9	65 296 137
Pernambuco	2 886 737	20,6	2 992 905	21,3	2 512 335	17,9	5 653 698	40,2	14 045 676
Piauí	2 980 651	55,0	1 595 623	29,4	633 479	11,7	212 514	3,9	5 421 898
Rio Grande do Norte	1 428 356	26,0	1 663 579	30,3	1 265 479	23,0	1 136 858	20,7	5 494 272
Rio Grande do Sul	4 526 090	6,4	11 555 137	16,3	18 883 895	26,6	35 995 868	50,7	70 960 990
Rio de Janeiro	362 595	6,5	1 152 524	20,6	1 488 075	26,5	2 600 824	46,4	5 604 018
Rondônia	649 243	26,5	1 026 459	41,9	348 025	14,2	427 304	17,4	2 451 031
Roraima	90 642	18,0	148 744	29,6	190 768	38,0	72 303	14,4	502 457
Santa Catarina	3 040 194	16,5	6 525 177	35,5	3 831 984	20,9	4 979 949	27,1	18 377 304
São Paulo	805 770	1,0	8 877 530	10,8	22 076 009	26,9	50 325 965	61,3	82 085 274
Sergipe	956 912	36,1	819 237	30,9	484 177	18,3	389 275	14,7	2 649 601

FONTES: Banco do Brasil, Gazeta Mercantil 29/31.08.81

Considerando-se a distribuição do crédito segundo o tamanho dos produtores no Paraná, nota-se que apesar dos mini e pequenos produtores realizarem 68,2% das operações, captam apenas 21,5% do valor total concedido. Já os grandes, por sua vez, realizando somente 7,9% das operações, recebem 45,9% do crédito total concedido ao Estado do Paraná. Fica evidente portanto que uma parcela pequena, a dos grandes proprietários, recebe parte substantiva do total do crédito e no caso do Paraná os miniprodutores, que atingem elevado número, recebem apenas 3,2% do total, participação esta que aparece bem abaixo daquela alcançada a nível nacional, onde este tipo de produtor participa com 9,3% do total do crédito.

Finalizando, pode-se concluir: se o programa de crédito rural não alcançou um dos seus objetivos que era o de proteger o pequeno agricultor, sua execução não foi neutra e parece ter acentuado as dificuldades destes estabelecimentos. A vinculação dos empréstimos à utilização de uma tecnologia não-adequada ao pequeno produtor, as dificuldades de acesso ao crédito, etc., aceleraram a concentração fundiária.

Dessa forma, entende-se que é evidente a necessidade de revisão no programa de crédito que permita efetivamente proteger o pequeno produtor, proprietário ou não de terras, minimizando a eliminação destes agentes, fato que tem trazido graves problemas, principalmente ao Paraná.

### 2.1.8 A Comercialização dos Produtos Agrícolas

Como já foi visto, a proporção da produção agrícola brasileira que é industrializada ainda é baixa, embora se observe crescente industrialização da produção, particularmente no Paraná. Neste processo vão progressivamente sendo alteradas as relações entre a Agricultura, por um lado, e a Indústria e o Comércio, por outro. Assim vão sendo eliminadas as cadeias dos intermediários comerciais e a indústria vai estabelecendo relações de compra diretamente com o setor agrícola. Os produtores rurais, por sua vez, tratam de organizar-se em cooperativas, criando portanto mecanismos de defesa frente à indústria e grandes comerciantes.

Existem tendências à modernização da comercialização na agricultura. Estas tendências acima apontadas são bastante visíveis no Paraná, onde na última década ganham importância, não somente as indústrias processadoras de produtos agrícolas, como também, as cooperativas.

A análise a seguir, será limitada à comercialização de seis produtos agrícolas, a saber, feijão, milho, trigo, algodão, soja e café, pois estes são responsáveis por cerca de 90% da área plantada e do valor da produção agrícola do Estado.

É na soja que os fenômenos apontados manifestam-se mais claramente. Assim a comercialização deste produto é realizada em sua maior parte pelas indústrias e cooperativas. Em 1979 as cooperativas recebem 45% da produção de soja, e cerca de 85% da produção era processada industrialmente no próprio Paraná. Frise-se ainda que será provável o avanço das cooperativas no próprio processo de industrialização da soja, fazendo frente às grandes empresas que atuam na área.

O feijão, por sua vez, sendo um produto que não é industrializado, tem um processo de comercialização ainda tradicional. Em estudo da Fundação IPARDES<sup>1</sup> foram detectados 5 agentes de comercialização: caminhoneiro, pequeno comerciante local, cooperativas, atacadistas regionais e atacadistas distribuidores finais.

A intervenção das cooperativas elimina os caminhoneiros, pequenos comerciantes e atacadistas regionais, mas sua presença ainda é reduzida, pois comercializou apenas 18% da produção das águas de 1979. Chama a atenção portanto a sobrevivência dos caminhoneiros e pequenos comerciantes, mas com a progressiva concentração do capital comercial, estes pequenos agentes serão provavelmente eliminados e grandes empresas, como, por exemplo, os supermercados, passarão a comprar diretamente a produção. Frente a isto, é inevitável que avance a organização das cooperativas, o que reforçará o desaparecimento dos pequenos comerciantes.

Próximo ao feijão aparece o milho, de cuja produção cerca de 30% a 40% são consumidos pelo próprio produtor e 50% comercializados por cerealistas, pequenos agentes localizados próximos dos agricultores.<sup>2</sup> Assim, somente 10% a 20% são comercializadas pelos atacadistas.

<sup>1</sup> Fundação IPARDES. *Estudo de viabilidade da implantação de Bolsa de Mercadorias no Paraná*. Curitiba, 1980. 146 fl.

O trigo, cujo comércio é controlado pelo Governo Federal através do Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional - CTRIN, que o redistribui aos moinhos segundo quotas fixadas pela SUNAB, apresenta um processo de comercialização bastante simples. As cooperativas receberam 80% da produção estadual em 1979, sendo os 20% restantes, em geral oriundos das grandes propriedades, comercializados diretamente com o Banco do Brasil através da CTRIN.

O algodão, como exige processamento industrial, tem sua comercialização comandada pela indústria. Assim em 1979 somente 20% da produção algodoeira passavam pelas cooperativas e 80% eram comprados diretamente dos agricultores pelos industriais - os maquinistas - que realizam o beneficiamento do produto, separando o caroço da pluma. Esta última é em sua maior parte exportada para a produção têxtil pelos próprios maquinistas e o caroço é destinado à produção de óleo.

Apesar do café passar por processos de industrialização, ainda é marcante a presença dos exportadores em sua comercialização. Normalmente a produção é vendida diretamente aos grandes atacadistas e cooperativas ou ao IBC, os quais ou exportam diretamente o produto ou o repassam para os torrefadores, para o abastecimento interno.

Em síntese, as tendências básicas na comercialização dos produtos agrícolas apontam, por um lado, para a crescente importância das cooperativas, fazendo frente aos grandes compradores e avançando na industrialização da produção. Por outro lado, nota-se a progressiva aproximação da indústria, que passa a comprar produtos agrícolas diretamente dos agricultores e das cooperativas. Finalmente, é evidente a perda de importância dos comerciantes neste processo e provavelmente sobreviverão somente as grandes empresas que operam com produtos não-industrializáveis, havendo eliminação dos pequenos agentes autônomos.

### 2.1.9 A Agricultura e os Recursos Naturais

Na década de 70 concluiu-se o processo de apropriação legal das terras no Paraná. Até então a expansão da produção era realizada em boa medida através da implantação de novas unidades produtivas em terras "livres"; e de agora em diante deverá processar-se via expansão de áreas cultivadas no interior dos estabelecimentos agrícolas existentes. Diante deste fato, ganha relevância, em primeiro lugar, a pergunta se ainda existem terras aptas para atividades agrícolas e que não estão sendo utilizadas, ou então que não estão sendo utilizadas da forma mais adequada. Em segundo lugar, assume grande importância a preservação dos recursos naturais.

Quanto à primeira questão: existem no Paraná 13 900 000 ha aptos à agricultura mecanizada, isto é, com declividade do relevo menor que 20%; 4 300 000 ha com declividades entre 20% e 45%, nos quais pode ser desenvolvido algum tipo de atividade agrícola e 400 000 ha sob influência fluvial (várzeas), onde, com uma prévia sistematização, poderiam ser desenvolvidas atividades agrícolas específicas, de alta intensidade de uso e rentabilidade. Esses valores, que correspondem ao potencial de área agrícola do Estado, equivalem a 93% do território paranaense (tabela 2.17).

TABELA 2.17 - RELEVO - DECLIVIDADES

MRH	Área da MRH	Áreas Inundáveis	% Sobre a		Declividade		% Sobre a		Declividade		% Sobre a	
			Área da MRH	0-20% Área	Área da MRH	20-45% Área	Área da MRH	45% Área	Área da MRH			
268	Curitiba *	876 300	66 599	7,60	244 488	27,90	272 529	31,10	262 014	29,90		
269	Litoral Paranaense **	585 100	195 387	33,39	76 513	13,08	135 225	23,11	177 875	30,42		
270	Alto Ribeira	348 500	-	-	10 575	3,03	123 425	35,42	214 500	61,55		
271	Alto Rio Negro Paranaense	159 500	5 400	3,39	99 875	62,52	50 625	31,74	3 600	2,26		
272	Campos da Lapa	475 200	18 525	3,98	380 425	80,05	74 875	15,76	3 375	0,71		
273	Campos de Ponta Grossa	1 150 200	30 850	2,68	850 200	73,05	169 825	14,66	65 225	5,63		
274	Campos de Jaguariaíva	435 400	800	0,18	324 000	74,41	90 800	20,81	20 000	4,58		
275	São Mateus do Sul	245 800	30 900	12,57	212 475	86,44	2 425	0,99	-	-		
276	Colonial de Ipirati	765 500	18 500	2,42	495 900	65,30	189 700	24,78	57 400	7,50		
277	Alto Ivaí	328 400	875	0,12	397 575	53,94	237 300	32,14	102 650	13,90		
278	Norte Velho de W. Braz	621 000	-	-	448 725	72,26	160 100	25,78	12 175	1,96		
279	Norte Velho de Jacarezinho	740 600	7 850	1,06	635 750	85,84	88 125	11,80	8 875	1,20		
280	Algozoira do Assaí	217 400	400	0,18	196 500	85,79	18 625	8,57	11 875	5,46		
281	Norte Novo de Londrina	1 017 500	1 850	0,18	985 975	98,90	27 000	2,65	2 675	0,26		
282	Norte Novo de Maringá	372 200	-	-	365 000	98,07	7 200	1,93	-	-		
283	Norte Nov. da Paranavai	993 000	59 700	6,01	933 300	93,99	-	-	-	-		
284	Norte Novo de Apucarana	728 600	-	-	519 900	71,36	180 100	24,72	28 600	3,92		
285	Norte Nov. de Umuarama	1 382 200	96 425	7,04	1 272 775	92,96	-	-	-	-		
286	Campo Mourão	1 221 800	-	-	996 350	81,55	221 800	18,15	3 650	0,30		
287	Pitanga	677 100	-	-	175 400	25,90	444 050	65,58	57 650	8,51		
288	Extremo-Oeste Paranaense	2 312 800	15 275	0,66	1 820 200	78,70	453 000	19,59	24 325	1,05		
289	Sudoeste Paranaense	1 162 200	-	-	708 950	61,00	453 250	39,00	-	-		
290	Campos de Guaraçuva	1 623 100	-	-	980 975	60,44	589 400	36,31	52 725	3,25		
291	Médio Iguçu	1 050 600	14 975	1,41	697 200	65,74	296 900	27,99	51 525	4,88		
TOTAL		19 906 000	436 536	2,18	13 866 026	69,66	4 286 179	21,53	1 160 814	5,83		

FONTES: Fundação IPARDES - 1980

\* Área Urbana da RMC C30 671 ha - 3,5%

\*\* Área de Influência Marinha 125 780 ha, ou seja, 21,50% da Área da MRH

No entanto, a área efetivamente coberta com culturas permanentes e temporárias, em 1975 era de somente 5 600 000 ha (28% do território) das quais uma significativa parcela era de agricultura não-mecanizada (tabela 2.18).

TABELA 2.18 - USO DO TERRITÓRIO - 1975

MRH	(em ha)												
	AGRICULTURA				PASTAGEM				FLORESTA				
	Permanente	Temporária	Total	%	Natural	Plantada	Total	%	Natural	Plantada	Total	%	
268	Curitiba	10 061	73 962	84 023	9,59	79 916	6 224	86 140	9,83	49 353	29 253	79 253	9,04
269	Litoral Paranaense	85 430	5 561	90 991	16,65	6 069	2 529	8 598	1,47	87 901	5 611	93 512	15,98
270	Alto Ribeira	3 104	21 027	24 131	6,82	33 563	6 854	40 417	11,60	25 581	26	25 607	7,35
271	Alto Rio Negro Paranaense	119	26 137	26 256	16,46	19 554	321	19 875	12,46	21 251	1 891	23 142	14,51
272	Campos de Lapa	543	62 589	63 132	13,28	101 035	12 429	113 464	23,88	56 322	19 822	76 244	15,04
273	Campos de Ponta Grossa	809	131 637	132 446	11,42	267 864	64 113	331 977	28,64	182 444	88 339	268 783	23,19
274	Campos de Jaguariúva	705	50 583	51 588	11,85	85 237	60 497	145 734	33,47	42 545	99 988	142 533	32,74
275	São Matheus do Sul	153	34 492	34 645	14,09	23 309	743	24 052	9,78	51 239	1 374	52 613	21,40
276	Colonial de Irati	646	122 357	123 003	16,07	61 185	11 530	72 715	9,50	112 067	10 934	123 001	16,07
277	Alto Ivaí	390	126 265	126 655	17,15	61 782	38 021	99 803	13,52	73 919	14 488	88 407	11,97
278	Norte Velho de W. Braz	35 822	145 050	180 872	29,12	75 025	126 680	202 605	32,63	33 248	9 612	42 860	6,90
279	Norte Velho de Jacarezinho	76 810	238 037	314 847	42,51	65 117	202 302	267 419	38,11	22 182	6 046	28 228	3,81
280	Algodão do Assaí	13 190	80 143	93 333	42,93	18 813	38 595	57 408	26,41	6 001	2 001	8 002	3,68
281	Norte Novo de Londrina	221 897	234 119	456 016	44,82	60 012	364 816	424 827	41,75	41 145	8 346	49 491	4,86
282	Norte Novo de Maringá	79 393	148 522	227 915	75,20	12 223	74 813	87 036	23,38	5 139	1 073	6 176	1,66
283	Norte Nov. de Paranaíba	146 549	47 331	193 880	19,52	21 727	703 268	724 995	73,00	45 874	2 089	47 963	4,83
284	Norte Nov. de Apucarana	108 164	221 781	329 945	45,28	42 439	179 253	222 792	30,58	32 562	3 225	35 797	4,91
285	Norte Nov. de Umuarama	244 586	177 084	421 680	30,80	27 848	678 074	705 922	51,56	77 155	2 802	79 958	5,84
285	Campo Mourão	73 198	454 685	527 883	43,20	92 793	180 032	272 825	22,33	88 940	6 866	95 806	7,84
287	Pitanga	1 521	175 222	176 743	26,10	36 779	98 787	135 566	20,02	46 015	4 788	50 803	7,50
288	Extremo-Oeste Paranaense	70 445	1 077 295	1 091 740	47,20	34 373	232 588	266 961	11,54	170 917	13 036	183 953	7,95
289	Sudoeste Paranaense	4 020	526 962	530 982	45,69	73 719	93 950	167 669	14,43	114 804	8 765	123 569	10,63
290	Campos de Guarapuava	700	232 136	232 836	14,34	171 528	87 002	258 530	15,93	330 840	48 730	379 570	23,37
291	Médio Iguaçu	1 447	94 549	95 996	9,05	210 986	35 504	246 490	23,24	238 149	19 995	258 144	24,34
TOTAL		1 179 701	4 447 834	5 627 535	28,27	1 683 815	3 299 025	4 982 840	25,03	1 955 393	407 860	2 363 253	11,87

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário - Paraná - 1975

Comparando esta área agrícola existente com a potencial, a diferença é expressiva. No entanto, é necessário salientar que essa comparação tem alguns limites. A título de exemplo, inclui-se a seguinte comparação que parte de duas hipóteses simplificatórias.

Em primeiro lugar, do total de terras aptas à agricultura mecanizada (13 900 000 ha) um montante equivalente a 20% deveria estar dedicado ao equilíbrio ambiental (proteção da flora e fauna, de nascentes e mananciais, de fundos de vale, da infra-estrutura física de apoio à produção, etc.), e 5% de áreas urbanas, rodovias, barragens, etc. Dessa forma, do total de 13 900 000 ha ficam disponíveis 10 500 000 ha.

Por outro lado, a área com declividades entre 20% e 45% (4 300 000 ha) poderia ser reduzida em 50%, correspondente aos intervalos de declividades maiores, e mais 20% dedicados à conservação do equilíbrio ambiental. Assim, caberia acrescentar 1 300 000 ha às anteriores (10 500 000 ha) e mais 400 000 ha de várzeas, para obter um valor aproximado da área apta à agricultura: 12 200 000 ha. A diferença entre esta área agrícola potencial e a existente é de aproximadamente 6 600 000 ha.

Isto independente dos tipos e ciclos de rotação dos cultivos e da adequabilidade destes às diferentes condições climáticas. Considerando parcialmente tais fatores, realça-se o potencial agrícola no período de inverno, com possibilidades de ser utilizado com o cultivo de oleaginosas para diversos fins, inclusive o energético.

Esses valores, embora com certos limites quanto a sua precisão, indicam claramente a existência de uma apreciável superfície apta para a expansão da área agrícola do Estado.

Ao lado dessa enorme superfície de terreno agrícola disponível e não-utilizada, aparece a problemática do excessivo desmatamento (tabela 2.19). Considera-se que a problemática do "esgotamento da fronteira agrícola versus excessivo desmatamento" deve ser rigorosamente enquadrada a um modelo de organização espacial do território, com uma adequada distribuição das áreas agrícolas, pecuárias, de mata natural e reflorestamento. Cada um desses tipos de uso do território não deve ser considerado só pelo produto que entrega (grão, carne ou madeira) senão também pelo papel que cada tipo de cobertura vegetal desempenha na estrutura e processos de paisagem, em uma estratégia de produção e estabilidade.

TABELA 2.19 - COBERTURA ARBÓREA EXISTENTE - 1978

(em ha)

COBERTURA ARBÓREA	PADRÃO I *		PADRÃO II		PADRÃO III		TOTAL DOS TRÊS PADRÕES	
	HA	%	HA	%	HA	%	HA	%
268/1 Curitiba	155 178	49	7 201	3	151 726	48	314 105	36
269/2 Litoral Paranaense	493 185	100	-	-	-	-	493 185	84
270/3 Alto Ribeira	32 307	83	5 304	14	1 375	3	38 986	11
271/4 Alto Rio Negro Paranaense	34 289	51	10 797	16	22 045	33	67 141	42
272/5 Campos da Lapa	5 010	4	37 593	29	85 175	67	127 778	27
273/6 Campos de Ponta Grossa	167 853	52	80 899	25	75 149	23	323 901	28
274/7 Campos de Jaguariaíva	57 945	49	27 424	23	32 659	28	118 028	27
275/8 São Mateus do Sul	13 421	16	5 502	6	67 996	78	86 919	35
276/9 Colonial de Irati	56 330	23	99 679	40	91 962	37	247 971	37
277/10 Alto Ivaí	6 284	5	56 713	47	57 145	48	120 142	16
278/11 Norte Velho de W. Braz	25 571	46	-	-	30 550	54	56 121	9
279/12 Norte Velho de Jacarezinho	25 239	82	5 394	18	-	-	30 633	4
280/13 Algodoeira do Assaí	1 896	18	-	-	8 421	82	10 317	5
281/14 Norte Novo de Londrina	47 325	83	-	-	9 972	17	57 297	6
282/15 Norte Novo de Maringá	5 430	100	-	-	-	-	5 430	1
283/16 Norte Nov. de Paranavaí	56 496	100	-	-	-	-	56 496	6
284/17 Norte Novo de Apucarana	23 721	79	6 422	21	-	-	30 143	4
285/18 Norte Nov. de Umuarama	70 683	100	-	-	-	-	70 683	5
286/19 Campo Mourão	88 846	81	18 128	17	2 540	2	109 514	9
287/20 Pitanga	30 253	48	3 472	6	28 651	46	62 376	9
288/21 Extremo-Oeste Paranaense	346 577	79	64 841	15	27 274	6	438 692	19
289/22 Sudoeste Paranaense	97 309	68	10 416	7	35 608	25	143 333	12
290/23 Campos de Guarapuava	220 741	43	131 519	26	160 934	31	513 194	32
291/24 Médio Iguaçu	291 587	57	176 322	34	48 283	9	516 192	49
TOTAL	2 353 486	58	747 626	19	937 465	23	4 038 577	20

FONTE: Fundação IPARDES - 1980

\* Padrão I: de 95 a 100% de cobertura na área

Padrão II: de 85 a 95% de cobertura na área

Padrão III: de 50 a 85% de cobertura na área

Neste contexto, a questão não se reduz a magnitudes de área de mata natural derrubada ou de áreas potencialmente agrícolas desaproveitadas. O problema é situar adequadamente no tempo e no espaço, os diferentes tipos de cobertura vegetal, a fim de obter do território a máxima produção, estabilizada no tempo.

Pode se observar no território paranaense extensas áreas agrícolas, onde não se encontram um mínimo de cobertura arbórea, inclusive nas áreas mais suscetíveis à erosão, como nas cabeceiras das bacias hídricas, ao lado de extensas áreas com cobertura arbórea, seja natural, seja plantada em terrenos aptos à agricultura mecanizada. Ambas as situações configuram usos inadequados em termos agroecológicos, ou por um "superaproveitamento", ou, como no último caso, "subutilização".

Em resumo, considera-se que a "fronteira agrícola" está esgotada em termos de apropriação do território. Porém, ainda existe uma apreciável superfície a ser ocupada materialmente com as atividades indicadas ou, pelo menos, com uma ocupação mais intensiva, seja quanto à produtividade física, econômica e/ou utilização de mão-de-obra.

Paralelamente, existem regiões, unidades geomórficas ou ecossistemas, degradadas por um irracional e intenso desmatamento e por práticas agrícolas inadequadas e antieconômicas. Ou seja, não somente o desmatamento é responsável pela degradação dos recursos naturais: as práticas agrícolas de excessiva movimentação do solo e uso indiscriminado de fertilizantes e defensivos também afetam negativamente a preservação dos recursos naturais.

Finalizando, conclui-se em primeiro lugar que ainda existe no Paraná ampla disponibilidade de terras que não estão sendo utilizadas ou então, que o estão sendo de forma inadequada e que, o "esgotamento da fronteira" não necessariamente imporá limites aos futuros aumentos de produção. Por outro lado diante do desmatamento e das práticas agrícolas que degradam os recursos naturais, o governo deveria implementar rigorosas políticas de orientação e regulamentação das atividades agrícolas, do uso de fertilizantes e defensivos, etc.

### 2.1.10 Setor Agropecuário - Considerações Finais

Tomando-se o processo de modernização como critério para classificar as unidades produtivas na agricultura, pode-se distinguir claramente dois tipos de estabelecimentos no Paraná. Em primeiro lugar, um setor de pequenos, médios e grandes produtores que utilizam tecnologia moderna e progressivamente vão assumindo maior participação relativa no valor da produção total. Em segundo lugar, aparece o setor dos pequenos produtores que se mantêm à margem do processo

de modernização e cuja participação no valor total da produção é decrescente, não somente por seus mais baixos índices de produtividade mas principalmente pela redução do número de pequenos proprietários, parceiros e ocupantes.

Os médios produtores que utilizam mão-de-obra familiar e tecnologia moderna têm posição consolidada, já que aumentaram sua participação no valor total da produção como também não perderam áreas para os estratos maiores. Quanto aos pequenos produtores que não conseguem acompanhar o processo de modernização, são os que têm diante de si as perspectivas mais desfavoráveis, a perdurar a política agrícola vigente, pois não somente perderam posição relativa no valor total da produção como também perderam áreas para os grandes proprietários. Por outro lado, é de se prever que os pequenos produtores - mesmo incluindo aqueles que se modernizaram - continuarão a perder posição relativa tanto quanto ao valor da produção como também às áreas cultivadas, já que atualmente, os estabelecimentos até 50 ha, ocupam 70% de sua área, o que implica que dificilmente poderão expandir áreas cultivadas no interior dos estabelecimentos. Tal fenômeno é reforçado quando se sabe que não está havendo divisão das propriedades maiores, mas ao contrário são estas que incorporam áreas dos pequenos estabelecimentos.

Os grandes estabelecimentos não somente têm expandido suas áreas como também seu número, embora o aumento de sua participação no valor da produção não cresça na mesma proporção, indicando não apenas lentidão maior que a dos médios estabelecimentos na modernização como também que a incorporação de áreas provavelmente não se deu visando sua utilização produtiva. Entretanto como estes estabelecimentos são os que apresentam maiores condições de aumentar áreas cultivadas em seu interior, é de se prever que no futuro incrementem sua participação no valor total da produção.

O fato apontado, ou seja, que pequenos e médios produtores participaram do processo de modernização, e que ademais este processo deu-se de forma mais aprofundada nos médios estabelecimentos, tem implicações importantes quanto às formas de organização social da agricultura paranaense. Em outras palavras, a década de 70 vê surgir um novo tipo de produtor familiar tecnificado que se diferencia radicalmente do produtor familiar tradicional.

Assim, apesar de todas as transformações da década, ou exatamente porque pequenos e médios produtores participaram destas transformações, é que se explica a permanência da dominância da pequena produção familiar, como pode ser constatado na tabela 2.20.

TABELA 2.20 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA PARANAENSE - 1970-1975

CATEGORIAS	1970		1975	
	Nº Absolutos	%	Nº Absolutos	%
Responsável e Membros e nº de Família	1 696 284	85,6	1 674 046	80,5
Empregados em Trabalhos Permanentes	132 073	6,7	179 077	8,6
Empregados em Trabalhos Temporários	119 126	6,0	161 851	7,8
Parceiros	24 607	1,2	57 553	2,8
Outros	9 381	0,5	6 647	0,3
<b>TOTAL</b>	<b>1 981 471</b>	<b>100,0</b>	<b>2 079 174</b>	<b>100,0</b>

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970-1975

Como se nota, a mão-de-obra empregada na agricultura ainda é predominantemente aquela dos membros da família não-remunerados. Frise-se entretanto, que agora são produtores familiares modificados relativamente àqueles do período anterior a 1970, pois incorporaram novas técnicas de produção. Entretanto este movimento não garantiu a sobrevivência indiscriminada de pequenos produtores. Na realidade, como já se fez referência, foi expressiva a eliminação de pequenos estabelecimentos na década, principalmente aqueles operados por não-proprietários.

Mas esta situação não descarta o crescimento tendencial da categoria de trabalhadores assalariados, que devem encontrar emprego em unidades de produção, mesmo as predominantemente familiares, cujo ciclo produtivo das culturas tenham períodos de utilização intensiva de mão-de-obra, como café, cana-de-açúcar e algodão. No entanto como já foi indicado, as perspectivas de absorção de mão-de-obra são restritas dado o tipo de desenvolvimento imprimido à agricultura estadual (tabela 2.21).

TABELA 2.21 - MÉDIA DE TRABALHADORES FAMILIARES E NÃO-FAMILIARES POR ESTABELECIMENTO NO PARANÁ SEGUNDO ESTRATO DE ÁREA - 1970-1975

GRUPOS DE ÁREA (ha)	1970		1975	
	$\bar{x}$ Trab. Fam.	$\bar{x}$ Trab. n Fam.	$\bar{x}$ Trab. Fam.	$\bar{x}$ Trab. n Fam.
Menos 20	2,9	0,1	3,4	0,2
20 - 50	3,6	0,6	3,9	1,1
50 - 200	3,2	1,9	3,6	2,7
200 - 500	2,6	6,6	2,7	8,2
500 e mais	2,1	20,3	2,2	18,2
TOTAL	3,0	0,5	3,5	0,5

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970-1975

Concluindo, é de se prever que a produção familiar no Paraná tenha grande poder de resistência frente à expansão das grandes propriedades e que possivelmente esta resistência manifeste-se claramente a nível político, passando os representantes deste setor a exigir medidas políticas que protejam os produtores familiares. Isto não implica, entretanto, que não possa ganhar importância o trabalho assalariado, apesar de que sua crescente importância não se manifeste em expressivo incremento no número destes trabalhadores, dada a mecanização da produção.

## 2.2 O SURTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Se a agricultura paranaense, a partir da colonização do Norte mostrou-se extremamente dinâmica, o mesmo não ocorria com a indústria. Este setor até o início dos anos 70 era pouco dinâmico e relativamente pouco importante, tanto a nível estadual como nacional (tabela 2.22).

TABELA 2.22 - PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA PARANAENSE NO TOTAL DA INDÚSTRIA NACIONAL

ANOS	PARTICIPAÇÃO %
1907	4,5
1919	3,4
1939	2,2
1949	2,9
1959	3,2
1970	3,0

FONTE: CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Campinas, 1975. 2v. Tese. Doutorado. Universidade Estadual de Campinas.

Como se nota, a participação da indústria paranaense no total da indústria nacional era pouco expressiva e ademais vinha decrescendo de 1907 a 1970. Com exceção das décadas de 40 e 50, quando ocorreram pequenas recuperações nesta participação relativa, em todos os outros períodos a indústria paranaense crescia menos que a indústria a nível nacional, o que demonstra 41

seu baixo dinamismo. Por outro lado, quanto aos gêneros industriais existentes, mostrava-se este setor extremamente especializado em poucas atividades, não apresentando tendências à diversificação do aparelho produtivo. Assim a estrutura industrial paranaense em 1958, analisada pelo PLADEP,<sup>3</sup> não indica modificações essenciais em relação à situação existente nas duas primeiras décadas do século. A indústria continuaria vinculada à agricultura através do beneficiamento de produtos agrícolas. No início, do beneficiamento do principal produto, a erva-mate e a madeira. Posteriormente, no beneficiamento do café, permanecendo o processamento da madeira. Estes dois gêneros respondiam por 68,9% da produção total em 1958. Em 1970, continuariam gerando 53,9%, se for incluído o gênero Química, basicamente produzindo óleos vegetais.

Tratava-se portanto de uma indústria rudimentar, dedicada ao primeiro processamento de produtos agrícolas, utilizando-se de tecnologia pouco elaborada. As empresas apresentavam reduzida escala de produção, e, se excluídos os principais produtos (café, madeira), dirigiam sua produção para mercados locais, não marcando presença no mercado nacional.

### 2.2.1 As Transformações dos Anos 70

A década de setenta vai assistir a verdadeira explosão no crescimento industrial do Paraná. Assim este setor, de pouco dinâmico que era, torna-se agora líder do crescimento econômico do Estado (tabela 2.23).

TABELA 2.23 - EVOLUÇÃO DA RENDA INTERNA DO PARANÁ POR SETORES 1970-80

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
1970	100	100	100	100
1971	175	119	118	132
1972	194	173	140	159
1973	214	230	176	195
1974	275	270	200	231
1975	285	293	228	253
1976	207	364	272	271
1977	314	418	275	309
1978	228	483	270	295
1979	235	489	293	311
1980	253	580	315	344

FONTE: Fundação IPARDES

Este crescimento rápido da indústria, altera quantitativamente sua participação na geração da renda estadual. De um setor relativamente sem importância, agora a indústria passa a superar a participação da própria agricultura na renda interna paranaense. Pode-se mesmo concluir que o salto quantitativo da indústria nos anos 70 altera qualitativamente a natureza da economia paranaense, a qual deixa de ser essencialmente agrícola (tabela 2.24).

TABELA 2.24 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SETORES NA RENDA INTERNA DO PARANÁ 1970-80

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
1970	25,17	16,82	58,21	100,00
1971	32,22	14,88	51,90	100,00
1972	30,71	18,10	51,19	100,00
1973	27,74	19,67	52,59	100,00
1974	30,04	19,41	50,55	100,00
1975	28,34	19,27	52,39	100,00
1976	19,19	22,31	58,50	100,00
1977	25,58	22,49	51,95	100,00
1978	19,44	27,25	53,31	100,00
1979	19,04	26,14	54,82	100,00
1980 *	18,53	28,07	53,40	100,00

FONTE: Fundação IPARDES  
\* Estimativa Preliminar

<sup>3</sup> PARANÁ. Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado. *Análise da economia paranaense*. Curitiba, 1961. 163 fl. (Estudo nº 40).

O crescimento acelerado da indústria sustenta no Paraná uma alta taxa de incremento de sua renda interna, a qual supera a expansão da renda nacional, promovendo uma elevação da participação da renda paranaense em relação à renda nacional. Por outro lado, apesar das taxas de crescimento da indústria nacional, no período, serem extremamente elevadas, a participação do Paraná na produção industrial brasileira dobra entre 1970 e 1980, pois salta de 2,96% para 6,13% (tabela 2.25).

TABELA 2.25 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA RENDA INTERNA DO PARANÁ NA RENDA INTERNA DO BRASIL - 1970-80

ANOS	SETORES			TOTAL RENDA INTERNA
	Agricultura	Indústria	Serviços	
1970	12,33	2,96	5,46	5,46
1971	18,57	3,12	5,83	6,47
1972	18,93	3,97	6,30	6,98
1973	16,59	4,28	6,80	7,14
1974	18,49	4,20	7,11	7,49
1975	18,29	4,15	7,12	7,38
1976	11,95	4,83	7,68	7,23
1977	15,04	5,57	7,53	7,91
1978	11,19	6,11	6,42	6,90
1979	10,77	5,71	6,37	6,69
1980 *	11,32	6,13	6,38	6,86

FONTE: Fundação IPARDES  
\* Estimativa preliminar

## 2.2.2 Mudanças na Estrutura Industrial

Os dados de crescimento não mostram, entretanto, as transformações qualitativas da estrutura industrial no período. Apesar de permanecer a especialização no processamento de produtos agrícolas, houve uma tendência à diversificação dos gêneros industriais. Surgem ou ganham importância novos setores como "Material Elétrico e de Comunicações", "Química", "Material de Transporte" e "Fumo".

Os gêneros tradicionais, por sua vez, sem deixar de crescer, vão perdendo importância relativa. Assim, o beneficiamento de café e madeira que em 1958 respondia por 68,9% do produto industrial do Estado, em 1970 atinge a 53,9%. Já em 1979, o valor da produção dos gêneros "Produtos Alimentares", "Madeira" e "Óleos Vegetais" (do gênero Química) passam a responder por somente 35,46% do total (tabela 2.26).

TABELA 2.26 - VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PARANÁ, SEGUNDO GÊNEROS INDUSTRIAIS - 1970-1975-1979

GÊNEROS	ANOS			(em %)
	1970	1975	1979	
	Extracção e Transformação Mineral Não-Metálicos	8,51	7,55	7,34
Meturgia	3,24	3,02	2,99	
Mecânica	3,28	3,22	3,00	
Material Elétrico e de Comunicação	0,54	1,57	2,72	
Material de Transporte	1,76	0,86	0,77	
Madeira	22,50	18,59	14,50	
Mobilidade	3,89	2,83	2,61	
Papel e Papelão	5,20	6,50	6,22	
Borracha	0,78	0,37	0,19	
Couro, Peles e Produtos Similares	0,84	0,52	0,32	
Química	7,73	2,54	30,21	
Óleos	-	4,93	3,87	
Adubos e Fertilizantes	-	3,50	3,37	
Produtos Farmacêuticos e Medicinais e Perfumaria, Sabões e Velas	0,75	0,18	0,16	
Produtos de Matéria Plástica	1,22	1,72	1,85	
Têxtil	8,46	2,84	2,18	
Vestuário, Calçados e Artigos de Têxtil	0,62	0,59	0,59	
Produtos Alimentares	23,67	29,00	17,03	
Bebidas	2,98	1,83	2,20	
Fumo	0,17	1,43	3,66	
Editorial e Gráfica	3,14	0,75	0,64	
Diversos	0,82	5,76	0,64	
TOTAL	100,00	100,00	100,00	

FONTE: 1970 FIBGE - 1971-79 SEPI

Entretanto o processo de diversificação do aparelho produtivo não foi bastante acelerado para permitir substanciais alterações no quadro dos gêneros mais importantes, ou seja, aqueles cuja participação no valor total da produção industrial supera os 5%. Seguindo este critério, os gêneros mais importantes em 1970 eram: Minerais Não-Metálicos, Madeira, Papel e Papelão, Química, Têxtil e Produtos Alimentares, que neste ano respondiam por 76,1% do valor da transformação industrial. Já em 1979, continuavam a ser os mesmos os gêneros mais importantes, com exceção do Têxtil, cuja participação cai de 8,46% para 2,18%. Os outros gêneros, ou seja, Minerais Não-Metálicos, Madeira, Papel e Papelão, Química e Produtos Alimentares, foram responsáveis por 75,4% do valor adicionado na indústria.

A tabela anterior, entretanto, impede de certa forma, uma avaliação mais apurada da importância relativa dos diferentes gêneros industriais e conseqüentemente da diversificação do aparelho produtivo. Ocorre que a presença da PETROBRÁS que gera 18,9% do valor agregado da indústria, faz elevar a participação do gênero "Química", que salta de 7,73% do valor agregado em 1970 para 30,21% em 1979. Assim, se excluída esta empresa, tornam-se mais visíveis as alterações da estrutura produtiva (tabela 2.27).

TABELA 2.27 - PARTICIPAÇÃO DE ALGUNS GÊNEROS NO VALOR AGREGADO INDUSTRIAL DO PARANÁ - EXCETUANDO-SE A PETROBRÁS - 1975-1979

GÊNERO	1975	1979
Metalurgia	2,9	3,2
Mecânica	3,8	4,8
Material Elétrico e de Comunicação	1,1	3,0
Material de Transporte	1,0	1,2
Madeira	17,8	17,1
Química	10,3	9,1
Produtos Alimentares	30,4	25,5

FONTE: SEFI/Sistema DEFC e CCE

Nota: A não coincidência dos dados de 1975 em relação àqueles apresentados na tabela 2.28, é devida à diferente classificação adotada pela SEFI e pelo FIBGE

Pela tabela 2.27, fica evidente a queda de importância relativa dos gêneros tradicionais, Madeira, Química e Produtos Alimentares, cuja participação relativa cai de 58,5% para 41,7%. Por outro lado, gêneros de recente presença no Estado como os que compõem a Metal-Mecânica, ou seja, Metalurgia, Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações e Material de Transporte, no curto espaço de cinco anos saltam de 8,8% para 12,2%, sendo que no gênero Material de Transporte, não aparece ainda a produção da VOLVO do Brasil S/A. Assim, ficam mais claras as grandes transformações na estrutura produtiva do Estado.

### 2.2.3 Transformações na Estrutura Interna dos Gêneros Industriais e Novas Relações entre os Gêneros

Como já se colocou, os gêneros tradicionais como Química, Produtos Alimentares, Minerais Não-Metálicos e Madeira continuam sendo os gêneros mais importantes da Indústria. De tal fato, entretanto não se pode concluir que não tenha havido transformações no aparelho produtivo, já que ocorrem mudanças na composição destes próprios gêneros (tabela 2.28).

TABELA 2.28 - PARTICIPAÇÃO DOS DIFERENTES GRUPOS NO GÊNERO "MADEIRA" NO PARANÁ 1975-1979

GRUPOS	1975	1979
Serrarias	50,7	43,3
Resserrados	18,3	15,9
Aglomerados	8,0	9,1
Chapas	13,6	15,6

Como se nota, perdem importância Serrarias e Resserrados que passam de 69,0% para 63,2%. Por sua vez Aglomerados e Chapas saltam de 21,6% para 24,7%. Pode-se portanto concluir que ganham importância as etapas industriais que implicam em maior elaboração da matéria-prima.

Também no gênero "Papel e Papelão" avançam as indústrias que implicam em maior grau de elaboração da matéria-prima. Desse modo cai a participação do Papel e aumentam tanto a de Papelão e Cartolina como a das Embalagens. Por outro lado, reduz-se a participação relativa da Pasta Mecânica e avança a de Celulose, cujo processo de fabricação é mais elaborado (tabela 2.29).

TABELA 2.29 - PARTICIPAÇÃO DOS DIFERENTES GRUPOS NO GÊNERO "PAPEL E PAPELÃO" NO PARANÁ - 1975-1979

GRUPOS	1975	1979
Papel	78,8	73,1
Pasta Mecânica	3,7	2,4
Fabricação de Celulose	0,9	4,0
Fabricação de Papelão Cartolina e Cartão	6,4	11,0
Fabricação de Embalagens e Papel para Embalagem	1,0	3,1

FONTE: Fundação IPARDES. Estudos para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná. Curitiba, 1981

Como já foi referido, a presença da PETROBRÁS altera substancialmente a composição da indústria Química no Paraná. Perde rapidamente importância relativa a produção dos Óleos Vegetais, apesar de que é sabido que este grupo cresceu expressivamente no período. Já os Adubos, Fertilizantes e Corretivos têm sua participação relativa decrescida em menor proporção. Em síntese, pode-se concluir que o gênero Química, que era essencialmente agroindustrial, transformou-se, passando a petroquímica a ser dominante (tabela 2.30).

TABELA 2.30 - PARTICIPAÇÃO DOS DIFERENTES GRUPOS NO GÊNERO "INDÚSTRIA QUÍMICA" NO PARANÁ - 1975-1979

GRUPOS	1975	1979
Combustíveis e Lubrificantes	0,0	75,6
Óleos Vegetais	34,7	4,5
Óleos e Essências Vegetais	12,2	1,3
Adubos, Fertilizantes e Corretivos	35,3	13,1

FONTE: Fundação IPARDES. Estudos para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná. Curitiba, 1981

É expressiva a queda da participação do Beneficiamento de Café, Cereais e afins. Por sua vez ganham importância a produção de Café Solúvel, Óleos Refinados e os Frigoríficos. Portanto, também no gênero Produtos Alimentares, promoveram-se transformações que implicaram na perda de importância das atividades mais rudimentares e na progressiva expressão que vai assumindo a produção que implica em maior grau de elaboração de matérias-primas (tabela 2.31).

Também no gênero Minerais Não-Metálicos aparecem transformações no sentido de perda de importância relativa dos grupos de atividades mais rudimentares, como as olarias. Os produtos mais elaborados vão ganhando posição de destaque como os Artigos de Cimento e Fibrocimento (tabela 2.32).

Em síntese, tenta-se demonstrar que as alterações ocorridas quanto à participação relativa dos diferentes grupos no interior dos gêneros industriais, implicaram em diversificação do aparelho produtivo. Assim, nesta década a indústria diversificou-se não somente pela incorporação da produção de novos gêneros, como também através da agregação ou desenvolvimento de determinados tipos de produção que implicam avanço no grau de elaboração das matérias-primas, nos gêneros

considerados tradicionais no Paraná.

TABELA 2.31 - PARTICIPAÇÃO DOS DIFERENTES GRUPOS NO GÊNERO "PRODUTOS ALIMENTARES" NO PARANÁ - 1975-1979

GRUPOS	1975	1979
Beneficiamento de Café, Cereais e afins	28,2	12,4
Moagem de Trigo	2,1	2,0
Café Solúvel	8,1	14,0
Frigoríficos	9,5	15,1
Açúcar	14,6	8,7
Óleos Refinados	12,1	19,6

FONTE: Fundação IPARDES. *Estudos para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná. Curitiba, 1981*

TABELA 2.32 - PARTICIPAÇÃO DOS DIFERENTES GRUPOS NO GÊNERO "MINERAIS NÃO-METÁLICOS" NO PARANÁ - 1975-1979

GRUPOS	1975	1979
Cal Virgem	9,3	5,6
Telhas, Lajotas, Tijolos, etc.	33,8	30,3
Cimento	35,8	34,1
Artigos de Cimento e Fibrocimento	12,0	21,5

FONTE: Fundação IPARDES. *Estudo para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná. Curitiba, 1981*

As transformações da estrutura industrial não se limitam, entretanto, ao aparecimento de novos gêneros industriais ou à modificação dos tradicionais. Outra importante mudança diz respeito a um incipiente processo de desenvolvimento de relações interindustriais. Em outras palavras, uma industrialização pouco avançada como a do Paraná caracterizava-se pela pouca importância das relações de compra e venda entre os diferentes grupos industriais, ou seja, a relação básica da indústria era, por um lado, com a agricultura ou com o comprador final e, por outro, com as indústrias de outros estados.

Na década de 70 começam a desenvolver-se relações de compra e venda no interior do próprio aparelho industrial paranaense. Em estudo realizado em 1974, com base no imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, referente à Região Metropolitana de Curitiba foram detectados 42 fluxos de compras e vendas entre as indústrias. Em 1980, em pesquisa realizada em apenas 37 empresas da Metal-Mecânica da Cidade Industrial,<sup>4</sup> foram registrados 66 fluxos. Assim apesar do trabalho de 1974 referir-se a todas as indústrias de Curitiba, o que implica evidentemente em um universo maior de empresas, em 1979, em apenas 37 empresas aparecem 24 fluxos a mais em relação ao primeiro estudo. Estes dados atestam que apesar de incipiente começa a aparecer a tendência à integração do aparelho industrial.

Diz-se incipiente pois as compras de matérias-primas e componentes da Metal-Mecânica da Cidade Industrial ainda são realizadas basicamente no mercado industrial paulista. Dessa forma, das 37 empresas pesquisadas, 28 tinham como principal fornecedor de matérias-primas o parque industrial paulista e 20 abasteciam-se de componentes também em São Paulo. O próprio Paraná aparece como fornecedor principal de apenas 2 empresas no tocante à matérias-primas e de 6 no referente ao fornecimento de componentes. Estes dados atestam, portanto, que, em relação às compras de matérias-primas e componentes industriais da Metal-Mecânica, o aparelho produtivo do Paraná ainda se relaciona basicamente com o mercado paulista.

Mesmo com relação às vendas, são predominantes as empresas (15) que dirigem sua produção ao mercado paulista. Entretanto, nesta área já ganha importância o mercado local, já que 14 empresas vendem principalmente no próprio Paraná. É importante também o número de empresas (11) que têm seus principais mercados em outros estados e no exterior.

Conclui-se que são ainda incipientes as relações interindustriais no Paraná e que sua indústria Metal-Mecânica ainda está integrada ao aparelho produtivo paulista, embora exista tendência ao desenvolvimento de relações no interior da estrutura industrial paranaense, o que implica em importante transformação do padrão de crescimento industrial.

#### 2.2.4 Mudanças na Organização Industrial e quanto à Origem de Capital

Outra grande transformação ocorrida no setor industrial paranaense nos anos 70 diz respeito às formas de organização da produção industrial. Até esta época as empresas caracterizavam-se, com poucas exceções, pelas suas reduzidas escalas de produção, pela tecnologia rudimentar e por abastecerem normalmente mercados locais. A última década altera radicalmente este quadro, surgindo então no Paraná a grande empresa moderna com ampla escala de produção, que utiliza tecnologia avançada com altos índices de produtividade. Conseqüentemente, este novo tipo de empresa tem condições de concorrer tanto no mercado nacional como no internacional.

Está claro que estas mudanças implicam em transformações na própria estrutura industrial. Até então o típico era a existência de um grande número de empresas em cada gênero industrial, e a concorrência entre estas empresas dava-se em igualdade de condições, ou seja, não havia grandes disparidades entre suas escalas de produção, capacidade financeira ou padrão tecnológico. Nos anos 70, vai conformando-se uma estrutura industrial tipicamente oligopolística, ou seja, um pequeno número de empresas passa a ser responsável por grande parte do valor agregado de cada gênero ou grupo industrial. Frisa-se entretanto, que não deixam de existir pequenas e médias empresas cujo número pode até elevar-se. O que ocorre é que agora estas empresas têm reduzida participação individual no valor total agregado de cada gênero industrial.

Está claro que estas novas condições implicam em alterações nas formas de concorrência. As pequenas e médias empresas com tecnologia menos avançada, menores recursos financeiros e índices de produtividade mais baixos sofrerão duramente com a concorrência das grandes empresas locais ou mesmo daquelas localizadas em outros estados. Por sua vez, as grandes empresas que surgem têm condições econômicas, financeiras e técnicas de concorrer no mercado nacional e internacional. A tabela 2.33 atesta a concentração da produção industrial em alguns grupos.

A tabela 2.33 ilustra bem o que se vinha afirmando, já que mesmo nos grupos tradicionais da agroindústria um reduzido número de grandes empresas responde por elevada parcela do valor total gerado no grupo. Mesmo nas áreas onde ainda é grande o número de pequenas e médias empresas como no Beneficiamento de Café, Cereais e afins; Abate de Animais e Desdobramento da Madeira, o fenômeno se manifesta. Por outro lado, aparecem grupos onde não existem pequenas e médias empresas como é o caso do Café Solúvel e de Cimento.

Se assim é nos grupos tradicionais, quanto aos novos gêneros implantados da Metal-Mecânica, o panorama não vai ser diferente. Na referida pesquisa sobre este setor realizada na Cidade Industrial de Curitiba, o número médio de concorrentes por empresa era de 2,5. Desta forma, a concentração da produção é elevada, já que nos mercados de venda o número de concorrentes é baixíssimo.

Como será visto mais adiante, este processo de concentração da produção é complexo e em determinado sentido está relacionado com a penetração no Paraná de capitais estrangeiros ou com origem em outros estados do Brasil. Nas 37 principais indústrias da Metal-Mecânica da Cidade Industrial de Curitiba, 19 eram constituídas por capitais estrangeiros e 5 por capitais originários de outros estados e apenas 13 empresas eram de capitais paranaenses. Frise-se que as empresas estrangeiras apresentavam maiores escalas de produção já que nelas, apesar de avançadas técnicas, o número médio de trabalhadores era de 283, ao passo que este número nas paranaenses atingia a 96. A presença do capital estrangeiro e com origem em outros estados será marcante na maior parte dos gêneros industriais do Paraná e este fenômeno acelera-se grandemente nos anos 70. Na produção do óleo de soja, por exemplo, 44,8% das empresas eram estrangeiras, 19,8% originárias de outros estados e apenas 35,8% eram paranaenses.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> BRDE. *A indústria de óleos vegetais no Paraná - 1980. Curitiba, 1980. 59p.*

TABELA 2.33 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO VALOR DA PRODUÇÃO DAS GRANDES EMPRESAS DO PARANÁ NO VALOR AGREGADO DE VÁRIOS GRUPOS - 1975

GRUPO INDUSTRIAL	NÚMERO TOTAL DE EMPRESAS	NÚMERO DE GRANDES EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS GRANDES EMPRESAS SOBRE O VALOR AGREGADO PELO GRUPO
Beneficiamento de Café, Cereais e Produtos afins	1 204	6	28,42
Fabricação de Açúcar	4	1	72,16
Abate de Animais	120	2	40,20
Café Solúvel	2	2	100,00
Rações Balanceadas e Alimentos Preparados para Animais	19	3	66,47
Moagem de Trigo	44	1	50,43
Preparação de Leite e Fabricação de Laticínios	37	3	62,16
Beneficiamento de Fibras Têxteis	36	4	38,47
Desdobramento de Madeira	1 413	31	40,85
Prod. de Madeira Compensada, Aglomerada e Prensada	69	1	27,44
Cimento	3	3	100,00
Papel e Celulose	17	1	61,10

FONTE: Fundação IPARDES - Subsídios ao diagnóstico sócio-econômico do Paraná - indústria, 2ª fase. Curitiba, 1978. 172p.

Ao que tudo indica a presença de capitais paranaenses vai ser marcante nos grupos onde a tradição da produção local é mais sólida e o grau de concentração da produção é menor, como, por exemplo, na produção de alimentos e na madeira. Faz-se referência à tradição dado que, como estas indústrias existiam antes do surto de crescimento industrial dos anos 70, provavelmente houve possibilidade de capitais de origem paranaense passarem de pequenos ou médios a grandes, mantendo portanto a importância dos capitais locais neste tipo de produção. Por outro lado, a relativa desconcentração da produção indica a sobrevivência nestes mercados de pequenas e médias empresas de origem local.

### 2.2.5 Localização Espacial da Indústria

A progressiva concentração espacial da indústria paranaense vai processar-se como contrapartida da concentração da produção industrial em número reduzido de empresas. Em outras palavras, antes da década de 70, era mais uniforme a distribuição do valor da produção industrial entre as diversas cidades do Estado, na medida em que o típico eram pequenas empresas operando em mercados locais. Com o surgimento das grandes empresas, a produção não somente se concentra em poucas plantas industriais como, conseqüentemente, também tenderá a estabelecer-se em poucas cidades, como ilustra a tabela 2.34.

No curto espaço de quatro anos ocorre um salto no sentido da concentração da produção industrial, basicamente como resultado de 1975 para 1979 do avanço da produção localizada em Curitiba. Assim, o valor agregado da produção das cinco regiões mais industrializadas aumentou de 73,5% para 79,7% do total da produção do Paraná. Poder-se-ia concluir, que futuramente os 2 ou 3 pólos mais avançados serão responsáveis por parcelas cada vez maiores da produção do Estado, o que não indica, entretanto, que necessariamente hajam decréscimos absolutos da produção industrial das outras regiões, mas simplesmente que esta produção vai perdendo importância relativa frente àquela concentração nos grandes pólos.

Por outro lado, existe tendência à certa especialização a nível dos diferentes pólos industriais, como se pode notar na tabela 2.35.

TABELA 2.34 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO MICRORREGIÕES - 1975-1979

MRH	1975		1979			
	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	% (a)	% (b)	
268	Curitiba	3 883 123	32,3	52 082 141	52,7	41,7
269	Litoral Paranaense	183 570	1,5	1 997 519	2,0	2,5
270	Alto Ribeira	58 667	0,4	395 854	0,4	0,5
271	Alto Rio Negro Paranaense	2 354	0,0	61 768	0,0	0,1
272	Campos da Lapa	196 634	1,6	1 100 716	1,1	1,4
273	Campos de Ponta Grossa	1 881 627	15,6	10 289 883	10,4	12,8
274	Campos de Jaguariaíva	61 370	0,5	276 283	0,2	0,3
275	São Mateus do Sul	30 418	0,2	139 554	0,1	0,2
276	Colonial de Iрати	120 483	1,0	779 234	0,7	1,0
277	Alto do Ivaí	9 456	0,0	60 792	0,0	0,1
278	Norte Velho de Wenceslau Braz	13 298	0,1	68 021	0,0	0,1
279	Norte Novo de Jacarezinho	455 385	3,7	2 742 012	2,7	3,4
280	Algodoeira de Assaí	105 708	0,8	690 746	0,6	0,9
281	Norte Velho de Londrina	1 742 395	14,5	9 459 708	9,5	11,7
282	Norte Novo de Maringá	841 563	7,0	3 574 526	3,6	4,4
283	Norte Novíssimo de Paranavaí	254 575	2,1	578 408	0,5	0,7
284	Norte Novo de Apucarana	207 172	1,7	1 638 248	1,6	2,0
285	Norte Novíssimo de Umuarama	195 193	1,6	1 228 163	1,2	1,5
286	Campo Mourão	153 114	1,2	1 067 646	1,0	1,3
287	Pitanga	29 844	0,2	75 170	0,0	0,1
288	Extremo-Oeste Paranaense	499 450	4,1	3 496 110	3,5	4,4
289	Sudoeste Paranaense	194 468	1,6	1 143 754	1,1	1,4
290	Campos de Guarapuava	438 293	3,6	3 187 544	3,2	4,0
291	Médio Iguaçú	450 450	3,7	2 668 906	2,7	3,3
TOTAL		12 008 607	100,0	98 802 804	100,0	100,0

FONTE: SEFI/Sistemas DEFC

(a) Participação no valor agregado total

(b) Participação no valor agregado, excluindo-se de Curitiba e do Total do Estado o valor agregado gerado pela PETROBRÁS

As cidades do interior do Estado permanecem baseando suas atividades nos gêneros tradicionais da agroindústria. Está claro que o fator determinante para a localização deste tipo de indústria é dado pela proximidade dos centros produtores de matérias-primas. As indústrias não-tradicionais vão progressivamente concentrando-se em Curitiba onde avança principalmente a Metal-Mecânica, ou seja, "Material de Transporte", "Material Elétrico e de Comunicações", "Mecânica" e "Metalurgia". Assim, de 159 empresas existentes na Cidade Industrial de Curitiba em 1980, 59 dedicavam-se à produção Metal-Mecânica.

Como já se referiu, é marcante a presença de capitais estrangeiros ou com origem em outros estados na indústria paranaense a partir dos últimos dez anos. As razões que levaram estas empresas a instalarem-se no Paraná foram explicadas pelos próprios empresários e estão apontadas na tabela 2.36.

Chama a atenção inicialmente a marcante importância da ação do Estado na atração das empresas. Quando se sabe que a resposta Mercado Real significa que o próprio governo é o comprador da produção, nota-se que esta resposta mais aquelas referentes a Apoio Político e Apoio Financeiro Estadual, todas dizendo respeito à atuação do Estado, somam 23 ocorrências. Por outro lado, considerando que São Paulo é o principal pólo fornecedor e consumidor da produção industrial paranaense, nota-se também a fundamental importância do fator geográfico - 20 respostas neste sentido - na decisão sobre a localização das empresas. Está claro que estas são razões mais imediatas apontadas pelas empresas e mais adiante o tema será aprofundado.

TABELA 2.35 - PARTICIPAÇÃO DOS GÊNEROS INDUSTRIAIS MAIS IMPORTANTES NO VALOR AGREGADO DA INDÚSTRIA MUNICIPAL, EM CURITIBA, PONTA GROSSA E LONDRINA - 1975-1979

MUNICÍPIO Gêneros Industriais	Participação no valor agregado da Indústria Municipal		
	1975	1979	
<b>Curitiba</b>			
Madeira	18,1	17,6	
Fumo	1,6	13,0	
Material Elétrico e de Comunicações	5,4	10,0	
Mecânica	8,5	9,3	
Produtos Alimentares	10,8	7,4	
Química	óleos vegetais	1,4	} 6,8
	adubos e fertilizantes	1,8	
	produtos químicos diversos	8,7	
} Total		11,9	6,1
<b>Ponta Grossa</b>			
Produtos Alimentares	28,1	24,5	
Química	óleos vegetais	—	} 23,2
	adubos e fertilizantes	14,0	
	produtos químicos diversos	0,7	
} Total		14,7	0,5
Madeira	8,8	8,8	
Têxtil	1,8	6,6	
Metalúrgica	3,8	4,0	
Mecânica	4,2	3,4	
<b>Londrina</b>			
Produtos Alimentares	48,3	44,7	
Química	óleos vegetais	14,5	} 15,6
	adubos e fertilizantes	5,0	
	produtos químicos diversos	1,0	
} Total		20,5	8,9
Bebidas	0,8	7,9	
Têxtil	5,3	6,4	
Minerais Não-Metálicos	2,2	5,3	
Material Elétrico e de Comunicações	3,4	4,6	

FONTE: SEFI, *Economia Paranaense*, 1975 e 1979 (não publicado)

TABELA 2.36 - RAZÕES INDICADAS PELOS EMPRESÁRIOS PARA LOCALIZAREM-SE NO PARANÁ - 1981

RAZÕES	Nº DE RESPOSTAS
Posição Geográfica do Estado com Relação a Fornecedores	8
Posição Geográfica do Estado com Relação a Consumidores	12
Apoio Político	9
Mercado Real no Estado	7
Apoio Financeiro Estadual	8
Abundância de Mão-de-Obra	6

FONTE: Fundação IPARDES - *Estudos para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná*, Curitiba, 1981

### 2.2.6 Setor Industrial - Considerações Finais

Na década de 60 a indústria paranaense apresentou baixo dinamismo, crescendo menos que a 50 indústria a nível nacional. Deve-se então explicar a mudança de comportamento deste setor na

década de 70. Em primeiro lugar, em fins dos anos 60, o Paraná já contava com a infra-estrutura básica para receber a indústria, ou seja, existia razoável rede rodoviária moderna, ferrovias, porto marítimo e oferta adequada de energia elétrica.

Em segundo lugar, foi possível, vencendo dificuldades econômicas e políticas, criar previamente mecanismos institucionais de apoio à indústria, com a instalação da CODEPAR e sua posterior transformação em BADEP. A tendência espontânea da indústria em concentrar-se em poucos pólos a nível nacional e a concorrência inter-regional gerando disputa por parcelas do investimento industrial entre vários estados brasileiros, torna fundamental a ação de instituições estatais para apoiar econômica e politicamente a industrialização. Politicamente, pois em grande número de casos os investimentos são decididos a nível de Governo Federal através de mecanismos suscetíveis de influências puramente políticas, sendo fundamental portanto a atuação de representantes dos estados nestas decisões.

Em terceiro lugar, o Paraná possuía uma agricultura dinâmica e modernizante, que há tempos já permitia a existência de setores agroindustriais. Assim, em fins dos anos 60, a existência de infra-estrutura econômica, de instrumentos institucionais e de agricultura dinâmica, constituíam campo fértil para o surto industrial.

Entretanto, estas condições, por si mesmas, não seriam suficientes para explicar o crescimento industrial posterior. Na verdade, o fundamental é que existia contemporaneamente situação extremamente favorável para a indústria a nível nacional. Como se sabe, em fins dos anos 60, supera-se a crise que abalara a economia nacional e o País ingressa em fase de rápido crescimento industrial, que de início é sustentado basicamente pela ocupação de capacidade ociosa existente, o que, evidentemente, não produz efeitos marcantes nos estados onde praticamente não existia a indústria.

Os efeitos deste ciclo de expansão somente estarão presentes no Paraná, num segundo momento, quando ocupada a capacidade ociosa a nível nacional, inicia-se um processo de novos investimentos na indústria, implicando numa elevação da taxa do investimento. A partir de então o Paraná pôde disputar parcela das novas inversões o que, juntamente com as condições locais favoráveis, resultou no crescimento industrial da década.

Fez-se referência anteriormente à agricultura dinâmica por que é através dela que se explica a principal vertente da industrialização paranaense. Em primeiro lugar, esta agricultura ao modernizar-se, expande rapidamente o mercado para indústrias produtoras de máquinas e equipamentos agrícolas, bem como o de insumos para este setor. Assim surgem condições para a instalação de setores da indústria mecânica ligada a esta produção, bem como para a implantação da química, dos corretivos, fertilizantes, inseticidas, etc.

Por outro lado, o dinamismo agropecuário possibilita a expansão de setores processadores de seus produtos, tais como: óleos vegetais, frigoríficos, alimentos em geral, madeira, rações, fibras vegetais, etc. Em suma, acoplada à agropecuária, quer fornecendo máquinas e insumos, quer processando sua produção, desenvolve-se a principal vertente da indústria paranaense, diversificando a produção nos gêneros anteriormente existentes bem como implantando novos gêneros industriais.

Outra vertente da industrialização é dada pelas indústrias da Metal-Mecânica que diretamente não se relacionam com a agricultura. Estes novos gêneros instalam-se no Paraná tanto pela proximidade com o parque industrial de São Paulo, como pelo apoio institucional recebido, apoio eminentemente político principalmente quando se trata de romper com o monopólio dos pólos mais desenvolvidos em alguns setores da produção industrial.

Voltando agora ao tema da origem dos capitais investidos, sabe-se que a progressiva integração do mercado de produtos industriais a nível nacional implica na existência da concorrência entre empresas a nível inter-regional. Assim, a nova indústria dos anos 70 no Paraná inevitavelmente teria que estabelecer-se seguindo os padrões técnicos e econômicos vigentes nos pólos mais desenvolvidos, o que constitui condição de sobrevivência para estas novas indústrias. Nestas condições, a expansão baseou-se na grande empresa, com amplas escalas de produção e altos níveis de produtividade, já que seu campo de concorrência era o mercado nacional e mesmo o internacional.

É evidente que este padrão tecnológico exige grandes montantes de capitais em seus investimentos. Na medida em que praticamente inexistia a acumulação prévia em grande parte dos setores industriais do Paraná, esta exigência quanto ao volume de capitais necessários a cada investimento, explica a perda de posição dos capitais locais frente ao capital estrangeiro ou de outros estados.

Por outro lado, imperfeições do sistema financeiro dificultavam a centralização de excedentes financeiros originários da agricultura e sua transformação em investimentos industriais. Isto, por um lado dificultava o avanço do capital paranaense na indústria e por outro passava a delegar ao Estado a tarefa de centralizar capitais necessários aos investimentos industriais. Entretanto, ao que tudo indica, o rápido desenvolvimento recente das cooperativas talvez venha resolver estas dificuldades, já que estas instituições manipulando elevados recursos financeiros de origem agropecuária, podem passar a realizar investimentos industriais em escalas que permitam a instalação de grandes plantas produtivas, com condições de concorrer com capitais externos.

Finalizando, analisar-se-á rapidamente a estrutura industrial paranaense do ponto de vista dos usos de produto. Nesta classificação o aparelho industrial seria composto pelos seguintes setores produtivos: bens de consumo, bens de consumo durável, bens intermediários de uso generalizado, como o aço e química pesada e, finalmente, bens de capital.

No Paraná, o setor de bens de consumo já é razoavelmente desenvolvido e existe um embrião da indústria de bens de capital, representado pela Metal-Mecânica. Entretanto, é praticamente inexpressiva a produção de bens de consumo durável e a grande produção de intermediários é representada praticamente pela PETROBRÁS.

Este último fato, num comentário de passagem, indica que com exceção desta empresa, não ocorre no Paraná o que é marcante em outros pólos industriais do Brasil, ou seja, a importante presença das grandes empresas industriais estatais, as quais dirigem seus investimentos geralmente para a produção dos intermediários de uso generalizado. Frise-se que nos pólos de Minas Gerais e Bahia, por exemplo, os investimentos das empresas estatais constituem parcela dominante do investimento total, sustentando mesmo a expansão da indústria nestes estados. \*

Voltando agora ao Paraná, o baixo nível de desenvolvimento da produção dos intermediários, dos bens de capital, assim como dos duráveis de consumo explica o reduzido grau de integração do aparelho produtivo estadual, ou seja, o pequeno número de fluxos de compras e vendas no interior da própria indústria. Frise-se, entretanto, que isto não impediu nem impedirá o crescimento da produção manufatureira local e a inexistência de barreiras aduaneiras interestaduais, torna sem sentido a luta pela autarquia das economias estaduais.

## 2.3. AS FINANÇAS ESTADUAIS

### 2.3.1 Situação Financeira da União e dos Estados

A partir de 1964 no Brasil processa-se uma rápida concentração de poder a nível federal. Como importante elemento deste processo, realiza-se em 1966 uma reforma tributária cujas principais características consistiram na criação, extinção e remanejamento da competência dos tributos e na institucionalização do sistema de transferências de recursos aos estados e municípios.

Como principais conseqüências desta reforma tributária observa-se perda de autonomia de legislar sobre os tributos por parte dos estados e municípios, ficando esta função centralizada e a cargo da União, e uma notável concentração de recursos na esfera federal, em detrimento das estaduais e municipais. Neste sentido, a capacidade de arrecadação dos estados e municípios ficou comprometida, não só em função da limitada competência de legislar no campo tributário, como principalmente em decorrência da implantação, por parte do Governo Federal, de diversas formas de incentivos e ainda redução de alíquotas do ICM.

Como mecanismo de compensação frente a este esvaziamento, foi criada uma sistemática de transferências financeiras da União para os estados. Frise-se, entretanto, que estas transferências acabaram por reduzir a autonomia econômica dos estados, já que eram vinculadas às despesas de capital de determinadas funções específicas, ou seja, os governos estaduais não tinham autonomia quanto aos gastos realizados com fundos de transferências federais. Por outro lado, mesmo com as transferências, reduz-se a participação dos estados na apropriação de recursos tributários (tabela 2.37).

\* A mineração e refino do xisto betuminoso no Paraná poderão abrir importante área de investimentos 52 com capitais do Governo Federal.

TABELA 2.37 - PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS NA RECEITA TRIBUTÁRIA E NOS RECURSOS EFETIVAMENTE DISPONÍVEIS - 1965 - 1968 - 1971 - 1974

ANOS	(em %)					
	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA TRIBUTÁRIA			PARTICIPAÇÃO NOS RECURSOS EFETIVAMENTE DISPONÍVEIS		
	União	Estados	Municípios	União (a)	Estados (b)	Municípios (c)
1965	50,7	42,5	6,8	39,0	48,1	12,9
1968	51,0	45,3	3,7	40,2	42,9	16,9
1971	56,0	40,4	3,6	46,8	39,4	13,8
1974	58,9	37,2	3,8	50,5	36,0	13,5

FONTE: "Reflexos da Reforma Tributária de 1966 nas Finanças Municipais"

(a) Receita Tributária da União menos transferências aos estados e municípios

(b) Receita Tributária dos estados menos transferências aos municípios mais transferências da União

(c) Receita Tributária dos municípios mais transferências da União e dos estados

A simples comparação do resultado do balanço entre receitas e despesas da União e dos estados de 1966 a 1978 evidencia as crescentes dificuldades que os estados vêm enfrentando para cobrir seus gastos, já que o déficit é uma constante em seus balanços; enquanto que a União a partir de 1970 apresenta um saldo acumulado positivo e crescente (tabela 2.38).

TABELA 2.38 - SALDO DE BALANÇO DA RECEITA E DESPESA DA UNIÃO E DOS ESTADOS - ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA 1966-78

ANOS	(em Cr\$ 1 000 000,00 de 1979) *			
	UNIÃO		ESTADOS	
	Saldo	Saldo Acumulado	Saldo	Saldo Acumulado
1966	(3 949)	(3 949)	(15 433)	(15 433)
1967	(15 529)	(19 475)	(27 568)	(43 001)
1968	4 034	(15 411)	1 441	(41 557)
1969	14 215	(1 226)	(6 254)	(47 811)
1970	19 564	18 338	(2 538)	(50 349)
1971	8 673	27 011	5 782	(44 567)
1972	9 940	36 951	(3 066)	(47 633)
1973	13 867	50 818	(1 111)	(48 744)
1974	21 524	72 342	(4 846)	(53 590)
1975	(13 971)	58 371	2 753	(50 837)
1976	12 764	71 135	(4 386)	(55 223)
1977	10 970	82 105	(7 382)	(62 605)
1978	2 624	84 729	(5 353)	(67 958)

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil

\* Índice Geral de Preços - disponibilidade interna - coluna 2 - Conjuntura Econômica

Frente à esta situação, os governos estaduais vão de maneira crescente recorrer às operações de crédito como forma de financiar os déficits fiscais (tabela 2.39).

Como se observa, é crescente a participação das operações de crédito na receita dos estados. Entretanto, de certa maneira, o Paraná foge à regra. Por razões a serem analisadas posteriormente, 53

somente a partir de 1977 começam a aparecer os déficits em seus balanços (tabela 2.40).

**TABELA 2.39 - RELAÇÃO ENTRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E RECEITA TRIBUTÁRIA DOS ESTADOS 1966-76**

ANOS	RECEITA TRIBUTÁRIA (a)	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (b)	(b)/(a) %
1966	3 860	64	1,66
1967	4 749	83	1,75
1968	7 390	213	2,88
1969	9 799	894	9,12
1970	12 065	1 155	9,57
1971	15 038	1 708	11,36
1972	19 737	2 284	11,57
1973	26 576	2 719	10,23
1974	36 760	4 874	13,26
1975	48 298	14 289	29,59
1976	68 646	21 101	30,73

FONTE: FIBGE. Anuário Estatístico do Brasil

REVISTA DE FINANÇAS PÚBLICAS, v.38, n.333, jan./mar. 1978. Caderno de Dados

APUD: Participação do Setor Público na Economia Paranaense - Relatório de Pesquisa nº 1 - Dimensão e Estrutura do Setor Público Estadual - v.1 p.49 - Fundação IPARDES - Curitiba, janeiro de 1980

**TABELA 2.40 - RECEITA TOTAL/DESPESA TOTAL EM ALGUNS ESTADOS - 1976-78**

ESTADOS	(em %)		
	1976	1977	1978
Pernambuco	1,06	1,11	1,00
Bahia	1,10	1,11	1,01
Minas Gerais	1,07	1,00	1,02
São Paulo	1,02	0,98	0,97
Paraná	1,06	0,91	0,98
Santa Catarina	0,93	0,96	1,14
Rio Grande do Sul	0,89	0,99	1,00
TOTAL	1,01	0,98	0,99

FONTE: Fundação IPARDES

Como conseqüência de ser recente a prática de operações de crédito, os serviços da dívida, apesar de crescentes no Paraná, ainda são baixos em relação à receita total, se comparados com os serviços da dívida de outros estados brasileiros (tabela 2.41).

Também as transferências recebidas pelo Paraná são relativamente reduzidas estando abaixo da média dos estados brasileiros, como mostram as tabelas 2.42 e 2.43, que relacionam as transferências recebidas com outros elementos do orçamento.

Conclui-se, portanto, que o Paraná é um dos estados que menos depende de transferências federais e de operações de crédito para a realização de seus gastos. Entretanto, frise-se que tal situação é mantida com sacrifícios, pois se seus investimentos se mantêm altos, são decrescentes as despesas com custeio, mostrando então a necessidade de mudanças na política mantida até agora. Ou seja, para que não se penalize o custeio impõe-se ou um maior endividamento, ou maiores transferências federais ou mesmo, a longo prazo, que se lute politicamente contra o esvaziamento

TABELA 2.41 - SERVIÇOS DA DÍVIDA/RECEITA TOTAL EM ALGUNS ESTADOS - 1976-78

ESTADOS	(em %)		
	1976	1977	1978
Pernambuco	4,55	6,43	6,30
Bahia	9,81	9,21	8,30
Minas Gerais	10,02	6,81	8,92
São Paulo	6,33	6,64	8,81
Paraná	3,97	5,58	6,87
Santa Catarina	5,52	7,05	10,61
Rio Grande do Sul	10,65	13,85	11,01
TOTAL	6,61	8,04	8,30

FONTE: Fundação IPARDES

TABELA 2.42 - PARTICIPAÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA, DAS TRANSFERÊNCIAS E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO NO TOTAL DA RECEITA DE ALGUNS ESTADOS - 1976-78

DISCRIMINAÇÃO	(em %)		
	1976	1977	1978
Pernambuco			
Receita Própria	60,67	60,88	58,07
Transferências	23,90	31,33	30,38
Operações Crédito	15,03	7,79	11,55
Bahia			
Receita Própria	47,75	55,57	51,17
Transferências	31,17	34,82	28,92
Operações Crédito	21,08	9,61	19,91
Minas Gerais			
Receita Própria	61,71	68,04	66,27
Transferências	22,83	26,47	21,73
Operações Crédito	15,45	5,49	12,01
São Paulo			
Receita Própria	73,65	81,12	80,61
Transferências	10,42	10,25	7,76
Operações Crédito	15,94	8,63	11,63
Paraná			
Receita Própria	75,39	76,22	64,83
Transferências	14,07	18,67	17,18
Operações Crédito	10,54	5,11	17,98
Santa Catarina			
Receita Própria	63,34	66,86	58,10
Transferências	19,00	21,26	14,33
Operações Crédito	17,66	11,88	25,57
Rio Grande do Sul			
Receita Própria	72,66	79,13	66,78
Transferências	11,78	10,20	14,17
Operações Crédito	15,56	10,54	19,05
TOTAL			
Receita Própria	65,76	70,86	67,61
Transferências	18,85	20,99	19,35
Operações Crédito	15,39	8,13	13,04

FONTE: Fundação IPARDES

TABELA 2.43 - PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO, INVESTIMENTO, INVERSÕES FINANCEIRAS E TRANSFERÊNCIAS NO TOTAL DA RECEITA DE ALGUNS ESTADOS 1976-78

	(em %)		
DISCRIMINAÇÃO	1976	1977	1978
<b>Pernambuco</b>			
Despesa Custeio	52,96	50,91	48,08
Investimento	21,42	17,11	16,97
Inversões Financeiras	6,31	5,73	7,73
Transferências	19,31	26,25	27,22
<b>Bahia</b>			
Despesa Custeio	44,22	44,78	37,01
Investimento	30,89	29,25	38,72
Inversões Financeiras	3,78	3,81	5,54
Transferências	21,07	22,16	18,72
<b>Minas Gerais</b>			
Despesa Custeio	42,19	40,06	40,66
Investimento	18,79	24,35	21,78
Inversões Financeiras	15,65	15,99	14,64
Transferências	23,37	19,60	22,92
<b>São Paulo</b>			
Despesa Custeio	42,81	40,91	41,92
Investimento	10,92	12,04	12,81
Inversões Financeiras	16,27	17,91	12,73
Transferências	29,99	29,14	35,55
<b>Paraná</b>			
Despesa Custeio	42,69	41,45	40,18
Investimento	30,00	33,27	32,85
Inversões Financeiras	12,70	10,15	10,57
Transferências	14,61	15,14	16,40
<b>Santa Catarina</b>			
Despesa Custeio	36,29	44,22	35,60
Investimento	28,68	19,66	24,29
Inversões Financeiras	16,57	14,09	13,82
Transferências	18,46	22,08	26,29
<b>Rio Grande do Sul</b>			
Despesa Custeio	45,78	49,19	48,74
Investimento	11,84	8,42	7,37
Inversões Financeiras	13,02	8,68	9,07
Transferências	29,36	33,72	34,02
<b>TOTAL</b>			
Despesa Custeio	43,76	43,03	43,27
Investimento	16,78	18,01	19,11
Inversões Financeiras	14,17	13,14	10,83
Transferências	25,30	25,82	26,80

FONTE: Fundação IPARDES

### 2.3.2 A Economia e as Finanças Públicas no Paraná

Analisando-se a economia paranaense através dos dados da renda interna,<sup>6</sup> nota-se inicial-

mente que a década de 70 pode ser subdividida em dois períodos. Até 1975 a renda total mais do que dobra em relação a 1970 e as rendas setoriais também cresciam rapidamente. Entretanto, a partir de 1976 verificam-se menores taxas de crescimento na renda total, com o ano de 1978 apresentando uma taxa negativa (tabela 2.44).

TABELA 2.44 - EVOLUÇÃO DA RENDA INTERNA DO PARANÁ POR SETORES, EVOLUÇÃO DO ICM ARRECADADO E RELAÇÃO ICM TOTAL/RENDA TOTAL DO PARANÁ - 1970-80

ANOS	EVOLUÇÃO RENDA AGRICUL	EVOLUÇÃO RENDA INDUST.	EVOLUÇÃO RENDA SERVIÇOS	EVOLUÇÃO RENDA TOTAL	EVOLUÇÃO ICM TOTAL	ICM TOTAL RENDA TOTAL
1970	100	100	100	100	100	7,93
1971	175	119	118	132	103	6,13
1972	194	173	140	159	127	6,31
1973	214	230	176	195	158	6,46
1974	275	270	200	231	166	5,69
1975	285	293	228	253	175	5,51
1976	207	364	272	271	193	5,66
1977	314	418	276	309	185	4,74
1978	228	483	270	295	187	5,37
1979	235	489	293	311	177	4,52
1980	253	580	315	344	200	4,61

FONTE: Fundação IPARDES

Neste segundo período, frustrações de safras agrícolas provocam não somente diminuição expressiva na renda agrícola como também vão refletir na renda total, não só diretamente mas também através da estreita dependência do setor Serviços em relação à agricultura.

O comportamento da arrecadação do ICM vai acompanhar, com alguma defasagem, as oscilações da renda total e da renda agrícola. A arrecadação se mantém crescente até 1976, sofrendo reduções posteriores nos anos de 1977 e 1979, mostrando claramente a vulnerabilidade da tributação em relação às safras agrícolas.

Entretanto, se a direção das oscilações da renda é acompanhada pela evolução da arrecadação do ICM, a relação deste com a renda total é paradoxalmente decrescente. Em outras palavras, à medida em que o ICM é um imposto sobre o valor agregado, sua arrecadação deveria apresentar um comportamento em tudo semelhante à da renda total. Entretanto, incentivos fiscais, isenções, sonegação, etc., fazem com que o recolhimento deste imposto cresça menos rapidamente que a renda. Tal fato ilustra bem o chamado esvaziamento econômico dos estados, pois na medida em que evoluem as rendas crescem também as demandas por serviços públicos e como a arrecadação tributária não cresce na mesma proporção, os governos estaduais ou comprimem as despesas ou aumentam seu endividamento.

### 2.3.3 A Estrutura da Receita

A análise mais detalhada dos componentes da Receita mostra que no Paraná a dependência em relação às operações de crédito e às transferências federais não se mostra tão expressiva quando comparada com outros Estados da Federação. Entretanto, a tendência dos últimos 5 anos não aponta nesta direção.

Nos anos de crescimento muito lento do ICM, ou mesmo decréscimo real na arrecadação desse tributo (1971 e 1977 a 1979), o Estado vê-se obrigado a recorrer de modo agressivo a operações de crédito (1971 e 1978 a 1979), ou então arcar com um significativo déficit orçamentário (1977).

Quanto à composição das transferências na receita total, observa-se que estas representaram até 1976, em média 11%, excetuando nessa série o ano de 1973, quando houve em aumento significativo das transferências federais, não provenientes das fontes tradicionais (cota-parte dos impostos únicos). Essas transferências não-tradicionais destinaram-se a investimentos no setor de transporte (tabela 2.45).

TABELA 2.45 - PARTICIPAÇÃO DOS COMPONENTES DA RECEITA NO TOTAL DA RECEITA CONSOLIDADA • DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 1970-79

	(em %)									
COMPONENTES DA RECEITA	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Receita Tributária	72,88	63,74	77,35	66,93	68,34	66,34	66,69	64,87	56,39	54,10
Impostos Indiretos	66,59	57,98	70,83	64,33	65,65	63,06	63,51	61,94	53,97	51,67
Impostos Diretos	1,16	1,16	1,68	1,84	2,00	2,00	2,09	2,03	1,50	1,66
Taxas	5,13	4,60	4,84	0,76	0,69	1,28	1,09	0,90	0,92	0,76
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,01
Transferências	10,39	11,32	11,99	19,64	11,38	10,12	10,63	14,61	14,78	16,19
Do Governo Federal	9,98	10,89	11,42	19,06	11,15	9,39	9,08	...	...	14,80
Cota parte FPE	...	...	3,26	2,84	3,15	2,97	...	...	...	4,76
Cota Parte IULC	...	...	4,19	3,25	3,36	2,87	...	...	...	0,39
Cota parte IUFE	...	...	1,58	1,51	1,50	1,46	...	...	...	1,64
Cota parte IUMP	...	...	0,23	0,22	0,27	0,27	...	...	...	0,18
Cota parte TRM	...	...	—	1,42	1,51	1,41	...	...	...	0,65
IRRF	...	...	0,25	0,18	0,29	0,32	...	...	...	1,10
Outros	...	...	1,91	9,64	1,07	0,09	...	...	...	6,08
Do Governo Municipal	—	0,04	0,09	0,10	0,23	0,00	0,09	...	...	—
Outras Transferências	0,41	0,39	0,48	0,48	0,00	0,73	1,46	...	...	1,39
Operações de Crédito	8,33	16,92	0,32	0,20	5,65	12,49	11,23	5,03	18,19	16,38
Internas	...	1,47	0,05	0,20	3,79	3,86	3,38	...	...	5,81
Externas	...	15,45	0,27	—	1,86	8,63	7,85	...	...	10,37
Outras Receitas Correntes de Capital	8,40	8,02	10,34	13,23	14,63	11,05	11,45	15,49	10,61	13,30
Patrimonial	...	...	1,65	2,04	2,27	1,69	...	1,86	1,75	2,57
Industrial	...	...	1,70	1,55	2,08	2,10	...	2,83	2,31	2,61
Diversos	...	...	6,96	9,51	10,14	7,09	...	10,74	6,52	8,13
Venda de Bens Próprios Estado	...	...	0,03	0,13	0,14	0,17	...	0,06	0,02	0,01
Venda e Legitimação Terras	...	...	...	...	...	...	...	—	...	0,01
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>100,00</b>									

FONTE: Fundação IPARDES

\* Inclui a Administração Centralizada e Descentralizada do Governo do Estado do Paraná

... Dados Desconhecidos

A partir de 1976, há um aumento significativo na participação das transferências na receita total, representando em média 15%. Esse acréscimo se deve fundamentalmente ao aumento efetivo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) na arrecadação do IPI e do IR a partir de 1976, que passou de 5,4% nesse ano para 7,2% em 1979 - e também à queda na arrecadação do ICM.

Como se nota, sejam quais forem as explicações, vai aumentando a dependência do Paraná principalmente quanto às transferências federais, mostrando que apesar do dinamismo de sua economia, vai ocorrendo no Estado o mesmo fenômeno que se apresentou nos outros estados.

No setor público paranaense este esvaziamento não atinge proporções alarmantes dado o dinamismo de sua economia. Assim os anos de rápido crescimento provocam superávits no orçamento estadual os quais mais que compensam os déficits dos anos de menor crescimento ou redução da renda total, resultando que entre 1970 e 1979 o governo consegue acumular saldos positivos entre as receitas e despesas (tabela 2.46).

**TABELA 2.46 - COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE A RECEITA E A DESPESA CONSOLIDADA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 1970-79**

(em Cr\$ mil de 1979)

ANOS	RECEITA	DESPESA	SALDO	SALDO ACUMULADO
1970	11 474 510	11 892 318	(417 808)	(417 808)
1971	13 474 592	10 979 667	2 532 925	2 115 117
1972	13 646 682	13 536 321	110 361	2 225 478
1973	18 809 263	15 776 433	3 032 830	5 258 308
1974	19 274 668	17 074 111	2 200 557	7 458 865
1975	21 281 664	23 128 112	(1 846 448)	5 612 417
1976	23 269 229	23 179 148	90 081	5 702 498
1977	22 775 656	24 898 671	(2 123 015)	3 579 483
1978	26 497 447	27 389 106	(891 659)	2 687 824
1979	26 195 957	25 332 289	863 668	3 551 492

*FONTE: Balanço Geral do Estado - Contadoria Geral do Estado - Secretaria de Estado das Finanças*

Chama-se a atenção, entretanto, que não é somente o rápido crescimento econômico que favoreceu o saldo positivo deste período. Na realidade houve também sacrifício de determinadas despesas do governo, como será analisado mais adiante.

### 2.3.4 A Estrutura da Despesa

Também quanto ao gasto público pode-se dividir a década de 70 em dois períodos. No primeiro é rápido o aumento das despesas que atingem incremento de 94% entre 1970 e 1975. Já entre 1975 e 1979 há uma expansão de apenas 9,6% no gasto público, ocorrendo mesmo em alguns anos decréscimos reais nas despesas (tabela 2.47 e gráfico 1).

Quanto ao comportamento dos elementos das despesas, chama a atenção inicialmente a acentuada queda entre 1975-79 na participação dos gastos de custeio em relação ao período de 1970-75. Esta queda é devida fundamentalmente à redução das despesas com pessoal cuja participação cai de 43% em média no período 1970-74 para 32% no período seguinte. Ao mesmo tempo mantêm-se altos os níveis de investimento ao longo da década.

Fica claro, portanto, a opção política do governo estadual quanto ao gasto público: na medida em que começam a surgir quebras nos níveis de arrecadação optou-se por cortar os gastos com o pessoal. Ora, considerando que são gerais as insuficiências das receitas estaduais, ou seja, é um fenômeno generalizado o esvaziamento econômico dos governos estaduais, surge portanto a necessidade de buscar outras soluções que não aquela que tem sido utilizada até o momento. Em outras palavras, tentar contornar o problema via corte dos reajustes do funcionalismo ou mantendo baixos níveis de contratação pelo Estado, não deixa de ser injusto e ao mesmo tempo prejudicial à população, pois tais práticas tendem a provocar queda na qualidade dos serviços públicos.

TABELA 2.47 - PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA NO TOTAL DA DESPESA CONSOLIDADA \* DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 1970-79

ELEMENTOS DE DESPESA	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Consumo do Governo	50,65	61,02	51,21	51,16	49,33	41,29	42,47	41,76	—	44,43
Pessoal	39,65	51,54	44,37	41,40	38,63	31,11	32,33	30,78	—	33,90
Bens e Serviços	11,00	9,48	6,84	9,76	10,70	10,18	10,14	10,98	—	10,52
Transferências	13,02	18,54	22,56	17,01	19,48	11,79	16,37	14,15	—	22,14
A Consumidores	11,45	14,05	14,59	13,04	11,64	11,63	12,52	12,05	—	16,32
Subsídios	—	0,04	0,05	0,10	0,07	0,04	0,12	—	—	0,01
Outras Transferências	1,57	4,45	7,92	3,87	2,78	0,13	3,73	2,10	—	5,81
Investimento	24,12	13,07	18,75	20,63	23,33	22,68	29,81	32,61	—	20,48
Em Obras	22,87	10,53	17,85	19,60	20,73	17,86	21,70	21,94	—	15,29
Equipamentos e Instalações	0,85	0,40	0,64	0,73	2,30	1,19	1,24	1,16	—	0,59
Em Material Permanente	0,40	0,34	0,26	0,29	0,30	0,29	0,34	0,32	—	—
Serv. em Reg. de Prog. Esp.	—	1,79	—	0,01	0,01	3,34	6,53	9,19	—	4,60
Participações Financeiras	9,52	2,30	1,91	7,35	5,73	19,75	8,96	8,75	—	7,55
Amortização Dívida Pública	1,96	4,19	5,57	3,80	2,06	4,02	2,32	2,59	—	4,10
Outras Despesas	0,73	0,88	—	0,05	0,07	0,47	0,07	0,14	—	1,30
<b>TOTAL DESPESA</b>	<b>100,00</b>	<b>—</b>	<b>100,00</b>							

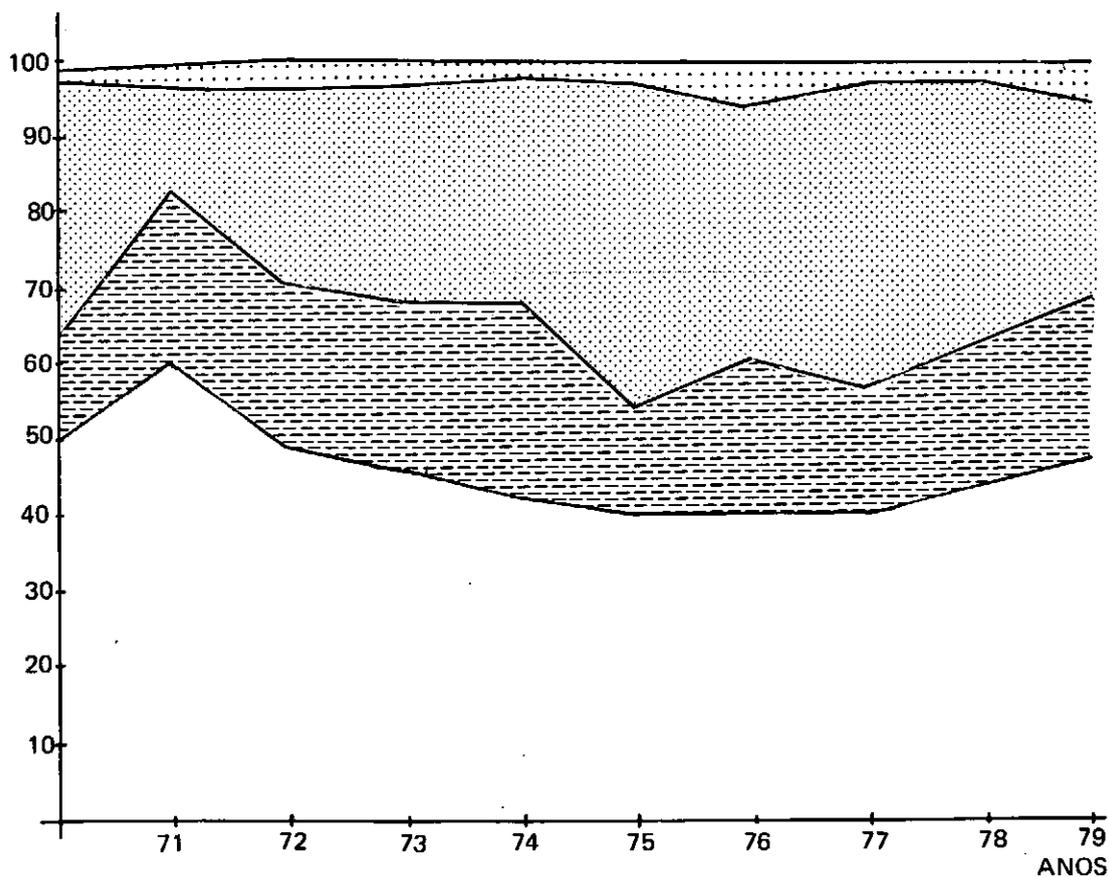
FONTE: Fundação IPARDES

\* Inclui a Administração Centralizada e Descentralizada do Governo do Estado do Paraná

GRÁFICO 1 – PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA NO TOTAL DA DESPESA CONSOLIDADA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ 1970/1979

LEGENDA

-  AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
-  INVESTIMENTO
-  TRANSFERÊNCIA
-  CONSUMO DO GOVERNO



Considerando-se agora a evolução das despesas por Funções, \* observa-se que no período de 1970 a 1975 crescem expressivamente os gastos nas Funções de Apoio e Econômicas cujas taxas de crescimento atingem a 119% e 117%, respectivamente. Por seu turno, as Funções Sociais incrementam-se em 62% (tabela 2.48). Estas disponibilidades flagrantes nas taxas de crescimento alteram as participações relativas das Funções nas despesas totais, que eram em 1970 de 42% para as Funções Sociais, 38% para as Econômicas e 20% para as de Apoio. Já em 1975 começam a predominar as Funções Econômicas com a participação de 43%, havendo apreciável redução nas Funções Sociais que caem para 35% e pequeno acréscimo nas de Apoio que atingem a 22% (tabela 2.49).

As Funções Sociais tiveram neste período o maior incremento em termos de investimentos, 172%, seguidas das Funções Econômicas, 145%. No entanto, com relação ao total de investimentos, pela própria característica deste tipo de gasto, as Funções Econômicas são predominantes, representando aproximadamente 80% do total dos investimentos, enquanto as Funções Sociais representam em média apenas 14% (tabelas 2.48 e 2.49).

TABELA 2.48 - TAXA DE CRESCIMENTO DAS DESPESAS GOVERNAMENTAIS POR GRUPOS DE FUNÇÕES E ELEMENTOS DE DESPESA - 1970-1975 E 1975-1979

ELEMENTOS DE DESPESA	GRUPOS DE FUNÇÕES							
	FUNÇÃO SOCIAL		FUNÇÕES ECONÔMICAS		FUNÇÕES DE APOIO		TOTAL	
	1970-1975	1975-1979	1970-1975	1975-1979	1970-1975	1975-1979	1970-1975	1975-1979
Consumo do Governo	49,57	17,19	62,76	10,98	70,09	22,07	58,38	17,93
Pessoal	56,28	19,15	50,87	12,21	47,21	22,31	52,45	19,45
Transferências	47,62	50,01	145,83	109,84	965,72	243,62	87,00	93,65
Aos Consumidores	56,02	24,34	61,26	7,98	1 011,45	174,91	99,84	51,84
Investimentos	172,00	(20,93)	144,83	(32,23)	31,21	91,16	141,67	(26,59)
Amortização da Dívida Pública	—	960,48	(58,38)	48,72	19 767,72	6,01	297,58	13,06
Outras Despesas	848,77	32,99	(97,76)	48 506,99	(23,32)	1 875,09	(17,34)	356,21
TOTAL	62,44	18,56	116,60	(6,93)	118,50	46,95	94,26	9,65

FONTE: Fundação IPARDES

TABELA 2.49 - PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS POR GRUPOS DE FUNÇÕES DO ESTADO DO PARANÁ, NO TOTAL DOS GASTOS, POR ELEMENTO DE DESPESA - 1970-1975-1979

ELEMENTOS DE DESPESA	ANOS/GRUPOS DE FUNÇÕES											
	1970				1975				1979			
	Funções Sociais	Funções Econômicas	Funções de Apoio	Total	Funções Sociais	Funções Econômicas	Funções de Apoio	Total	Funções Sociais	Funções Econômicas	Funções de Apoio	Total
Consumo do Governo	51,54	15,43	33,03	100,00	48,67	15,86	35,47	100,00	48,36	14,92	36,72	100,00
Pessoal	53,14	11,34	35,52	100,00	54,48	11,23	34,29	100,00	54,34	10,55	35,11	100,00
Transferências	87,38	9,33	3,29	100,00	68,98	12,27	18,75	100,00	53,43	13,30	33,27	100,00
Aos Consumidores	86,67	9,60	3,53	100,00	67,82	12,55	19,62	100,00	55,54	8,92	35,54	100,00
Investimentos	13,15	80,92	5,93	100,00	14,80	81,98	3,22	100,00	15,95	75,67	8,38	100,00
Amortização da Dívida Pública	—	98,21	1,79	100,00	0,28	10,28	89,44	100,00	2,61	13,52	83,87	100,00
Outras Despesas	4,13	29,26	66,61	100,00	37,42	0,79	61,79	100,00	2,71	84,49	12,80	100,00
TOTAL	41,93	38,39	19,68	100,00	35,07	42,80	22,13	100,00	37,91	32,43	29,66	100,00

FONTE: Fundação IPARDES

Com relação ao total das transferências, as Funções de Apoio ganham representatividade, de 3%, em 1970, passam para 19% em 1975, sendo também as funções que representam o incremento mais significativo. O maior peso, no entanto, cabe às Funções Sociais, embora percam representatividade, pois, em 1970 chegavam a 87% do total das transferências e em 1975 caem para 69%.

\* As Funções Sociais são as seguintes: Educação e Cultura, Saúde e Saneamento, Assistência e Previdência. As Funções Econômicas: Agricultura, Recursos Naturais, Comunicações, Transporte, Indústria e Comércio e Serviços, Energia e Recursos Minerais e Desenvolvimento Regional. Finalmente as de Apoio: Governo e Administração Geral, Segurança Pública e Desenvolvimento Urbano.

Ainda com relação à categoria de gastos, resta destacar que o consumo do governo em despesas com pessoal e bens e serviços, de todos os grupos de Funções, apresentou de modo geral um crescimento menos representativo que os investimentos e as transferências no período de 1970 a 1975, embora tenham um peso relativo bastante grande para as Funções Sociais e de Apoio. Nota-se que neste período o peso relativo do consumo de governo cai de 51% para 41% em relação ao total das despesas, o que vem indicar a característica da política de gastos adotada, ou seja, de dar-se preferência principalmente aos gastos de investimentos (tabela 2.50).

TABELA 2.50 - PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA NO TOTAL DAS FUNÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 1970-1975-1979

ELEMENTOS DE DESPESA	ANOS/GRUPOS DE FUNÇÕES											
	1970				1975				1979			
	Funções Sociais	Funções Econômicas	Funções de Apoio	Total	Funções Sociais	Funções Econômicas	Funções de Apoio	Total	Funções Sociais	Funções Econômicas	Funções de Apoio	Total
Consumo do Governo	62,25	20,35	85,02	50,65	57,31	15,29	66,18	41,29	56,65	20,43	54,48	44,41
Pessoal	50,24	11,71	71,55	39,64	48,33	8,16	48,21	31,11	48,57	11,02	40,12	33,89
Transferências	27,13	3,17	2,18	13,02	24,66	3,59	10,62	12,53	31,19	9,07	24,83	22,13
Aos Consumidores	23,73	2,87	2,06	11,45	22,79	3,45	10,45	11,78	23,90	4,49	19,65	16,31
Investimentos	10,55	70,90	10,14	33,64	17,67	80,14	6,09	41,85	11,79	65,38	7,92	28,02
Amortização da Dívida Pública	—	5,02	0,18	1,96	0,03	0,97	19,24	4,02	0,28	1,73	11,71	4,14
Outras Despesas	0,07	0,56	2,48	0,73	0,33	0,01	0,87	0,31	0,09	3,39	0,56	1,30
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Fundação IPARDES

No período 1975-79 como já foi visto, crescem mais lentamente os gastos do Governo Estadual e o comportamento das despesas por Funções também apresentam diferenças com relação ao período anterior. Assim crescem mais rapidamente as despesas com as Funções Sociais (18%) ao mesmo tempo em que se reduz o gasto nas Funções Econômicas (11%). Isto provocou uma elevação da participação dos gastos sociais no total de gastos de 35% em 1975 para 38% em 1979, não recuperando, entretanto, seu nível de participação relativa de 1970 que era de 42%. Já os gastos nas Funções Econômicas caem de 43% em 1975 para 32% em 1979, havendo expressivo crescimento das Funções de Apoio cuja participação sobe de 22% para 30% em 1979.

Este comportamento é explicado basicamente pela evolução dos investimentos, que apresentaram queda de 26% entre 1975 e 1979. Ora, como o peso deste elemento é maior nas Funções Econômicas, sua redução afeta mais expressivamente a participação destas Funções. Assim os Investimentos caem 21% nas Funções Sociais e 32% nas Econômicas, embora tenham se elevado nas Funções de Apoio em 91%.

Finalmente, os gastos com pessoal crescem mais que o gasto total, pois aumentam em 19%, tendo crescido respectivamente 19% e 12% nas Funções Sociais e Econômicas. Entretanto, este crescimento dos gastos com pessoal não foi o bastante expressivo para que eles recuperassem a participação relativa que apresentavam em 1970.

### 2.3.5 Considerações Finais sobre o Setor Público

No período de 1970 a 1975 o Governo do Estado do Paraná vinha apresentando uma situação financeira privilegiada em relação aos demais estados brasileiros, pois estava acumulando constantes superávits basicamente em função de um período de acelerado crescimento da receita tributária, que permitia ao Governo cobrir os seus gastos correntes e ainda financiar parcela considerável dos investimentos.

Por outro lado, a própria política de gastos permitia manter essa situação porque os investimentos, que representavam parcela considerável de seus gastos, eram canalizados para funções de infra-estrutura econômica (basicamente transporte e energia).

Os investimentos nessas funções não implicaram em aumentos substanciais nas despesas de custeio, permitindo que o Governo comprimissem em termos relativos estas despesas, reduzindo principalmente a participação dos gastos de pessoal no seu total.

Essa situação de crescimento acelerado da receita tributária, conjugada com uma política de gastos que mantinha os investimentos em níveis elevados sem pressionar as despesas de custeio, permitiu ao Setor Público Estadual adotar uma política de não-endividamento e ainda manter constantes superávits.

Nesse período o governo do Estado do Paraná fugia à regra geral dos estados brasileiros, na medida em que a opção da maioria dos estados era a de acumular constantes déficits ou adotar uma política agressiva em termos de endividamento.

Porém, a partir de 1976 a situação até então verificada a nível do Governo Estadual apresenta os primeiros sinais de esgotamento, e, em termos de tendência, passa a não fugir à regra geral dos demais estados brasileiros, determinada pela centralização dos recursos na esfera federal.

A partir de 1976 há uma estagnação ou mesmo queda real no crescimento da receita tributária, resultando, por um lado, desaceleração do crescimento da economia paranaense reflexo das constantes frustrações de safra, implicando em quedas na taxa de crescimento do ICM e, por outro lado, do crescimento do ICM à taxas inferiores ao crescimento da renda, e conseqüentemente uma queda na relação ICM/Renda.

Outro aspecto a ser destacado para o mesmo período é de que não houve uma alteração na política de gastos, ou seja, manteve-se o nível de investimento em infra-estrutura econômica e, além disso, continuou-se comprimindo os gastos de custeio. Para manter os investimentos em níveis elevados, o Governo passa a recorrer a operações de crédito ou a déficits anuais, apesar de ainda manter um saldo acumulado elevado.

No entanto, deve-se ter claro as novas diretrizes da política de gastos públicos, apontadas no Plano de Ação do Atual Governo do Estado, que é direcionar os gastos para investimentos que visem amenizar problemas sociais. Este tipo de orientação deverá ser acompanhado de uma reestruturação geral na composição dos gastos, além de uma rígida programação dos mesmos, pois o financiamento posterior dos gastos operacionais constitui o maior problema enfrentado atualmente pelos governos estaduais. Cabe ressaltar que uma das características mais marcantes das funções de caráter social é de apresentarem um elevado coeficiente de acréscimo nas despesas operacionais por unidade de investimento.

Desse modo, a reorientação dos investimentos para os programas sociais que implicará em posterior aumento das despesas de custeio, exigirá um planejamento capaz de prever o acréscimo na participação desse elemento no total dos gastos, e portanto uma reversão na composição destes, onde os gastos correntes deverão consumir parcela considerável do orçamento público.

Se houver uma tendência de crescimento da receita própria estadual nos próximos anos, é provável que o Estado tenha maior flexibilidade para manter os objetivos de orientar os gastos para programas sociais.

Se por outro lado, essa política não for acompanhada por crescimento acelerado da receita própria, o governo estadual terá que manter uma rígida programação de seus investimentos, para que posteriores aumentos nas despesas de custeio sejam possíveis com os recursos disponíveis, tornando não ociosos os investimentos nesses setores. A importância da programação dos investimentos na área social reside na avaliação da capacidade do governo estadual em arcar com o ônus desses serviços, mantendo a autonomia satisfatória na consecução de seus compromissos.

Portanto, uma política dos governos estaduais que vise assumir efetivamente as funções sociais, deverá ser necessariamente reforçada por uma maior autonomia nas decisões dos níveis periféricos (estados e municípios), como também através de um maior acesso dos mesmos a recursos tributários.

## 2.4 AS TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE

É sem dúvida surpreendente a rapidez com que se realiza o povoamento do Paraná após 1940. Até esta fase era reduzida a densidade demográfica do Estado e sua população incrementava-se lentamente. Será a partir da colonização do Norte que grandes levas de migrantes acorrem ao Paraná, provocando altos incrementos na população, como pode ser visualizado na tabela 2.51.

As taxas geométricas de crescimento da população atingem 5,51%, 7,28% e 4,98% nas décadas de 40-50, 50-60 e 60-70, respectivamente. Frise-se que nestas mesmas décadas, as taxas do Brasil foram de 2,39%, 2,99% e 2,89%, portanto sensivelmente inferiores às do Paraná, o que indica um rápido processo migratório para o Estado.

Neste processo, em apenas três décadas, não somente promove-se a efetiva integração econômica paranaense junto à economia nacional, como também realiza-se a completa ocupação do seu

território. Ressalte-se também que ausência de passado colonial e o regime de pequenas propriedades agrícolas imprimiram ao Estado características sociais que o diferenciam singularmente de outras regiões do País.

TABELA 2.51 - POPULAÇÃO TOTAL \* DO PARANÁ NOS ANOS CENSITÁRIOS

ANOS	TOTAL DA POPULAÇÃO
1940	1 235 849
1950	2 112 893
1960	4 268 239
1970	6 929 868
1980	7 630 466

FONTE: FIBGE

\* População Residente

Nestas condições, por volta de fins dos anos 60, encontra-se no Estado uma sociedade constituída fundamentalmente por pequenos produtores, proprietários ou não, já que no Norte era grande o número de meeiros e colonos. Nas cidades, o dominante era o comércio e os serviços ligados à agricultura, enquanto a indústria era inexpressiva e rudimentar. Conseqüentemente, era reduzido o número de trabalhadores assalariados, tanto no campo como nas cidades.

A partir de meados dos anos 60, este tipo de sociedade começa a apresentar sinais de transformações profundas, que aparecem de início de forma lenta para acelerarem-se na última década, como será visto a seguir.

As transformações mais rápidas e abrangentes da estrutura social ocorreram no campo. Como já foi colocado, a década de 70 foi marcada pela modernização da agricultura, processo que terá várias implicações na estrutura social do Paraná.

Dada sua natureza, o processo de modernização resulta em violentos aumentos na produtividade do trabalho. Em outras palavras, a "industrialização do campo" implica na substituição da mão-de-obra por máquinas e equipamentos, o que evidentemente reduzirá a quantidade de trabalho utilizado por área cultivada. Este é o motivo principal da violenta queda na taxa de crescimento da população paranaense na última década, tendo ocorrido inclusive diminuição absoluta de população em determinadas microrregiões do Estado (tabelas 2.52 e 2.53).

TABELA 2.52 - POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO MICRORREGIÕES - PARANÁ - 1970-1980

MRH	1970	1980	Varição Absoluta 1970-1980	Taxa Geométrica de Crescimento 1970-1980
268 Curitiba	821 233	1 441 743	620 510	5,79
269 Litoral Paranaense	112 310	137 143	24 833	2,02
270 Alto Ribeira	29 903	31 017	1 114	0,37
271 Alto Rio Negro Paranaense	29 448	31 582	2 134	0,69
272 Campos da Lapa	77 909	87 761	9 852	1,20
273 Campos de Ponta Grossa	237 113	328 533	91 420	3,31
274 Campos de Jaguariaíva	40 504	46 022	5 518	1,29
275 São Mateus do Sul	41 108	44 647	3 539	0,83
276 Colonial de Irati	134 757	148 832	14 075	0,10
277 Alto Ivaí	91 783	112 857	21 074	2,09
278 Norte Velho de W. Braz	200 601	185 375	(15 226)	(0,79)
279 Norte Velho de Jacarezinho	388 958	302 658	(86 300)	(2,48)
280 Algodoeira do Assaí	116 398	83 597	(32 801)	(3,26)
281 Norte Velho de Londrina	684 948	705 487	20 539	0,30
282 Norte Novo de Maringá	320 025	314 225	( 5 800)	(0,18)
283 Norte Nov. de Paranavai	336 460	287 704	(48 756)	(1,55)
284 Norte Novo de Apucarana	461 885	380 417	(81 468)	(1,92)
285 Norte Nov. de Umuarama	650 522	485 929	(164 593)	(2,87)
286 Campo Mourão	532 143	404 594	(127 549)	(2,70)
287 Pitanga	105 986	134 325	28 339	2,40
288 Extremo-Oeste Paranaense	752 432	960 926	208 494	2,48
289 Sudoeste Paranaense	446 360	521 565	75 205	1,57
290 Campos de Guarapuava	189 830	295 691	105 861	4,53
291 Médio Iguçu	127 212	157 836	30 624	2,18
TOTAL	6 929 868	7 630 466	700 598	0,97

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico 1970 e Tabelas Preliminares do Censo de 1980

TABELA 2.53 - TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL, POPULAÇÃO TOTAL, RURAL, URBANA POR MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NO PARANÁ 1970-1980

MRH	POPULAÇÃO TOTAL Δ 1970-1980	POPULAÇÃO URBANA Δ 1970-1980	POPULAÇÃO RURAL Δ 1970-1980
268 - Curitiba	5,79	7,29	(3,50)
269 - Litoral Paranaense	2,02	3,02	(0,65)
270 - Alto Ribeira	0,37	2,84	0,11
271 - Alto Rio Negro Paranaense	0,69	2,76	0,47
272 - Campos da Lapa	1,20	2,66	(0,11)
273 - Campos de Ponta Grossa	3,31	4,58	0,17
274 - Campos de Jaguariaíva	1,29	4,61	(0,28)
275 - São Mateus do Sul	0,83	6,21	(0,82)
276 - Colonial de Irati	0,10	3,17	0,07
277 - Alto Ivaí	2,09	6,76	1,55
278 - Norte Velho de W. Braz	(0,79)	3,65	(2,53)
279 - Norte Velho de Jacarezinho	(2,48)	2,33	(6,27)
280 - Algodoeira do Assaí	(3,26)	2,45	(5,98)
281 - Norte Novo de Londrina	0,30	4,71	(6,61)
282 - Norte Novo de Maringá	(0,18)	5,10	(8,89)
283 - Norte Nov. de Paranavaí	(1,55)	3,12	(5,60)
284 - Norte Novo de Apucarana	(1,92)	4,38	(4,99)
285 - Norte Nov. de Umuarama	(2,87)	3,90	(5,85)
286 - Campo Mourão	(2,70)	5,35	(5,90)
287 - Pitanga	2,40	7,29	1,89
288 - Extremo-Oeste Paranaense	2,48	12,48	(2,33)
289 - Sudoeste Paranaense	1,57	7,62	(0,32)
290 - Campos de Guarapuava	4,53	9,78	(1,51)
291 - Médio Iguçu	2,18	5,11	0,01
TOTAL DOS ESTADOS	0,97	5,97	(3,32)
BRASIL	2,48	-	(0,61)

FONTE: FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - 1980

A tabela 2.53 é bem ilustrativa do processo que se descreve. Com exceção das microrregiões de Curitiba, Campos de Ponta Grossa, Extremo-Oeste e Campos de Guarapuava, todas as demais microrregiões do Estado apresentam taxas de crescimento populacional inferior àquela do Brasil que foi de 2,4% na década.

Entretanto, mesmo nestas microrregiões acima citadas, as altas taxas de crescimento demográfico não são resultado de aumentos da população rural. Como mostra a tabela 2.54; o incremento da população deu-se basicamente nos centros urbanos. Assim, na microrregião de Curitiba a população rural decresceu a uma taxa de 3,5% ao ano; em Campos de Ponta Grossa o incremento anual da população rural foi de apenas 0,17%; e finalmente, em Campos de Guarapuava esta taxa atingiu somente 1,51%.

TABELA 2.54 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ATÉ 50 HA SEGUNDO A CONDIÇÃO DE SEUS RESPONSÁVEIS - 1970-1975

ANOS	PROPRIETÁRIOS		ARRENDATÁRIOS		PARCEIROS		OCUPANTES		TOTAL	
	Est.	%	Est.	%	Est.	%	Est.	%	Est.	%
1970	275 552	53,6	67 765	13,2	122 191	23,8	48 389	9,4	513 897	100
1975	262 779	60,8	47 389	11,0	79 263	18,4	42 383	9,8	431 814	100

Nas regiões agrícolas tradicionais do Norte, com exceção de N.N. de Londrina, cuja população apresenta pequeno crescimento absoluto, as demais microrregiões têm sua população reduzida em termos absolutos, como resultado da modernização do campo, já que o incremento dos habitantes nas cidades não compensou o decréscimo da população rural.

Os dados e comentários acima não mostram, entretanto, que setores sociais foram mais afetados. Em primeiro lugar, como já foi visto, os pequenos estabelecimentos agrícolas foram duramente atingidos pela modernização, já que seu número reduziu-se em 82 000 no curto espaço de cinco anos. Assim, pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes, com poucos recursos, vão sendo progressivamente eliminados da estrutura social do campo paranaense. A primeira explicação para tal fenômeno reside na inadequação das pequenas explorações para o uso de tecnologia moderna. Por outro lado, parceiros e pequenos arrendatários praticamente não têm acesso ao crédito, dado que não possuem terras para garantir os empréstimos. Finalmente existiam já condições de oferta de mão-de-obra, a nível do mercado nacional, que permitiram o progressivo assalariamento, podendo então proprietários dispensar parceiros e ocupantes e contratar trabalhadores temporários. \*

Também as transformações da indústria e serviços implicam em mudanças sociais nas cidades. O novo tipo de indústria que se instala no Paraná tem sua produção concentrada em poucas empresas e plantas produtivas. Por outro lado, o comércio e serviços ligados à agricultura também modernizam-se e passam a ser exercidos por grandes empresas. Assim, as grandes indústrias, as grandes companhias comerciais e de serviços e as grandes cooperativas vão, através da concorrência, eliminando os antigos produtores industriais, os pequenos comerciantes, etc.

Estes antigos agentes econômicos, com poucos recursos, mantinham suas atividades nas pequenas "cidades agrícolas". Na medida em que os serviços e a indústria são concentrados em grandes companhias provocam o esvaziamento dos centros urbanos menores, e algumas cidades maiores passam a crescer rapidamente, já que abrigam as sedes das grandes companhias.

Assim, a modernização da agricultura e também a industrialização provocaram grandes transformações no Paraná, que se manifestam no progressivo assalariamento de trabalhadores. Portanto, apesar da importância que ainda possui a produção familiar no campo, tendencialmente ganha relevância o trabalho assalariado na agricultura. Nas cidades o assalariamento já é forma dominante.

Entretanto, este fenômeno é de certa maneira minimizado e encoberto pela natureza das modificações acima expostas. Na indústria, o aumento, em termos absolutos, do número de trabalhadores é reduzido, já que dada a alta intensidade de capital os investimentos industriais têm reduzido efeito sobre o emprego. Apesar do alto crescimento do Valor da Produção Industrial entre 1970 e 1975, o número de trabalhadores aumentou somente de 111 973 para 171 267. Também no campo o fenômeno do assalariamento é encoberto pelo fato de que a mecanização da lavoura dispensa grande número de trabalhadores, resultando que a população ligada diretamente à agricultura tende a diminuir em termos absolutos.

Como conseqüência do êxodo rural e do fato do emprego industrial crescer pouco em termos absolutos, a população do Estado começa a apresentar baixíssimas taxas de crescimento. Assim, o número de habitantes passa de 6 929 868 em 1970 para 7 630 466 em 1980, o que resulta em uma taxa geométrica anual de incremento de 0,97% ao ano, enquanto que no Brasil atingia 2,48% ao ano neste mesmo período.

Estes dados estão a indicar que houve um processo de emigração do Paraná a outros estados, ou seja, de que não houve condições de reter a população que saía do setor agrícola. Esta população, ao que tudo indica, dividiu-se em duas correntes migratórias: uma que se dirige às áreas de expansão da fronteira agrícola da Amazônia e outra que se encaminha para as cidades industriais do interior de São Paulo.

Deve-se frisar que este processo migratório ocorreu de forma caótica e os emigrantes de menores recursos encontraram dificuldades em seus deslocamentos.

Por outro lado, este processo migratório faz com que as questões sociais não se apresentem de forma aguda no Estado, na medida em que, provavelmente, as populações mais desfavorecidas

\* Evidentemente, a própria eliminação dos parceiros e ocupantes vai, por sua vez, alimentando o mercado de trabalho assalariado para a agricultura, mas estas condições locais, por si só não explicariam o assalariamento, devendo-se também considerar a formação de um mercado nacional, na explicação do progressivo assalariamento ocorrido na agricultura do Sul/Sudeste do País.

migram e os problemas sociais decorrentes irão apresentar-se nos locais de destino destes migrantes. Um indicador de tal fato pode ser dado pela própria Curitiba na qual a população favelada é de somente 30 000 pessoas, o que é sem dúvida um número baixo em relação à população total da cidade; isto naturalmente quando se compara esta população favelada com a de outras capitais do Brasil.

Sem dúvida, as migrações constituem o principal problema social do Paraná; problema este que não tem sido devidamente enfrentado pelas autoridades, tanto a nível nacional como a nível estadual. Entretanto, este não é o único problema social, já que se verá a seguir, também as populações ligadas à indústria e à lavoura não se beneficiaram da prosperidade do Paraná na última década.

A renda interna do Estado cresceu em 244% entre 1970 e 1980, o que sem dúvida representou altíssimas taxas de crescimento da produção e da produtividade, tanto na indústria como na agricultura. Entretanto, a riqueza gerada beneficiou de forma bastante desigual os distintos estratos da população.

Para ilustrar tal fato, basta que se considerem aqui os salários pagos pela indústria, setor econômico que melhor paga aos trabalhadores. Nesta atividade, os maiores salários médios mensais em 1975 eram os da Indústria Mecânica, que atingiam 2,93 salários mínimos da época. Já os mais baixos, do gênero Indústria de Vestuário e Calçados, alcançavam 1,34 salários mínimos. Por outro lado, entre 1970 e 1975, das dezenove principais indústrias do Estado, treze apresentaram elevação da relação lucro/salários.

Os dados acima ilustram bem como foi desigual a distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico. Considerando então a pujança da economia do Paraná e o fato de que as migrações tornam menos agudos os problemas sociais no Estado, pode-se concluir que não somente é possível mas também é factível a implantação de políticas sociais mais avançadas.

#### 2.4.1 Política Social do Estado-Educação, Saúde e Saneamento Básico

Neste tópico serão feitos alguns comentários sobre a política social no Estado, ou seja, as políticas voltadas para o bem-estar social. Como se depreendeu da primeira parte deste item, o principal problema do Paraná é constituído pelo processo migratório resultado do êxodo rural e da falta de oportunidades nas cidades para as populações migrantes. É evidente que este problema não pode ser enfrentado via políticas sociais tradicionais. Julgou-se necessário frisar este fato para melhor situar as políticas de saúde, educação e saneamento.

Primeiramente, adverte-se que a exposição a seguir não pretende ser uma avaliação destas políticas, mas simplesmente pretendeu-se situá-las, ainda que de forma rápida, para concluir sobre a necessidade de políticas sociais mais avançadas. Após estas advertências, passa-se a comentar a política educacional.

Aparentemente, o sistema educacional do Paraná vem atendendo a contento a população do Estado. Assim, em 1970, 66,89% dos paranaenses em idade escolar eram atendidos pelo sistema educacional. Atualmente, supondo-se que a composição etária não tenha se alterado significativamente, apenas 9,87% da população em idade escolar estaria sem acesso à escola. A tabela 2.55 mostra a evolução do número de estabelecimentos e de matrículas no Estado.

Como se pode observar, é crescente até 1977 o número de estabelecimentos de ensino do 1º grau e a partir de então este número começa a decrescer, apesar do número de matrículas nesta faixa de ensino continuar a crescer. Quanto ao 2º grau, cresce o número de estabelecimentos e com velocidade maior aumenta o número de matrículas, atingindo estas, no curto espaço de cinco anos, um incremento de 43%.

A redução do número de estabelecimentos do 1º grau é devido, possivelmente, às migrações, as quais provocam a diminuição, em termos absolutos, da população de diversas microrregiões do Estado. Por outro lado, o lento incremento das matrículas deve-se ao fato de que provavelmente a população em idade escolar já está praticamente atendida nesta faixa de ensino.

TABELA 2.55 - PARTICIPAÇÃO E EVOLUÇÃO DO ENSINO DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAU EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NO PARANÁ - 1975-79

ANOS	ESTABELECIMENTOS						MATRÍCULAS									
	1º Grau Participação		2º Grau Participação		1º Grau Evolução		2º Grau Evolução		1º Grau Participação		2º Grau Participação		1º Grau Evolução		2º Grau Evolução	
	Abs.	%	Abs.	%	%	%	Abs.	%	Abs.	%	%	%	Abs.	%	%	%
1975	11 705	96	506	4	100	100	1 440	960	92	110	793	8	100	100	100	100
1976	13 885	96	562	4	101	111	1 467	867	92	121	284	8	100	109	109	109
1977	14 174	96	578	4	103	114	1 497	796	91	136	851	9	103	123	123	123
1978	14 123	95	638	5	103	126	1 528	171	91	150	487	9	106	135	135	135
1979	13 689	95	689	5	99	130	1 531	661	90	159	540	10	106	143	143	143

FONTE: FUNDEPAR

A rápida evolução das matrículas no 2º grau está a indicar a progressiva extensão deste nível de ensino a crescentes camadas da população. Entretanto a tabela mostra quão desequilibrada é a relação entre o número de matriculados nas duas faixas do ensino 1º e 2º grau e como ainda é reduzido o número de matrículas no 2º grau, o qual atinge somente 10% do total de matrículas do Estado. Em outras palavras, o ensino de 2º grau ainda é privilégio de pequena parcela da população do Estado.

Estes rápidos comentários não permitem evidentemente uma avaliação do sistema educacional do Paraná. Entretanto, talvez possa-se afirmar que o Estado tenha avançado mais nesta área que outras unidades da federação.

Em síntese, pode-se concluir que algumas medidas poderiam ser tomadas para melhorar as condições do ensino público no Paraná, como, por exemplo, a extensão do atendimento às crianças em idade pré-escolar através de creches, elevação do nível de qualificação dos professores, etc. Entretanto, o fundamental é que as políticas educacionais devem ser complementadas com medidas que garantam melhores padrões de alimentação e de saúde dos escolares, única forma de elevar os níveis e rendimentos do ensino.

A assistência médico-hospitalar, em seu aspecto quantitativo, parece atender razoavelmente às necessidades da população do Paraná. Em 1970, existiam 438 hospitais com um total de 18 567 leitos, correspondendo a uma relação de 2,7 leitos por mil habitantes. Este índice aumenta rapidamente ao longo da década de 70 (tabela 2.56).

TABELA 2.56 - NÚMERO DE HOSPITAIS E LEITOS PARA O ESTADO DO PARANÁ E TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO - 1975-80

ANOS	HOSPITAIS	TAXA DE CRESCIMENTO	LEITOS	TAXA DE CRESCIMENTO
1975	591	—	20 400	—
1976	614	3,89	21 348	4,65
1977	646	5,21	25 449	19,21
1978	670	3,72	31 118	22,28
1979	677	1,04	33 487	7,61
30.10.80	671	—	34 534	3,13

FONTE: Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social - Divisão de Organização e Administração Hospitalar

Como se nota, as taxas de crescimento do número de leitos é bastante superior aos índices de aumento da população paranaense, estes baixíssimos, em razão das emigrações. Nestas condições, em 1980, a relação leitos por mil habitantes atingia 4,5, número bastante próximo àquele reco-

mendado pelo Plano Decenal de Saúde para as Américas,<sup>7</sup> que seria de 5 leitos por mil habitantes.

Segundo o Anuário Estatístico do IBGE, em 1978, 88% dos hospitais paranaenses pertenciam à rede privada, número bastante superior ao de São Paulo, onde, no mesmo ano, 78% dos estabelecimentos eram privados. Por outro lado, ressalta-se que a oferta de leitos hospitalares está expressivamente concentrada a nível regional no Paraná, onde em 1980, 58,6% dos estabelecimentos situavam-se nos Distritos Sanitários de Curitiba, Londrina, Ponta Grossa e Apucarana.

A concentração dos recursos, de certa maneira, dificulta a assistência médico-hospitalar aos trabalhadores rurais que, sem dúvida, constituem a camada da população ainda carente nesta área; carente não somente pela concentração dos recursos, mas também devido ao fato de que as verbas repassadas pelo FUNRURAL aos sindicatos são insuficientes face às necessidades dos associados. Finalmente, os trabalhadores não-filiados aos sindicatos não têm acesso à assistência médico-hospitalar já que na maioria das vezes por serem trabalhadores temporários não são inscritos no INPS.

Quanto aos recursos humanos na área de saúde, os índices do Paraná são adequados. Em 1979 existiam 6 593 médicos, o que resultava em 6,8 médicos por mil habitantes, segundo cálculos da SESB. Também neste caso este índice se aproxima daquele recomendado pelo Plano Decenal para as Américas que seria de 8 médicos para mil habitantes (tabela 2.57).

TABELA 2.57 - RECURSOS HUMANOS DO PARANÁ NA ÁREA DE SAÚDE - 1978 \*

DISCRIMINAÇÃO	POR 10 000 HABITANTES			
	Número	Paraná	Recomendado	Déficit
Médicos	6 593	6,8	8,0	1,2
Dentistas	2 647	2,7	2,0	—
Enfermeiros	467	0,5	4,5	4,0
Assistentes Sociais	450	—	—	—
Auxiliar Enfermagem inclusive atendentes	( <sup>1</sup> ) 9 770	( <sup>1</sup> ) 10,0	14,5	4,5

FONTE: SESB - Plano Decenal de Saúde para as Américas - OMS - 1972

\* Se comparado com a população de 1980 os índices se aproximam ou sobrepassam ao recomendado  
(<sup>1</sup>) Estimado

Como se vê, o número de dentistas é superior àquele recomendado e o de médicos ligeiramente inferior. Assim, a carência maior no Estado aparece quanto aos enfermeiros, auxiliares de enfermagem e atendentes, cujo número é bastante inferior ao indicado pelo Plano Decenal.

Usando agora a mortalidade infantil como indicadora das condições de saúde da população, nota-se que estas melhoram ao longo da década de setenta. Em 1970 a mortalidade infantil era de 80,90 por mil nascidos vivos. Já em 1978 este índice havia caído para 63,53.

Como se nota, as condições de saúde parecem ter melhorado, e se se atentar para as causas dos óbitos infantis, conclui-se que menos que o atendimento médico-hospitalar e mais as condições de vida da população são responsáveis por estas mortes. São as condições de saneamento, de nutrição, enfim, dos padrões de vida da população que explicam a mortalidade infantil, já que as causas de óbitos como enterites, pneumonia, desnutrição, etc. estão ligadas a estas condições.

Impõe-se a crítica, que aliás torna-se cada vez mais corrente, às políticas de saúde implementadas no Brasil, no sentido de que estas privilegiam a medicina chamada curativa, descurando-se da medicina preventiva. Por outro lado, fica evidente a necessidade de se complementar a política de saúde pública com medidas de saneamento básico e também políticas visando melhoria na alimentação e qualidade de vida das populações carentes.

<sup>7</sup> ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Plan decenal de salud para las Américas*. Porto

A oferta de serviços do saneamento básico atende a proporção crescente da população, sendo, entretanto, relativamente grande o número de paranaenses que ainda não têm acesso a estes serviços, principalmente quanto à rede de esgotos. Em 1974,\* de uma população urbana estimada de 3 054 403, eram abastecidos com água 1 661 925, ou seja, 53,4%. Em 1978 esta porcentagem atingia a 73,7% e os serviços de esgoto atendia a 16% da população (quadro 1).

QUADRO 1 - POPULAÇÃO ATENDIDA EM ÁGUA E ESGOTO E VALORES RELATIVOS 1979.

	nº de Cidades	ÁGUA			ESGOTO			
		População		% de Atendimento	População		% de Atendimento	
		Urbana	Abastecida		Urbana	Atendida		
COM SISTEMA								
SANEPAR	180 A	3 333 703	2 662 515	80	29	2 194 748	685 935	32
PESP	4	51 063	44 935	88	2	33 488	14 065	42
AUTARQUIAS	77	633 151	493 855	78	6	297 208	44 580	15
TOTAL	261	4 017 917	3 201 305	80	37	2 525 444	744 580	29
SEM SISTEMA	29	49 190			253	1 541 663		
TOTAL DO ESTADO	290	4 067 107	3 201 305	79	290	4 067 107	744 580	18

FONTE: SANEPAR

OBS: A: Sistemas em teste de operação: 11 - Contenda, Campo do Tenente, Nova Cantú, Catanduvas, Chopinzinho, Gal. Carneiro, Inácio Martins, Salto do Lontra, Teixeira Soares, Quedas do Iguaçu e Rio Azul - Não Cadastradas.

Como se nota, a carência do Estado diz respeito à população que ainda não é atendida por esgotos, 71%. Por outro lado, assim como os serviços da saúde, observa-se concentração dos sistemas de esgotos em uns poucos centros, já que em apenas 37 cidades entre as 290 do Estado existiam sistemas de esgotos, o que entretanto é resultado em parte de razões técnicas, uma vez que é viável o estabelecimento de sistemas de esgotos em pequenos centros urbanos.

Finalmente, nota-se que os gastos do Estado com saneamento básico atingem somente 3,25% do orçamento em 1979. Por outro lado, frisa-se que são crescentes estes gastos, já que em 1975 as aplicações nesta área eram de apenas 1,24% do orçamento.

Como já se afirmou, os programas sociais do governo estadual paranaense concentram-se nas tradicionais áreas de educação, saúde e saneamento. Mesmo nestas áreas, de maneira geral, os dispêndios apresentam proporção decrescente dos gastos gerais do Estado, pois caem de 42% em 1970 para 38% em 1979, sendo que em 1975 haviam caído ao ponto mais baixo, ou seja, representaram apenas 35% das despesas gerais do Governo.

Os gastos com educação e cultura também representam proporção decrescente dos dispêndios, pois em 1970 alcançaram 25,3%, em 1975 baixam para 23,3% e finalmente em 1979 eram de 22,6%. Já o programa de saúde e saneamento tem dotações que são crescentes em relação aos gastos oficiais entre 1975 e 1979, atingindo neste último ano a 5,53%. Entretanto nestes gastos o item saúde é decrescente, pois cai neste período de 2,5% para 2,3% dos gastos públicos. Os gastos com saneamento, por sua vez, aumentam de 1,2 para 3,2%.

Chama-se a atenção para a queda nos gastos com pessoal, pois eram em média de 43% do orçamento no período 1970-74 e nos anos 1975-79 haviam caído para a média anual de 32%. Esta redução provavelmente implicou em queda dos salários reais pagos pelo Estado, o que por sua vez poderia ter afetado a qualidade dos serviços sociais prestados à comunidade.

Finalizando, adverte-se que esta análise está limitada aos gastos públicos realizados pelo governo estadual, não incluindo portanto os gastos federais na área, o que não permite uma avaliação mais aprofundada da situação.